



22

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

BOLETIM TRIMESTRAL
Setembro/2012

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Giuseppe Vecci

CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE DO GASTO E INVESTIMENTO

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

CHEFE DE GABINETE

Itamar Leão do Amaral

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Otávio Alexandre da Silva

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICAS

Lillian Maria Silva Prado - Chefe de Gabinete de Gestão

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves - Superintendente

CONSELHO EDITORIAL

Edson Roberto Vieira, Eduiges Romanatto,
Jeferson de Castro Vieira, Júlio Alfredo Rosa Paschoal,
Lillian Maria Silva Prado, Murilo José de Souza Pires,
Paulo Borges Campos Jr e Sérgio Duarte de Castro.

COORDENAÇÃO

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais
Juliana Dias Lopes e Marcos Fernando Arriel

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Heloisa Mazzoccante Ribeiro

EQUIPE DE CONJUNTURA

Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto
Juliana Dias Lopes, Lillian Maria Silva Prado, Luciano Ferreira da Silva,
Marcos Fernando Arriel, Millades de Carvalho Castro e
Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Misael Arantes Nascimento

GRÁFICOS

Rafael Ramos Tavares

PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 22 (2004-).

Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás,
2012. 85 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS
NOSSO ESTADO CRESCER, VOCE CRESCER JUNTO

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste
74115-030 – Goiânia – Goiás
Tel: (62) 3201-6695
3201-8481
Internet: www.imb.go.gov.br
e-mail: imb@segplan.go.gov.br

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

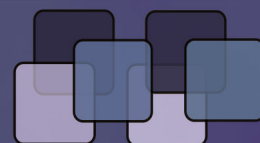
Conjuntura Econômica Goiana
Setembro/2012 - n° 22





Sumário

Apresentação.....	02
Economia Goiana – segundo trimestre de 2012.....	03
O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões.....	12
Algumas considerações a partir das receitas e despesas dos municípios segundo as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	25
Considerações sobre a Expansão da Cultura da Cana-de-açúcar em Goiás entre 2000 e 2010.....	39
Hedge de Boi Gordo no Mercado Futuro da BM&F para o Estado de Goiás – Base e Risco de Base.....	51
VALPARAÍSO DE GOIÁS: um ponto e vírgula no caminho até Brasília.....	60
VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO: dinâmica socioespacial de um município metropolitano no contexto demográfico goiano.....	70
Alinhamento estratégico como instrumentos de desenvolvimento na gestão governamental.....	79





Apresentação

A Secretaria de Gestão e Planejamento, através do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), tem a renovada satisfação de publicar a 22ª edição do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana. Nesta edição, o leitor terá a oportunidade de leitura de sete artigos, além da análise de conjuntura econômica do 2º semestre de 2012, como de praxe, elaborada pela equipe de economistas do Instituto.

A edição abre com o artigo O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões, de autoria dos técnicos do IMB, Eduiges Romanatto e Marcos Fernando Arriel, em parceria com o Superintendente do Produzir/Fomentar, da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, Wellington Matos de Lima, que apresentam estatísticas e alguns resultados gerados pelo programa de incentivos fiscais e o seu alcance pelas microrregiões de Goiás, bem como buscar uma relação financeira entre investimentos e emprego ao longo dos anos.

Em seguida, o artigo Algumas considerações a partir das receitas e despesas dos municípios segundo as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, de autoria de Daniela Vieira de Oliveira e Eduiges Romanatto, mostra as informações sobre as finanças dos 246 municípios do estado de Goiás. O artigo Considerações sobre a Expansão da Cultura da Cana-de-açúcar em Goiás entre 2000 e 2010, de autoria de Antonio Marcos de Queiroz, discorre sobre a expansão da cultura da cana-de-açúcar sobre as demais culturas, como a soja, o milho, o feijão, o arroz e o sorgo, em Goiás. Na sequência, um grupo de pesquisadores da UFG e Embrapa, discorre sobre a Hedge de boi gordo no mercado futuro. O quinto e o sexto artigo têm como objeto da pesquisa o município de Valparaíso de Goiás, ambos de autoria de professores e pesquisadores da UFG.

A edição se completa com o artigo Alinhamento estratégico como instrumentos de desenvolvimento na gestão governamental, de autoria de José Clecildo Barreto Bezerra, João Victor Silveira Rezende e Márcia Schiavon.

Com a finalização de mais essa edição, deixamos registrado aqui mais uma vez nossos agradecimentos aos que possibilitaram compor este número 22 da Conjuntura Econômica Goiana e renovamos o convite para continuarem prestigiando a publicação no seu objetivo de difundir informações e análises e, assim, fomentar a discussão sobre temas de desenvolvimento econômico e social de Goiás. Apresentamos agradecimentos também aos membros do Conselho Editorial pelo comprometimento, dedicação, e sobretudo, pelas expressivas e valiosas contribuições para melhoria desta publicação.

Economia Goiana – segundo trimestre de 2012

Equipe de Conjuntura - IMB*

A indefinição no cenário econômico internacional, sobretudo a diminuição do ritmo da economia chinesa, frustrou a retomada mais firme do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, como se acenava no início do ano. Os dados do PIB brasileiro, no segundo trimestre de 2012, divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram crescimento expressivo do setor agropecuário, mas queda da indústria e certa estabilidade do setor de serviços.

Segundo o IBGE, a expansão do PIB brasileiro foi de 0,5% em comparação com o mesmo período de 2011. O resultado, apesar de confirmar a tendência de desaceleração da economia mundial, registrou uma melhoria com relação ao primeiro trimestre, quando o crescimento foi de apenas 0,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A pequena recuperação do segundo trimestre foi impulsionada pela agropecuária, cuja produção cresceu 4,9% em comparação ao primeiro trimestre. O setor de serviços cresceu 0,7%, mas a indústria diminuiu 2,5%. Portanto, o setor da indústria tem

sido o mais afetado pela crise internacional e, em geral, o que mais pressiona a desaceleração da economia brasileira. A produção industrial caiu 2,4% no segundo trimestre frente ao mesmo período do ano passado, e acumulada nos seis primeiros meses de 2012 retraiu 1,2%.

No contexto de fraco crescimento da economia brasileira, Goiás surpreendeu ao expandir 4,4% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período do ano passado, segundo cálculos do Instituto Mauro Borges - IMB/SEGPLAN-GO (Tabela 1). A forte expansão do PIB goiano pode ser creditada à agropecuária, que registrou o maior crescimento entre os três principais setores produtivos. Esse excepcional desempenho se deve, em parte, à baixa base registrada no ano anterior, mas houve significativo crescimento das principais culturas, enquanto a indústria e os serviços apresentaram crescimentos moderados. Os indicadores de emprego e operações de crédito, apresentados mais adiante, corroboram para o bom momento da economia goiana.

Tabela 1 - Comparativo Goiás e Brasil (2º trimestre de 2012 / 2º trimestre de 2011) (%)

Atividades	Goiás	Brasil
Agropecuária	15,6	1,7
Indústria	3,6	-2,4
Serviços	2,5	1,5
Valor adicionado	4,4	0,5
Impostos	4,2	0,7
PIB	4,4	0,5

Fonte: Segplan-GO/IMB e IBGE

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Juliana Dias Lopes, Luciano Ferreira da Silva, Marcos Fernando Arriel, Millades Carvalho de Castro, Sueide Rodrigues de Souza Peixoto.

Tabela 2 - Estado de Goiás: Taxa trimestral (Base: igual período do ano anterior) (%)

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2º Trimestre/12	15,6	3,6	2,5	4,4
2º Trimestre/11	-2,0	5,0	4,7	3,9
2º Trimestre/10	3,2	12,4	6,9	7,8
2º Trimestre/09	5,2	-2,7	0,8	0,3

Fonte: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.
Dados sujeitos a revisão.

Agropecuária

No segundo trimestre de 2012, a agropecuária goiana registrou crescimento de 15,6%, decorrente dos bons resultados da lavoura temporária e da pecuária. O perfil da colheita no estado mostra algumas produções em destaque, nesse período do ano, como é o caso da soja, da cana-de-açúcar e do milho.

A safra goiana de grãos cresceu 7,8% em 2012, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), posição do mês de julho. A estatística

aponta, para o ano de 2012, expansão da produção de milho na ordem de 45,7%; de feijão, 9,1%; de soja, principal cultura, 8,0%; e da cana-de-açúcar, 4,8%. Contribuem para este resultado o aumento na produtividade das principais culturas: cana-de-açúcar (2,6%), soja (2,9%) e milho (10,9%), enquanto houve queda nas demais culturas: arroz, -12,7%, algodão herbáceo, -11,2% e tomate, -8,6%, (Tabela 3).

Tabela 3 – Área, produção e rendimento médio de produtos agrícolas – 2011-2012

Produto	Julho 2011 (1)				Julho 2012 (1)			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área plantada ou a plantar (ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (kg/ha)
Algodão herbáceo	110.779	110.779	425.825	3.844	98.315	98.315	378.187	3.846
Arroz	72.176	72.176	201.198	2.788	58.781	58.781	175.724	2.989
Cana-de-açúcar	811.451	691.171	54.293.785	78.553	851.783	706.403	56.907.702	80.560
Feijão	134.280	131.990	311.519	2.360	145.733	145.533	339.714	2.334
Girassol	8.329	8.329	12.087	1.451	16.255	16.255	24.402	1.501
Mandioca	23.118	17.040	271.929	15.958	21.752	15.325	254.590	16.613
Milho	960.775	960.775	5.743.520	5.978	1.262.295	1.262.295	8.367.568	6.629
Soja	2.566.420	2.560.422	7.703.615	3.009	2.685.534	2.685.534	8.318.062	3.097
Sorgo	267.925	267.925	814.754	3.041	239.358	239.358	727.832	3.041
Tomate	18.679	18.679	1.440.961	77.143	16.470	16.470	1.317.705	80.006
Trigo	9.615	9.615	49.138	5.111	9.626	9.626	52.755	5.480

Fonte: IBGE

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

(1) Preliminar.

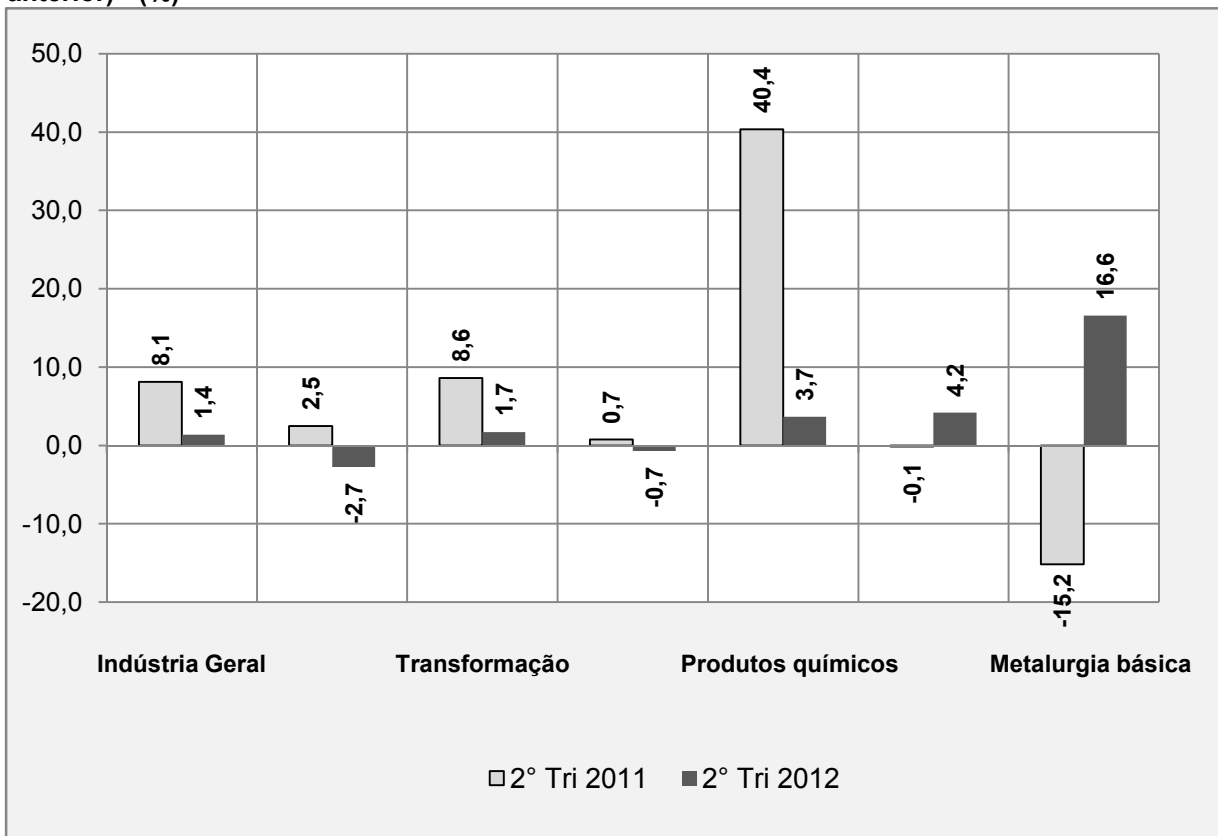
Indústria

A indústria goiana teve avanço de 3,6% no segundo trimestre do ano. Os destaques foram observados na indústria de transformação, cujo incremento foi de 3,4%, e na construção civil, com crescimento de 1,8%.

O crescimento do volume da indústria de transformação advém principalmente da metalurgia básica e minerais não metálicos.

De acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE), o crescimento na indústria goiana foi de 1,4% no segundo trimestre de 2012 (Gráfico1). A metalurgia básica registrou a maior variação (16,6%), seguida por minerais não metálicos (4,2%) e produtos químicos (3,7%). Em contrapartida, houve queda na produção de alimentos e bebidas, na ordem de 0,7%, e na indústria extrativa, de 2,7%.

Gráfico 1 - Estado de Goiás: Pesquisa Industrial – 2º Trimestre/2012 (Base: Igual período do ano anterior) - (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.Regionais e Indicadores - 2012.

Serviços

No segundo trimestre de 2012, o setor de serviços apresentou crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2011, cujo crescimento foi puxado

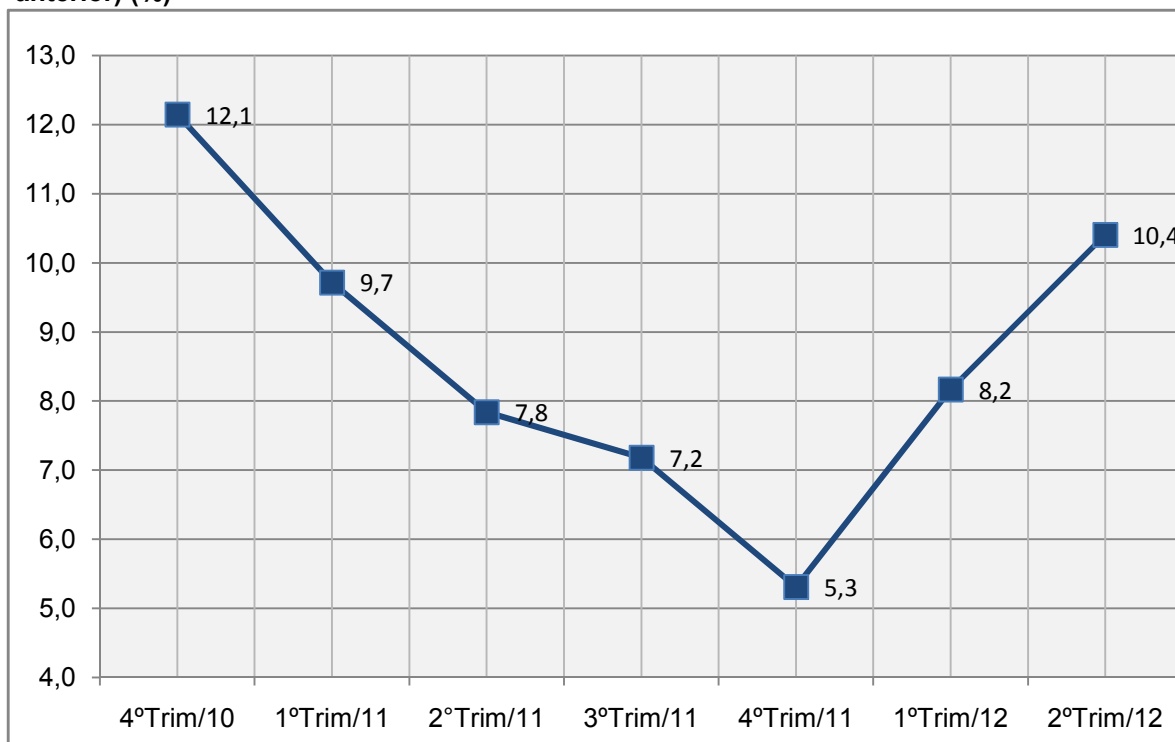
especialmente pela expansão dos transportes. Outras atividades também contribuíram para o resultado positivo: alojamento, alimentação e serviços prestados às

empresas e comércio.

Os dados de conjuntura da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) apresentaram crescimento de 10,4% no

volume de vendas do comércio varejista, no segundo trimestre de 2012, comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi o maior registrado nos últimos seis trimestres, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Estado de Goiás: Pesquisa Mensal do Comércio (Base: Igual período do ano anterior) (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

O indicador no trimestre foi influenciado positivamente por livros, jornais, revistas e papelaria, 66,6%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 27,6%. O único segmento a apresentar recuo no trimestre foi o de combustíveis e lubrificantes, como pode ser visto na Tabela 4.

O avanço do comércio varejista em Goiás é influenciado,

em parte, pelas medidas de estímulo à economia, via aumento do crédito e desoneração fiscal, refletindo em maior demanda por bens de consumo. No caso de livros, jornais, revistas e papelaria, o resultado pode ser explicado pela diversificação na linha de produtos comercializados, com destaque para a abertura de grandes redes de papelarias e livrarias.

Tabela 4 - Variação do volume de vendas no comércio varejista (Base: Igual mês do ano anterior)

Segmento	2º Trimestre de 2012 (%)
Comércio Varejista Geral	10,4
Combustíveis e lubrificantes	-0,9
Hipermercados, supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	9,4
Hipermercados e supermercados	10,4
Tecidos, vestuário e calçados	1,8
Móveis e eletrodomésticos	17,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria/cosméticos	13,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	66,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	27,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,8
Comércio varejista ampliado geral	6,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,8
Material de construção	7,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012.

Com relação ao comércio exterior, no segundo trimestre de 2012 a balança comercial goiana apresentou crescimento nas exportações de 34,9%, e de somente 1,2% nas importações, com registro de 217% de elevação no saldo. Com isso, o *superávit* da balança comercial do

estado de Goiás atingiu US\$ 778,3 milhões no segundo trimestre. No Brasil, considerando o mesmo trimestre, houve registro de quedas nas exportações (5,2%), nas importações (0,6%) e no saldo comercial (32,4%), conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Goiás: Balança Comercial

Ano/Mês	1º Trimestre 2011	2º Trimestre 2011	1º Trimestre 2012	2º Trimestre 2012	2º Trim.2012/ 2º Trim.2011 (%)
Exportação	1.241.467	1.571.457	1.396.609	2.120.329	34,9
Importação	1.207.555	1.325.965	1.203.104	1.342.020	1,2
Saldo	33.911	245.493	193.503	778.308	217,0

Fonte: MDIC.

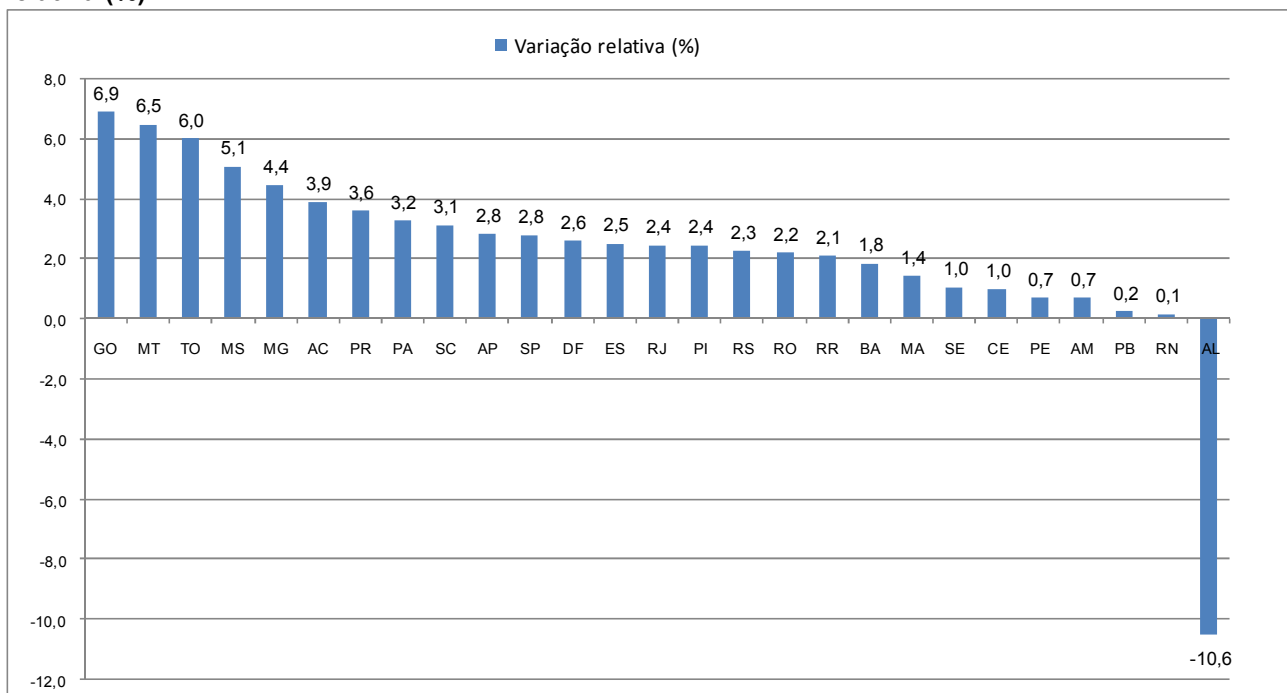
Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012

Emprego e Crédito

De acordo com as informações do CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego, no segundo trimestre de 2012 o estado de Goiás gerou 30.420 novas vagas de emprego formal. Nos seis primeiros meses do corrente ano, o

estado alcançou a marca de 74.176 empregos gerados, atingindo a primeira colocação, em termos relativos, e a quinta, em termos absolutos, entre os estados da federação que mais geraram emprego (Gráfico 3 e Tabela 6).

Gráfico 3 - Evolução do emprego formal nas Unidades da Federação – jan a jun/2012 – Variação relativa (%)



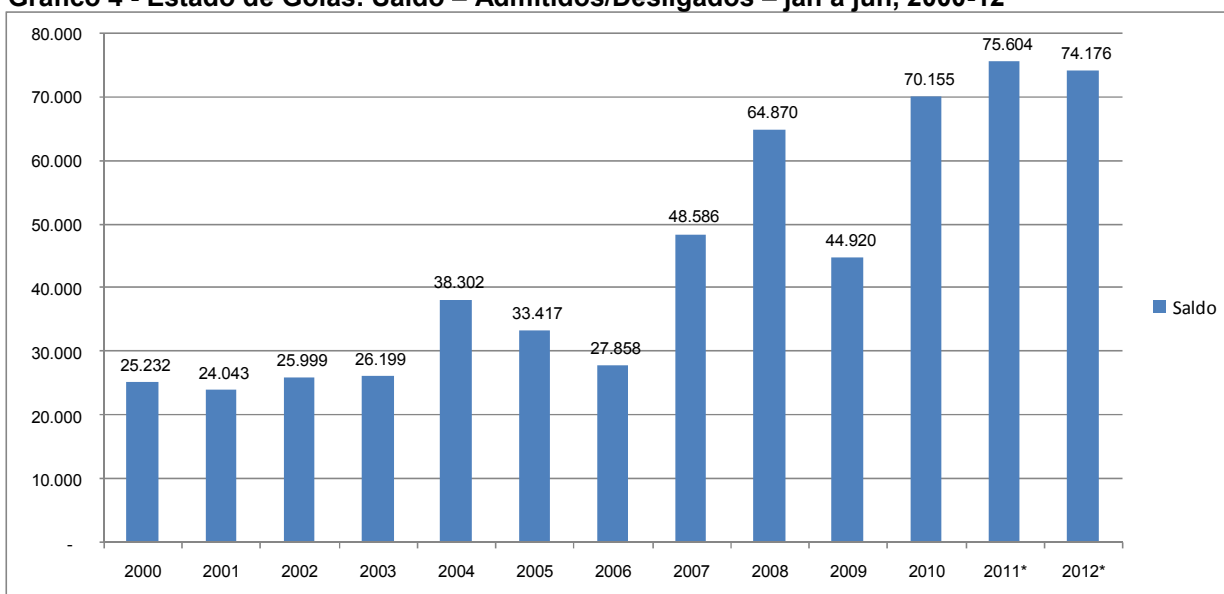
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65
 Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

Tabela 6 - Ranking das Unidades da Federação: Evolução do emprego formal jan a jun/2012

Ranking	Estados	Vagas geradas
1º	São Paulo	335.980
2º	Minas Gerais	179.074
3º	Paraná	89.121
4º	Rio de Janeiro	86.498
5º	Goiás	74.176
6º	Santa Catarina	57.504
7º	Rio Grande do Sul	56.628
8º	Mato Grosso	36.851
9º	Bahia	30.334
10º	Mato Grosso do Sul	22.971

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65
 Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – jan a jun, 2000-12



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

* Ajustado com declarações entre as empresas fora do prazo.

Segundo a análise setorial do emprego formal, no primeiro semestre de 2012 a indústria de transformação apresentou o maior saldo, com 23.591 vagas, sendo que os subsetores que mais sobressaíram na geração de emprego foram: produtos químicos, farmacêuticos e

veterinários e produtos alimentícios e bebidas. Na sequência, os setores de serviços, construção civil e agropecuária foram os que apresentaram os maiores saldos de emprego (Tabela 7).

Tabela 7 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados principais destaques no 1º semestre 2012

Setores	1º semestre 2012			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição Estoque (%)
Extrativa mineral	1.889	1.091	798	9,48
Indústria de transformação	87.854	64.263	23.591	10,45
Químico, Produtos Farmacêuticos e Veterinários	22.620	11.639	10.981	25,96
Produtos Alimentícios e Bebidas	32.141	23.545	8.596	10,07
Serviço industrial de utilidade pública	1.870	1.127	743	7,59
Construção civil	62.217	49.197	13.020	14,36
Comércio	85.753	79.765	5.988	2,31
Serviços	118.206	99.233	18.973	5,09
Comércio e administração de imóveis	36.080	30.637	5.443	5,98
Alojamento, alimentação	45.191	39.608	5.583	3,92
Administração pública	295	275	20	0,07
Agropecuária	43.074	32.031	11.043	13,14
Total	401.158	326.982	74.176	6,87

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Lei 4.923/65.

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012

As operações de crédito do sistema financeiro registraram expansão de 7,7% no segundo trimestre de 2012 e de 30% no semestre, refletindo o ambiente de redução de taxas de juros e *spreads* (diferença entre taxa de captação e a cobrada dos clientes) bancários.

Com base nos dados do BACEN, em junho de 2012 o saldo acumulado do total das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras em Goiás alcançou R\$ 67,0 bilhões. Do total apurado, R\$ 38,5 bilhões (57,4%) referem-se ao saldo das operações de crédito das pessoas físicas, com alta de 6,2% em comparação a março, e de 14,4% em relação a dezembro. Já o saldo das operações de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas, que foi de R\$ 28,5 bilhões (42,6% do total), apresentou aumento de 9,7% em

relação a março passado e uma elevação de 11,5% em relação ao final de 2011.

A taxa de inadimplência total do saldo das operações de crédito em Goiás atingiu a média de 4,4% em junho, indicando um leve crescimento em relação ao final do primeiro trimestre deste ano, sendo 5,4% referente às pessoas físicas e 3,0% às pessoas jurídicas. As baixas taxas de inadimplência refletem o comprometimento tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas em honrar seus contratos de crédito. Para o BACEN, a taxa de inadimplência é medida pela razão entre o saldo dos contratos em que há pelo menos uma prestação, integral ou parcial, com atraso superior a noventa dias, e o saldo total das operações.

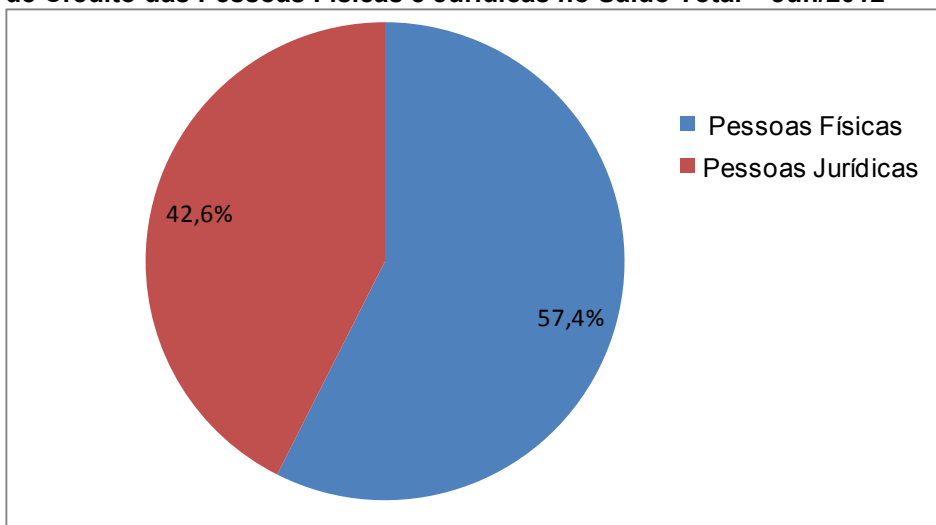
Tabela 8 - Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito – 2011/12

Mês/Ano	Saldo das Operações de Crédito (R\$ bilhões)			Taxa de Inadimplência (%)		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
jun/11	30,0	21,5	51,6	4,2	2,2	3,3
jul/11	30,4	21,7	52,1	4,3	2,3	3,4
ago/11	31,1	22,1	53,2	4,1	2,1	3,2
set/11	31,7	22,9	54,6	4,3	2,0	3,3
out/11	32,3	23,2	55,5	4,5	2,2	3,5
nov/11	33,0	23,2	56,2	4,8	2,4	3,8
dez/11	33,7	25,6	59,3	4,9	2,4	3,7
jan/12	34,5	25,4	59,8	4,8	2,6	3,9
fev/12	35,7	25,4	61,1	5,2	2,6	4,1
mar/12	36,3	26,0	62,3	5,1	2,7	4,1
abr/12	37,3	26,4	63,7	5,5	3,1	4,5
mai/12	38,0	28,0	65,9	5,6	3,1	4,6
jun/12	38,5	28,5	67,0	5,4	3,0	4,4

Fonte: BACEN

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

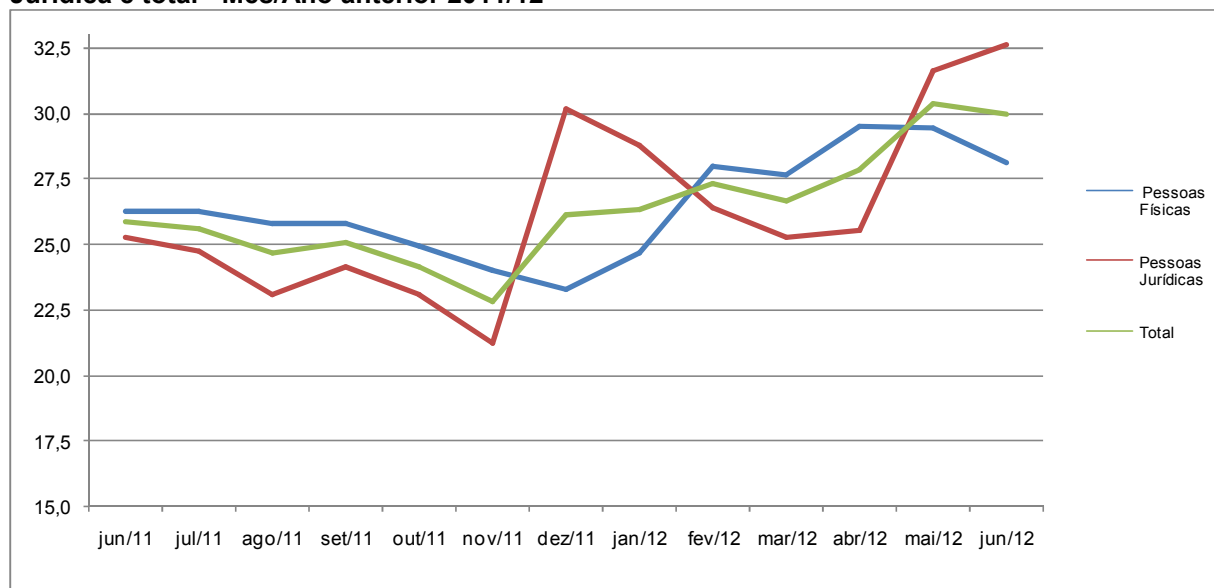
Gráfico 5 - Estado de Goiás: Participação dos Saldos das Operações de Crédito das Pessoas Físicas e Jurídicas no Saldo Total – Jun/2012



Fonte: BACEN

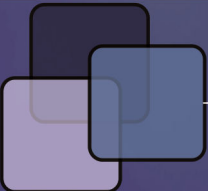
Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Gráfico 6 - Estado de Goiás: Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física, Jurídica e total - Mês/Ano anterior 2011/12



Fonte: BACEN

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.



O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões

Eduiges Romanatto¹
Marcos Fernando Arriel²
Wellington Matos de Lima³

Resumo: Ao longo das últimas décadas, o estado de Goiás tem apresentado ganhos de participação na renda gerada no país com a ajuda de alguns programas de desenvolvimento e outros de incentivos fiscais. O primeiro programa de incentivo fiscal em Goiás foi o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) que preconizava de forma direta a geração de emprego e renda. Assim, o objetivo deste trabalho é o de trazer estatísticas e alguns resultados gerados pelo programa e o seu alcance pelas microrregiões de Goiás, bem como buscar uma relação financeira entre investimentos e empregos na geração de produção ao longo dos anos. As principais conclusões são a de que o programa contribuiu para a atração de grandes empreendimentos e incrementa o emprego e o valor adicionado industrial do estado.

Palavras-chave: Programa FOMENTAR/PRODUZIR, empregos, investimentos.

Introdução

O Estado de Goiás tem apresentado ganhos de participação na riqueza gerada no país nos últimos anos, com elevação substancial do seu Produto Interno Bruto. Parte deve-se à indústria, cujo desenvolvimento se deu por meio da integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria, bem como a emergência de novas atividades industriais atraídas pelas políticas de incentivos fiscais, praticadas por Goiás a partir de meados da década de 1980 (ARRIEL, 2010). Com isso, a participação do PIB goiano no Brasil que era de 2,05% em 1995 passou a 2,64% em 2009.

Contribuiu para isso programas de desenvolvimento do governo federal e alguns de incentivos fiscais do estado. Conforme Paschoal (2009), o primeiro programa de incentivo fiscal em Goiás foi o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), instituído pela lei 9.489 em 1984 e, sendo no ano 2000, substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) que preconizava de forma direta a geração de empregos por meio da lei 13.591.

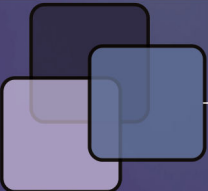
Os dois programas de incentivos fiscais, implementados em Goiás, estiveram orientados para o desenvolvimento de três grandes grupos de segmentos industriais: 1) processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações; 2) química, farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia; 3) setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de promover o adensamento de suas cadeias produtivas (CASTRO et al 2009).

Desde a implantação do programa FOMENTAR foram aprovados 1.565 projetos, sendo que destes, 364 foram efetivamente implementados. Até maio de 2012 já haviam encerrado a utilização do benefício 224 projetos e 140 ainda estavam dentro do período de utilização. Com o programa PRODUZIR, no período de 2001 a maio de 2012, foram 1.399 projetos aprovados sendo que 650 foram contratados.

¹ Mestre em Desenvolvimento/UFPR e Gerente de Estatísticas Socioeconômicas do IMB/SEGPLAN-GO.

² Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial/PUC-GO e Gerente de Estudos Socioeconômicos e Especiais do IMB/SEGPLAN-GO.

³ Economista, Especialista em Análise e Gerência de Projetos/UNB e Superintendente do Produzir/Fomentar da SIC-GO.



Os 650 projetos de concessão de benefícios fiscais para implantação ou expansão de empreendimentos industriais, dos quais 289 estão em fruição⁴, somaram R\$ 11,7 e R\$ 72,5 bilhões em investimentos previstos e incentivos concedidos, respectivamente.

Assim, o objetivo deste trabalho é o de trazer estatísticas e alguns resultados gerados pelo programa e o seu alcance pelas microrregiões de Goiás, bem como buscar uma relação financeira entre investimentos e emprego ao longo dos anos.

Os resultados principais são: 1) a concentração dos recursos na Metade Sul do estado; 2) os grandes empreendimentos do estado surgiram após o Programa FOMENTAR/PRODUZIR; 3) ainda há algumas Microrregiões que não usufruem dos benefícios do programa; 4) que o programa produz um importante impacto na geração de emprego e renda.

1 – O Programa FOMENTAR/PRODUZIR: informações e análises

Conforme a SIC⁵ (2011), o PRODUZIR⁶ (incluindo-se o subprograma MICROPORDUZIR) é um Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais. Ainda, o PRODUZIR e o MICROPRODUZIR atuam sob a forma de financiamento de parcela mensal de ICMS, até 73% ou 90%, respectivamente, devido pelas empresas beneficiárias.

Ou seja, recolhem normalmente, mês a mês, 27% e 10%, respectivamente, do ICMS devido. Os prazos de fruição

do benefício variam de acordo com a análise dos coeficientes de prioridade do projeto, calculados segundo critérios sociais e econômicos, especificados em regulamento, podendo chegar até 15 anos (PRODUZIR) ou 5 anos (MICROPRODUZIR), com prazo limite o ano de 2020.

Para analisar a evolução, a distribuição, a participação e as relações dos incentivos do Programa com a geração de emprego apresentam-se as Tabelas 1, 2, 3 e 4 a seguir, que apresenta os valores dos recursos a preços de 2010, aprovados ou em fruição, pelas Microrregiões do IBGE, bem como para a Metade Norte e Metade Sul do estado de Goiás⁷.

Nota-se que nos primeiros três anos apenas municípios da Metade Sul - sendo que as Microrregiões de Anápolis e Goiânia monopolizaram o recebimento dos incentivos (81% do Investimento Fixo⁸ e 60% dos empregos) – usufruíram dos benefícios. A partir de 2003, o desnível na captação de benefícios do PRODUZIR ainda continuou substancial, em média a Metade Sul absorveu 77% do Investimento Fixo contra 23% para a Metade Norte, sendo que nesta gerar-se-ia 18% do total dos empregos previstos e na Sul 82%.

Também a partir de 2003 os benefícios pulverizaram-se pelas Microrregiões do Estado, contudo, das 18 Microrregiões 6 foram as que mais usufruíram do Programa PRODUZIR (Anápolis, Goiânia, Entorno de Brasília, Meia Ponte, Sudoeste e Vale do Rio dos Bois). Como estas são as que detêm maior força econômica no Estado, mais empresas buscam incentivos para seu fortalecimento produtivo e é natural a maior absorção de tais benefícios por tais localidades.

Outra constatação (Tabela 1) é que, além de ter menor participação na busca dos recursos do Produzir, a Metade

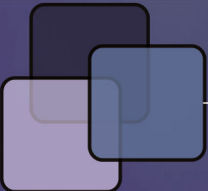
⁴ Durante esse período, 1.399 projetos foram aprovados junto ao conselho do Programa sendo 650 que avançaram e foram efetivamente contratados.

⁵ Secretaria Estadual de Indústria e Comércio.

⁶ O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. Com a edição da Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa FOMENTAR migrar para o PRODUZIR, bem como as mesmas poderiam reformular seus projetos dentro do FOMENTAR (SIC, 2011).

⁷ O critério para determinar se um município pertence à Metade Norte ou Sul foi o paralelo de 16S. Se a sede do município estiver acima do paralelo 16° pertence à Metade Norte, caso contrário pertencerá à Metade Sul.

⁸ Isenção do ICMS cobrado no valor do investimento fixo realizado.



Norte tem uma relação Investimento Fixo e Empregos⁹ maior (R\$ 375.506) que a Sul (R\$ 223.374). Um dos motivos para isso é que a Metade Norte tem muitos empreendimentos na área de extração mineral que tem demanda por investimentos mais vultosos e é bastante mecanizado o que, por óbvio, não gera empregos diretos como outras atividades econômicas. Nessa direção e comparando-se com a relação para o Estado como um todo (R\$ 248.971 entre 2000 e setembro de 2011) percebe-se que nas Microrregiões onde a média é maior que a do Estado ocorre, normalmente, investimentos ligados à atividade de extração de minérios, como na de Catalão, Porangatu e São Miguel do Araguaia, bem como, na Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã, estas na região do nordeste goiano que acusam índices menores de desenvolvimento e crescimento no Estado.

Portanto, localidades menos desenvolvidas ou ligadas a investimentos na área de minérios detêm as maiores relações Investimento Fixo e Empregos.

As Microrregiões que detêm as menores relações Investimento Fixo e Empregos são, na ordem, as de Anápolis (R\$ 142.268), Goiânia (R\$ 159.960), Anicus (R\$ 184.637) e Entorno de Brasília (R\$ 186.618) valores com certa distância da média estadual (R\$ 248.971).

Algumas microrregiões não possuem capacidade de captação dos recursos do Programa ou se ocorrem recursos aprovados, principalmente as da Metade Norte, a fruição não ocorre na mesma proporção. As microrregiões que menos usufruem de recursos são, principalmente, a de Aragarças, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paranã.

⁹ Esta relação pode ser interpretada como o custo por emprego gerado pelo Produzir.

Tabela 1 - Distribuição de Recursos Aprovados pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás – Valores em R\$ de 2010.

Ano	Valores	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada dos Veadeiros	Entorno de Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel do Araguaia	Sudoeste de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	Metade Norte	Metade Sul	Total geral	
2.000	Invest. Fixo																45.361				45.361	45.361	
	Crédito																142.108				142.108	142.108	
	Empregos																128				128	128	
	Relação (invest. Fixo ++ crédito)/empregos																1.464.606				1.464.606	1.464.606	
	Invest. Fixo/empregos																354.385				354.385	354.385	
2.001	Invest. Fixo	106.354						1.879	209.712		38.288											356.232	356.232
	Crédito	550.577						6.318	539.277		125.455											1.221.627	1.221.627
	Empregos	898						77	348		368											1.691	1.691
	Relação (invest. Fixo ++ crédito)/empregos	731.548						106.449	2.152.267		444.954											933.092	933.092
	Invest. Fixo/empregos	118.434						24.396	602.621		104.043											210.664	210.664
2.002	Invest. Fixo	60.354			6.335			3.590	54.673		27.976							2.052				154.980	154.980
	Crédito	593.076			32.529			14.670	251.914		432.461	130.114						26.449				1.481.213	1.481.213
	Empregos	353			50			43	394		688	50						40				1.618	1.618
	Relação (invest. Fixo ++ crédito)/empregos	1.851.077			777.273			424.647	778.138		669.240	2.602.284						712.523				1.011.244	1.011.244
	Invest. Fixo/empregos	170.976			126.702			83.480	138.763		40.662							51.302				95.785	95.785
2.003	Invest. Fixo	691.853	118.506		97.036	2.096.355		322.764	715.323	40.927	113.018	20.62	48.448	376	64.948	82.085	502.972	305.387	39.123	2.386.015	2.873.725	5.259.740	
	Crédito	5.629.658	370.768		474.175	233.001		1.446.293	3.179.342	346.898	367.974	193.897	373.306	2.317	207.303	536.632	1.033.974	1.098.820	263.023	1.911.776	13.845.603	15.757.379	
	Empregos	5.704	1.990		166	684		1.189	3.779	107	660	617	158	37	1.400	284	5.274	1.528	112	2.941	20.748	23.689	
	Relação (invest. Fixo ++ crédito)/empregos	1.108.259	245.867		3.441.031	3.405.490		1.487.852	1.030.607	3.624.527	728.775	347.677	2.669.331	72.763	194.465	2.178.581	291.419	918.984	2.697.726	1.461.337	805.828	887.210	
	Invest. Fixo/empregos	121.293	59.551		584.557	3.064.846		271.458	189.289	382.493	171.239	33.419	306.634	10.151	46.391	289.033	95.368	199.860	349.309	811.294	138.506	222.033	
2.004	Invest. Fixo	481.313			21.279	335		51.613	358.249	4.552	49.277	743	25.191	2.905			31.987	268		63.436	964.276	1.027.712	
	Crédito	3.833.272			189.412	1.346		378.538	4.352.768	167.155	181.040	5.657	131.836	9.900			795.545	888		251.475	9.795.881	10.047.356	
	Empregos	4.772			111	50		486	3.192	126	660	18	222	43			382	22		408	9.676	10.084	
	Relação (invest. Fixo ++ crédito)/empregos	904.146			1.898.116	33.623		885.084	1.475.882	1.362.757	348.966	355.557	707.327	297.781			2.166.314	52.557		771.840	1.112.046	1.098.281	
	Invest. Fixo/empregos	100.862			191.706	6.700		106.199	112.233	36.126	74.663	41.292	113.471	67.554			83.736	12.179		155.479	99.657	101.915	
2.005	Invest. Fixo	553.061	2.777		185.669	462.312		176.263	85.958	698	477.168	9.045	832	218.610			88.820	512.283		533.275	2.240.222	2.773.497	
	Crédito	7.148.397	267.204		1.210.396	927.642		814.872	1.477.385	2.791	1.271.638	144.319	2.986	992.025			545.383	1.432.563		1.473.334	14.764.267	16.237.600	
	Empregos	4.114	92		504	3.453		946	2.023	13	2.002	166	28	493			559	1.940		3.941	12.392	16.333	
	Relação (invest. Fixo ++ crédito)/empregos	1.872.012	2.934.574		2.769.971	402.535		1.047.712	772.785	268.445	873.529	923.877	136.366	2.455.648			1.134.531	1.002.498		509.162	1.372.215	1.163.968	
	Invest. Fixo/empregos	134.434	30.188		368.392	133.887		186.324	42.490	53.729	238.346	54.486	29.710	443.428			158.892	264.063		135.315	180.780	169.809	
2.006	Invest. Fixo	480.341	2.788			378.900		107.567	105.727		714.027	324.480	63.937		28.016		961.721	1.527.806		894.620	3.800.690	4.695.311	
	Crédito	3.092.843	175.536			3.315.798		649.671	1.497.031		2.508.105	993.932	262.777		130.919		3.125.932	4.658.557		5.273.479	15.137.622	20.411.101	
	Empregos	2.339	19			348		1.326	1.896		942	654	269		60		2.866	3.586		2.541	11.764	14.305	

Tabela 1 - Distribuição de Recursos Aprovados pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás – Valores em R\$ de 2010.

Ano	Valores	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada dos Veadeiros	Entorno de Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel do Araguaia	Sudoeste de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	Metade Norte	Metade Sul	Total geral
	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	1.527.654	9.385.466			10.616.949		571.069	845.336		3.420.523	2.015.921	1.214.554			2.648.915	1.426.257	1.725.143		2.427.430	1.609.853	1.755.079
	Invest. Fixo/empregos	205.362	146.716			1.088.794		81.121	55.763		757.991	496.147	237.686			466.933	335.562	426.047		352.074	323.078	328.229
2.007	Invest. Fixo	162.660	35.541		505.679	23.344		325.266	908.519		1.608.521	291.782	250.742	622.134	466.837		1.602.628	853.578	6.159	874.451	6.788.940	7.663.391
	Crédito	3.355.745	149.984		6.359.224	95.295		2.985.619	4.497.961		7.368.365	1.200.630	1.025.386	2.533.811	1.909.349		6.162.067	3.832.652	60.996	3.625.345	37.911.739	41.537.084
	Empregos	1.281	52		1.252	132		2.032	2.267		6.970	1.247	75	2.932	696		3.008	4.565	17	1.502	25.024	26.526
	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	2.746.608	3.567.780		5.483.150	898.778		1.629.373	2.384.861		1.287.932	1.196.801	17.015.049	1.076.380	3.414.061		2.581.348	1.026.557	3.950.293	2.995.869	1.786.312	1.854.802
	Invest. Fixo/empregos	126.979	683.474		403.897	176.850		160.072	400.758		230.778	233.987	3.343.230	212.188	670.744		532.789	186.983	362.311	582.191	271.297	288.901
2.008	Invest. Fixo	476.109	312.319	557.168	21.717	98.756	159.133	534.883	56.409		1.065.396		57.643	540.520	579.357		1.354.967	59.821	1.978.984	2.892.765	4.960.418	7.853.183
	Crédito	2.508.841	1.351.788	2.260.815	97.148	615.763	640.069	2.130.559	316.136		4.513.703		307.534	2.177.003	2.350.854		5.229.399	318.857	8.068.096	12.364.971	20.521.595	32.886.566
	Empregos	1.260	403	2.236	195	853	596	1.886	762		2.505		96	2.610	2.716		2.663	146	3.427	7.871	14.483	22.354
	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	2.369.008	4.129.299	1.260.279	609.564	837.654	1.340.943	1.413.278	488.905		2.227.185		3.803.937	1.041.196	1.078.870		2.472.537	2.593.685	2.931.742	1.938.475	1.759.443	1.822.481
	Invest. Fixo/empregos	377.865	774.986	249.181	111.371	115.775	267.001	283.607	74.028		425.308		600.453	207.096	213.312		508.812	409.732	577.468	367.522	342.499	351.310
2.009	Invest. Fixo	30.103			2.604	303		83.611	348.398		552	2.570	356.404		31.323		395.178		2.328	392.554	860.821	1.253.375
	Crédito	111.356			53.580	726		435.194	2.205.898		3.404		1.447.536		228.541		1.634.295		44.105	1.734.843	4.429.793	6.164.636
	Empregos	323			51	28		297	1.835		15	23	803		772		1.431		98	1.737	3.939	5.676
	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	437.955			1.101.645	36.786		1.746.817	1.391.987		263.785	111.739	2.246.501		336.612		1.418.220		473.811	1.224.754	1.343.136	1.306.908
	Invest. Fixo/empregos	93.198			51.065	10.832		281.517	189.863		36.823	111.739	443.841		40.574		276.155		23.758	225.996	218.538	220.820
2.010	Invest. Fixo	16.069		15.787	24.023	230	4.771	40.488	60.467		319.378			1.609			208.185	82.629		44.485	729.152	773.637
	Crédito	164.276		95.907	132.536	5.345	50.934	360.354	605.430		1.307.459			18.388			843.453	349.555		308.187	3.625.449	3.933.637
	Empregos	393		93	151	24	24	393	1.477		1.828			36			38	82		293	4.246	4.539
	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	458.894		1.201.017	1.036.815	232.280	2.321.066	1.019.953	450.844		889.955			555.472			27.674.671	5.270.539		1.203.661	1.025.577	1.037.073
	Invest. Fixo/empregos	40.889		169.755	159.091	9.583	198.801	103.023	40.939		174.715			44.705			5.478.551	1.007.674		151.827	171.727	170.442
2.011	Invest. Fixo	4.805			571			7.380	18.236		1.500	3.270	2.540		11.625					15.069	34.859	49.928
	Crédito	101.489			160.779			24.880	126.389		26.830	38.562	31.160		42.767					95.492	457.363	552.855
	Empregos	93			168			195	292		63	83	5		311					328	882	1.210
	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	1.142.945			960.415			165.436	495.292		449.682	504.008	6.739.907		174.894					337.076	558.075	498.168
	Invest. Fixo/empregos	51.670			3.399			37.848	62.453		23.810	39.402	507.982		37.378					45.943	39.522	41.263
Total	Invest. Fixo	3.063.023	471.931	572.956	864.915	3.060.536	163.904	1.655.302	2.921.672	46.177	4.415.101	652.510	805.738	1.386.153	1.154.090	110.101	5.191.820	3.343.823	2.026.594	8.096.671	23.809.676	31.906.347
2000	Crédito	27.089.529	2.315.280	2.356.723	8.709.777	5.194.915	691.004	9.246.968	19.049.531	516.844	18.106.435	2.707.111	3.582.523	5.733.442	4.738.814	667.550	19.512.155	11.718.342	8.436.220	27.038.902	123.334.260	150.373.162
A	Empregos	21.530	2.556	2.329	2.648	5.572	620	8.870	18.265	246	16.701	2.858	1.656	6.151	5.895	344	16.349	11.909	3.654	21.562	106.591	128.153
2011	Relação (invest. Fixo + ...+ crédito)/empregos	1.400.490	1.090.458	1.257.913	3.615.820	1.481.596	1.378.883	1.229.117	1.202.913	2.288.705	1.348.514	1.175.515	2.649.916	1.157.470	999.644	2.260.616	1.511.039	1.264.772	2.863.386	1.629.514	1.380.454	1.422.359
	Invest. Fixo/empregos	142.268	184.637	246.009	326.630	549.271	264.361	186.618	159.960	187.712	264.361	228.310	486.557	225.354	195.774	320.062	317.562	280.781	554.623	375.506	223.374	248.971

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

Nota.: Valores de Crédito e Investimento Fixo em Mil R\$ e a relações com emprego estão em R\$.

Elaboração dos autores.

Tabela 2 - Participação percentual dos créditos aprovados pelo PRODUIR por Microrregiões e Metade Norte/Sul (2000-2011⁺).

Ano	Variáveis	Anápolis	Amicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada dos Veadeiros	Entorno de Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel do Araguaia	Sudoeste de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	Metade Norte	Metade Sul
2.000	Invest. fixo																100				100
	Crédito																100				100
	Empregos																100				100
2.001	Invest. fixo	29,9						0,5	58,9		10,7										100
	Crédito	45,1						0,5	44,1		10,3										100
	Empregos	53,1						4,6	20,6		21,8										100
2.002	Invest. fixo	38,9			4,1			2,3	35,3		18,1							1,3			100
	Crédito	40,0			2,2			1,0	17,0		29,2	8,8						1,8			100
	Empregos	21,8			3,1			2,7	24,4		42,5	3,1						2,5			100
2.003	Invest. fixo	13,2	2,3		1,8	39,9		6,1	13,6	0,8	2,1	0,4	0,9	0,0	1,2	1,6	9,6	5,8	0,7	45	55
	Crédito	35,7	2,4		3,0	1,5		9,2	20,2	2,2	2,3	1,2	2,4	0,0	1,3	3,4	6,6	7,0	1,7	12	88
	Empregos	24,1	8,4		0,7	2,9		5,0	16,0	0,5	2,8	2,6	0,7	0,2	5,9	1,2	22,3	6,5	0,5	12	88
2.004	Invest. fixo	46,8			2,1	0,0		5,0	34,9	0,4	4,8	0,1	2,5	0,3			3,1	0,0		6	94
	Crédito	38,2			1,9	0,0		3,8	43,3	1,7	1,8	0,1	1,3	0,1			7,9	0,0		3	97
	Empregos	47,3			1,1	0,5		4,8	31,7	1,2	6,5	0,2	2,2	0,4			3,8	0,2		4	96
2.005	Invest. fixo	19,9	0,1		6,7	16,7		6,4	3,1	0,0	17,2	0,3	0,0	7,9			3,2	18,5		19	81
	Crédito	44,0	1,6		7,5	5,7		5,0	9,1	0,0	7,8	0,9	0,0	6,1			3,4	8,8		9	91
	Empregos	25,2	0,6		3,1	21,1		5,8	12,4	0,1	12,3	1,0	0,2	3,0			3,4	11,9		24	76
2.006	Invest. fixo	10,2	0,1			8,1		2,3	2,3		15,2	6,9	1,4			0,6	20,5	32,5		19	81
	Crédito	15,2	0,9			16,2		3,2	7,3		12,3	4,9	1,3			0,6	15,3	22,8		26	74
	Empregos	16,4	0,1			2,4		9,3	13,3		6,6	4,6	1,9			0,4	20,0	25,1		18	82
2.007	Invest. fixo	2,1	0,5		6,6	0,3		4,2	11,9		21,0	3,8	3,3	8,1	6,1		20,9	11,1	0,1	11	89
	Crédito	8,1	0,4		15,3	0,2		7,2	10,8		17,7	2,9	2,5	6,1	4,6		14,8	9,2	0,1	9	91
	Empregos	4,8	0,2		4,7	0,5		7,7	8,5		26,3	4,7	0,3	11,1	2,6		11,3	17,2	0,1	6	94
2.008	Invest. fixo	6,1	4,0	7,1	0,3	1,3	2,0	6,8	0,7		13,6		0,7	6,9	7,4		17,3	0,8	25,2	37	63
	Crédito	7,6	4,1	6,9	0,3	1,9	1,9	6,5	1,0		13,7		0,9	6,6	7,1		15,9	1,0	24,5	38	62
	Empregos	5,6	1,8	10,0	0,9	3,8	2,7	8,4	3,4		11,2		0,4	11,7	12,1		11,9	0,7	15,3	35	65
2.009	Invest. fixo	2,4			0,2	0,0		6,7	27,8		0,0	0,2	28,4		2,5		31,5		0,2	31	69
	Crédito	1,8			0,9	0,0		7,1	35,8		0,1		23,5		3,7		26,5		0,7	28	72
	Empregos	5,7			0,9	0,5		5,2	32,3		0,3	0,4	14,1		13,6		25,2		1,7	31	69
2.010	Invest. fixo	2,1		2,0	3,1	0,0	0,6	5,2	7,8		41,3			0,2			26,9	10,7		6	94
	Crédito	4,2		2,4	3,4	0,1	1,3	9,2	15,4		33,2			0,5			21,4	8,9		8	92
	Empregos	8,7		2,0	3,3	0,5	0,5	8,7	32,5		40,3			0,8			0,8	1,8		6	94
2.011	Invest. fixo	9,6			1,1			14,8	36,5		3,0	6,6	5,1		23,3					30	70
	Crédito	18,4			29,1			4,5	22,9		4,9	7,0	5,6		7,7					17	83
	Empregos	7,7			13,9			16,1	24,1		5,2	6,9	0,4		25,7					27	73
Média	Invest. fixo	16,5	1,4	4,6	2,9	8,3	1,3	5,5	21,2	0,4	13,4	2,6	5,3	3,9	8,1	1,1	25,9	10,1	6,6	23*	77*
Histórica	Crédito	23,5	1,9	4,7	7,1	3,2	1,6	5,2	20,6	1,3	12,1	3,7	4,7	3,2	4,9	2,0	23,5	7,4	6,8	17*	83*
	Empregos	20,0	2,2	6,0	3,5	4,0	1,6	7,1	19,9	0,6	16,0	2,9	2,5	4,5	12,0	0,8	22,1	8,2	4,4	18*	82*

⁺ Para 2011, valores até setembro.

* Médias a partir de 2003, já que, para anos anteriores, a Metade Sul absorvia 100% dos benefícios e tal situação distorceria a média para toda a série.

Elaboração dos autores

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Conjuntura Econômica Goiana

Setembro/2012 - nº 22

Tabela 3 - Distribuição de Recursos em Fruição pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás (Em R\$ 1.000 e valores atualizados para 2010) e dos Empregos Gerados

Início da Fruição	Variáveis	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Unapac a dos Veadeir ns	Entorno de Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Poranga tu	Quirino pólis	Rio Vermelh o	Miguel do Araguai	Sudoest e de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	Metade Norte	Metade Sul	Total Geral
2.001	Invest. Fixo	3.272				40.821						2.559					765			43.380	4.037	47.417
	Crédito	193.044				344.019						157.954					10.007			501.973	203.051	705.024
	Empregos	173				600						100					52			700	225	925
2.002	Invest. Fixo	53.825		3.704	1.206			1.082	111.340		359	11.452								11.452	171.516	182.968
	Crédito	693.588		11.978	73.576			2.442	1.589.045		1.236	198.253								198.253	2.371.865	2.570.118
	Empregos	640		30	64			22	3.003		209	160								160	3.968	4.128
2.003	Invest. Fixo	27.931			7.442	23.562	423	259.315	35.799	10.007	66.410			4.607			19.218			23.985	430.730	454.715
	Crédito	129.355			156.414	129.336	43.344	1.840.762	429.395	32.820	546.448			39.204			439.440			172.680	3.613.838	3.786.518
	Empregos	461			140	2	12	1.001	670	37	382			151			254			14	3.096	3.110
2.004	Invest. Fixo	16.462			133.646	15.857		1.122	34.161	1.488	20.438		3.386				119.360	3.636		19.244	330.313	349.556
	Crédito	433.541			2.314.550	53.561		3.855	491.422	142.111	37.585		34.566				810.748	12.849		88.127	4.246.660	4.334.787
	Empregos	415			646	327		30	1.032	70	325		121				101	35		448	2.654	3.102
2.005	Invest. Fixo	42.086	15.160		2.813				20.989		334	1.032					20.115				102.529	102.529
	Crédito	395.622	47.559		55.863				84.166		778	3.357					276.942				864.287	864.287
	Empregos	502	68		432				631		60	48					261				2.002	2.002
2.006	Invest. Fixo	13.811	1.171		6.976			15.000	152.526		10.475		110.739			18.348	207.545			148.805	387.786	536.592
	Crédito	36.125	28.702		101.957			32.802	1.117.060		140.691		338.566			97.068	1.313.057			478.474	2.727.553	3.206.027
	Empregos	273	35		82			50	1.121		109		76			209	1.274			370	2.859	3.229
2.007	Invest. Fixo	27.543		1.213	21.368	37.004		124.288	98.880		91.020	8.957		2.291				1.159		161.292	252.430	413.721
	Crédito	381.812		5.465	290.915	435.178		315.575	609.644		915.623	372.928		15.003				6.106		750.754	2.597.497	3.348.251
	Empregos	575		18	138	314		582	1.073		1.595	338		18				10		896	3.765	4.661
2.008	Invest. Fixo	5.758	65.165		3.535	1.488		886	36.341			3.470		1.765.965			154.167	15.090		1.488	2.050.377	2.051.865
	Crédito	55.288	221.861		15.968	10.555		41.486	727.041			225.145		7.172.536			704.499	400.830		10.555	9.564.654	9.575.209
	Empregos	285	127		39	26		84	917					4.659			936	411		26	7.458	7.484
2.009	Invest. Fixo	69.858	1.462		0	6.083		3.067	110.269		319.979			193.559	2.907		1.674.986			12.056	2.370.113	2.382.169
	Crédito	1.185.776	5.283		0	243.299		61.873	1.407.173		1.904.674	121.849		597.600	14.684		6.488.524		0	319.856	11.710.879	12.030.735
	Empregos	751	37			124		42	1.810		1.478			952	24		2.139			190	7.167	7.357
2.010	Invest. Fixo	686.485	6.282		48.248	10.960		34.719	47.366		367.967						291.597	5.071		10.960	1.487.735	1.498.695
	Crédito	7.499.128	24.627		676.038	273.887		694.050	671.130		420.456						2.047.150	33.857		273.887	12.066.435	12.340.322
	Empregos	1.311	55		253	79		538	851		1.294						1.454	57		79	5.813	5.892
2.011	Invest. Fixo	10.388							4.555		306.574						2.423				323.940	323.940
	Crédito	132.676							95.170		1.237.825						21.521				1.487.192	1.487.192
	Empregos	91							373		1.500						23				1.987	1.987
Total Invest. Fixo		957.420	89.241	4.916	225.232	135.775	423	439.478	652.226	11.495	1.183.556	13.459	128.137	1.966.422	2.907	18.348	2.490.178	24.956		432.662	7.911.506	8.344.169
Total de Crédito		11.135.955	328.031	17.443	3.685.280	1.489.834	43.344	2.992.845	7.221.246	174.931	5.205.315	723.279	729.339	7.824.343	14.684	97.068	12.111.888	453.642		2.794.557	51.453.910	54.248.467
Total de Empregos		5.477	322	48	1.794	1.472	12	2.349	11.481	107	6.952	386	457	5.780	24	209	6.494	513		2.883	40.994	43.877

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

Nota.: Valores de Crédito e Investimento Fixo em Mil R\$ e a relações com emprego estão em R\$.

Elaboração dos autores

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Conjuntura Econômica Goiana
Setembro/2012 - nº 22

18

Tabela 4 - Distribuição de Recursos em Fruição pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás e dos Empregos Gerados (%)

Início Fruição	Variável	Anapolis	Anicuns	Aragarcas	Catalao	Ceres	Chapada Dos Veadeiros	Entorno De Brasília	Goiânia	Ipora	Meia Ponte	Pires Do Rio	Porangatu	Quirinopolis	Rio Vermelho Sao Miguel Do Araguaia	Sudoeste De Goiás	Vale Do Rio Dos Bois	Vão Do Paraná	Metade Su	Metade Norte
2.001	Invest. Fixo	6,9				86,1							5,4			1,6			91,5	8,5
	Crédito	27,4				48,8							22,4			1,4			71,2	28,8
	Empregos	18,7				64,9							10,8			5,6			75,7	24,3
2.002	Invest. Fixo	29,4		2,0	0,7	0,0		0,6	60,9		0,2		6,3			0,0			6,3	93,7
	Crédito	27,0		0,5	2,9	0,0		0,1	61,8		0,0		7,7			0,0			7,7	92,3
	Empregos	15,5		0,7	1,6	0,0		0,5	72,7		5,1		3,9			0,0			3,9	96,1
2.003	Invest. Fixo	6,1			1,6	5,2	0,1	57,0	7,9	2,2	14,6			1,0		4,2			5,3	94,7
	Crédito	3,4			4,1	3,4	1,1	48,6	11,3	0,9	14,4			1,0		11,6			4,6	95,4
	Empregos	14,8			4,5	0,1	0,4	32,2	21,5	1,2	12,3			4,9		8,2			0,5	99,5
2.004	Invest. Fixo	4,7			38,2	4,5		0,3	9,8	0,4	5,8		1,0			34,1	1,0		5,5	94,5
	Crédito	10,0			53,4	1,2		0,1	11,3	3,3	0,9		0,8			18,7	0,3		2,0	98,0
	Empregos	13,4			20,8	10,5		1,0	33,3	2,3	10,5		3,9			3,3	1,1		14,4	85,6
2.005	Invest. Fixo	41,0	14,8		2,7	0,0			20,5		0,3	1,0				19,6			0,0	100,0
	Crédito	45,8	5,5		6,5	0,0			9,7		0,1	0,4				32,0			0,0	100,0
	Empregos	25,1	3,4		21,6	0,0			31,5		3,0	2,4				13,0			0,0	100,0
2.006	Invest. Fixo	2,6	0,2		1,3	0,0		2,8	28,4		2,0		20,6			3,4			27,7	72,3
	Crédito	1,1	0,9		3,2	0,0		1,0	34,8		4,4		10,6			3,0			14,9	85,1
	Empregos	8,5	1,1		2,5	0,0		1,5	34,7		3,4		2,4			6,5			11,5	88,5
2.007	Invest. Fixo	6,7		0,3	5,2	8,9		30,0	23,9		22,0	2,2		0,6		0,0	0,3		39,0	61,0
	Crédito	11,4		0,2	8,7	13,0		9,4	18,2		27,3	11,1		0,4		0,0	0,2		22,4	77,6
	Empregos	12,3		0,4	3,0	6,7		12,5	23,0		34,2	7,3		0,4		0,0	0,2		19,2	80,8
2.008	Invest. Fixo	0,3	3,2		0,2	0,1		0,0	1,8					86,1		7,5	0,7		0,1	99,9
	Crédito	0,6	2,3		0,2	0,1		0,4	7,6					74,9		7,4	4,2		0,1	99,9
	Empregos	3,8	1,7		0,5	0,3		1,1	12,3					62,3		12,5	5,5		0,3	99,7
2.009	Invest. Fixo	2,9	0,1			0,3		0,1	4,6		13,4	0,0		8,1	0,1	70,3			0,5	99,5
	Crédito	9,9				2,0		0,5	11,7		15,8	1,0		5,0	0,1	53,9			2,7	97,3
	Empregos	10,2	0,5			1,7		0,6	24,6		20,1	0,0		12,9	0,3	29,1			2,6	97,4
2.010	Invest. Fixo	45,8	0,4		3,2	0,7		2,3	3,2		24,6					19,5	0,3		0,7	99,3
	Crédito	60,8	0,2		5,5	2,2		5,6	5,4		3,4					16,6	0,3		2,2	97,8
	Empregos	22,3	0,9		4,3	1,3		9,1	14,4		22,0					24,7	1,0		1,3	98,7
2.011	Invest. Fixo	3,2				0,0			1,4		94,6					0,7			0,0	100,0
	Crédito	8,9				0,0			6,4		83,2					1,4			0,0	100,0
	Empregos	4,6				0,0			18,8		75,5					1,2			0,0	100,0
Total Invest. Fixo		11,5%	1,1	0,1	2,7	1,6	0,0	5,3	7,8	0,1	14,2	0,2	1,5	23,6	0,0	29,8	0,3		5,2	94,8
Total de Crédito		20,5%	0,6	0,0	6,8	2,7	0,1	5,5	13,3	0,3	9,6	1,3	1,3	14,4	0,0	22,3	0,8		5,2	94,8
Total de Empregos		12,5%	0,7	0,1	4,1	3,4	0,0	5,4	26,2	0,2	15,8	0,9	1,0	13,2	0,1	14,8	1,2		6,6	93,4
Média Invest. Fixo		14,6%	1,9	0,2	5,3	10,6	0,0	9,3	16,1	0,3	8,3	0,3	3,3	9,6	0,0	19,6	0,2		17,7	82,3
Média de Crédito		19,7%	0,9	0,1	8,4	7,1	0,1	6,6	17,2	0,4	6,6	1,5	4,1	8,1	0,0	18,3	0,5		12,8	87,2
Média de Empregos		14,5%	0,8	0,1	5,9	8,6	0,0	5,9	26,8	0,3	11,0	1,0	2,1	8,0	0,0	13,6	0,8		12,9	87,1

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

Nota.: Valores de Crédito e Investimento Fixo em Mil R\$ e a relações com emprego estão em R\$.

Elaboração dos autores

2 – A efetividade do programa PRODUZIR

Dos 1.399 projetos aprovados no PRODUZIR¹⁰, no período de 2001 a maio de 2012, 650 foram contratados, contemplando 81 municípios em 17 das 18 Microrregiões do estado (Tabela 5 e Gráficos 1 e 2).

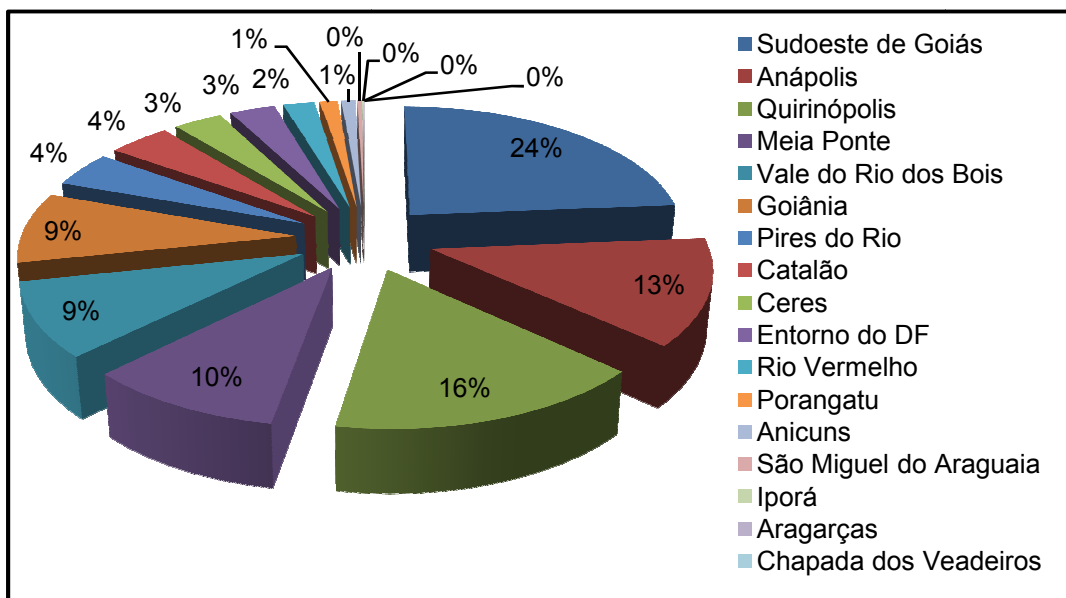
Com relação aos empregos gerados pelos projetos em fruição do PRODUZIR, fazendo-se a sua relação com o saldo do CAGED¹¹, chega-se a uma média anual de 12% entre 2001 e 2011. Ou seja, nota-se uma grande representatividade (12%) do programa no fomento à geração de emprego. Adotando-se as informações da RAIS¹² a representatividade média anual é de 6,5% entre 2001 e 2010. Assim, tanto na comparação com o CAGED quanto com a Rais, o impacto na geração de emprego é considerável.

A Microrregião de Goiânia foi a que recebeu o maior número de projetos e gerou o maior número de empregos

diretos, 20,07% do total, mas as Microrregiões do Sudoeste Goiano, Quirinópolis e Anápolis receberam os maiores investimentos, 23,29%, 15,69% e 12,84% do total, respectivamente. Esses investimentos estão intimamente ligados ao setor sucroalcooleiro para as duas primeiras microrregiões e automotivo, farmacêutico e de bebidas para a última. A microrregião de Goiânia se destaca nos setores alimentício, embalagens, laticínios e higiene. As microrregiões do Sudoeste Goiano, Quirinópolis, Anápolis e Goiânia absorveram 60,38% de todo o investimento previsto para o Estado de Goiás.

Por outro lado, as Microrregiões de Anicuns, São Miguel do Araguaia, Iporá e Rio Vermelho receberam os menores investimentos e benefícios concedidos. E o mais curioso é que o Vão do Paranã (Nordeste Goiano) não captou nenhum recurso e a única empresa que usufruiu do benefício da Microrregião originalmente seria instalada em outra.

Gráfico 1 - Projetos Contratados no PRODUZIR - Representatividade dos Investimentos por Microrregiões - 2001 a Maio de 2012.



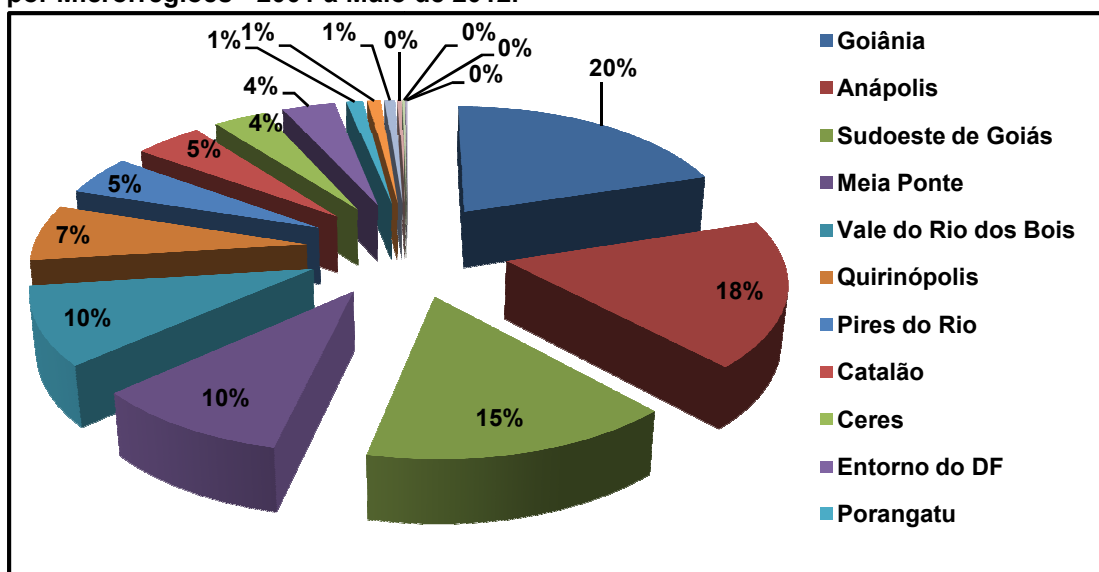
Fonte: SIC/PRODUZIR/FOMENTAR
Elaboração dos autores

¹⁰ A análise baseia-se nos projetos contratados do PRODUZIR, excluindo as contratações que são apenas de mudança de sócio, endereço ou que não influenciem nos investimentos ou benefícios.

¹¹ CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

¹² RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

Gráfico 2 - Projetos Contratados no PRODUZIR - Representatividade dos Empregos por Microrregiões - 2001 a Maio de 2012.



Fonte: SIC/PRODUZIR/FOMENTAR
Elaboração dos autores

Analisando-se a representatividade dos investimentos por seguimento econômico (Tabela 5), destaca-se o montante previsto para o setor sucroalcooleiro e o de biocombustível que alcança 59,3% do total, ultrapassando setores tradicionais como o alimentício (6,6%) e bebidas (8,8). O setor automobilístico prevê investimentos na ordem de 8,8%. Assim, a cesta de investimentos fortalece

setores ligados ao agronegócio, bem como atraindo indústrias consideradas de ponta e de alta tecnologia como a de automóveis, fármacos e siderurgia.

A grande parte dos investimentos está ligada à atividade sucroalcooleira e biocombustíveis (59,3%), que junto com o automotivo e o alimentício absorvem 74,7% dos investimentos totais.

Tabela 5 - Projetos Contratados do PRODUZIR por Segmento Econômico, Representatividade do Investimento e Emprego - 2001 a Maio 2012

Segmento Econômico	Projetos	Empregos	Repres. %	Investimento (R\$)	Repres. %	Benefício Concedido (R\$)	Repres. %
Sucroalcooleiro e Biocombustível	49	79.205	44,8	6.944.976.741	59,3	26.806.082.158	37,0
Automotivo	17	16.081	9,1	1.034.180.519	8,8	14.415.896.726	19,9
Alimentício	84	15.917	9,0	770.712.493	6,6	5.473.350.958	7,6
Bebidas	20	1.689	1,0	393.765.468	3,4	3.870.120.214	5,3
Farmacêutica e Farmoquímica	43	5.635	3,2	369.391.493	3,2	3.094.842.993	4,3
Siderúrgico	2	316	0,2	246.734.000	2,1	2.491.653.900	3,4
Laticínios	49	3.932	2,2	209.460.423	1,8	2.670.467.260	3,7
Agropecuário, Abatedouro e Frigorífico	16	5.564	3,2	205.371.763	1,8	1.696.961.991	2,3
Embalagens e Formulários	31	3.599	2,0	197.390.275	1,7	1.018.407.514	1,4
Mineração	12	2.485	1,4	183.959.670	1,6	856.344.280	1,2
Químico	20	1.724	1,0	136.291.614	1,2	674.836.507	0,9
Higiene e Limpeza	15	3.330	1,9	122.040.119	1,0	808.380.647	1,1
Confecção e Têxtil	23	4.142	2,3	107.298.237	0,9	608.755.843	0,8
Móveis	23	3.369	1,9	94.867.656	0,8	986.066.200	1,4
Metalúrgico	29	3.930	2,2	83.077.730	0,7	565.162.434	0,8
Atacadista	5	848	0,5	69.392.427	0,6	259.380.164	0,4
Plásticos	21	2.313	1,3	65.687.841	0,6	264.367.318	0,4
Artefatos de Cimento, Borracha, Madeira, Metais, Marmore e Pré-	23	4.284	2,4	60.316.064	0,5	720.261.734	1,0



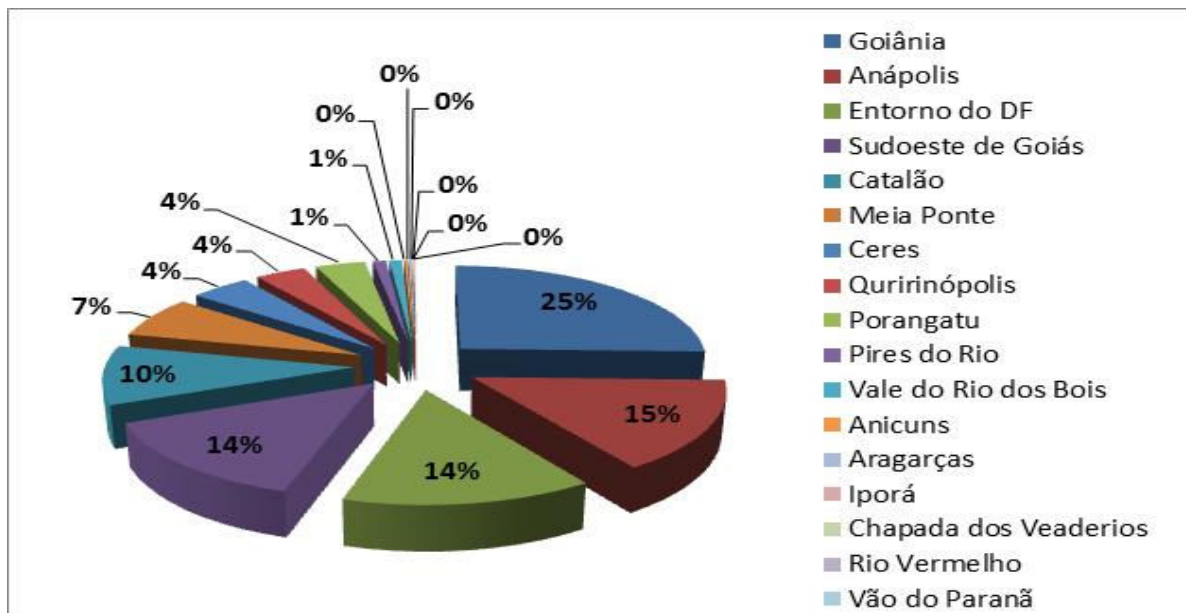
Segmento Econômico	Projetos	Empregos	Repres. %	Investimento (R\$)	Repres. %	Benefício Concedido (R\$)	Repres. %
Moldados							
Cosméticos	13	2.863	1,6	40.570.975	0,3	397.529.675	0,5
Eletrônica	5	294	0,2	40.303.923	0,3	162.884.823	0,2
Reciclagem	17	1.530	0,9	34.514.942	0,3	469.229.967	0,6
Vidro	6	627	0,4	33.312.841	0,3	43.346.892	0,1
Máquinas e Equipamentos	17	1.868	1,1	24.803.730	0,2	386.328.157	0,5
Coureiro	7	428	0,2	23.470.672	0,2	978.209.984	1,4
Óleos Vegetais	4	365	0,2	22.665.896	0,2	737.415.969	1,0
Hospitalar	8	634	0,4	18.141.879	0,2	103.796.899	0,1
Outros	91	9.650	5,5	181.992.951	1,6	1897983926	2,6
Total	650	176.622	100	11.714.692.340	100	72.458.065.133	100

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.
 Nota.: Preços atualizados em maio de 2012
 Elaboração dos autores

Atualmente, 289 empresas estão utilizando o programa PRODUIR, contemplando 80 municípios em 17 microrregiões. Destas, 43,6% estão localizadas na Microrregião de Goiânia, que também ocupa o 1º lugar dos benefícios utilizados, 22,8%, bem como do ICMS arrecadado, 25,44% (estimativa). Juntas, as Microrregiões de Goiânia, Anápolis e Entorno do DF respondem, aproximadamente, por 55% do ICMS recolhido (Gráfico 3; estimativa), demonstrando forte concentração industrial. Com a implantação de todos os

projetos contratados, as Microrregiões do Sudoeste de Goiás, Quirinópolis, Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois passarão a ter forte representatividade na geração de empregos diretos, investimentos e ICMS. Por outro lado, algumas Microrregiões, apesar de todo esforço governamental e por questões demográficas, climáticas, logísticas etc., ainda não possuem capacidade de captação de recursos via PRODUIR, como a de São Miguel do Araguaia, Vão do Paraná, Rio Vermelho, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Aragarças e Anicuns.

Gráfico 3 - Projetos em Fruição do PRODUIR - Representatividade do ICMS Recolhido por Microrregiões (Estimativa) - 2001 a Maio de 2012



Fonte: SIC/PRODUIR/FOMENTAR
 Elaboração dos autores

Considerações Finais

A primeira constatação é que só após a operacionalização dos Programas FOMENTAR e PRODUIR é que surgem os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos como a Perdigão em Rio Verde, além de outras importantes indústrias como a automotiva e a mineral, que iniciaram o processo de diversificação industrial em Goiás, como John Deere e Mitsubishi em Catalão, Hyundai em Anápolis, e o polo farmacêutico de Anápolis com a Têuto, Neoquímica, entre outras.

Apesar dos esforços fica evidente a alta concentração dos recursos na Metade Sul de Goiás (médias ao redor de 80%), o que tende a manter as disparidades e a tradicional desigualdade entre a Metade Norte e a Sul do estado, reproduzindo o processo de concentração capitalista. Quando se observa a espacialização dos recursos aprovados e em fruição e os empregos a serem gerados há alguma “pulverização” nas microrregiões do estado como um todo, pelo menos a partir de 2003, mas a proporção é muito favorável a Metade Sul.

O programa contribuiu para incrementar o faturamento e o valor adicionado industrial do estado.

A relação do Investimento Fixo como os empregos, a preços de 2010, é de R\$ 248.971. Já o Investimento Fixo somados aos Créditos em relação aos empregos é de R\$ 1.422.359. Ambas as relações para o período de 2001 a setembro de 2011.

Com relação aos empregos gerados pelos projetos em fruição do PRODUIR, fazendo-se a sua relação com o saldo do Caged, chega-se a uma média anual de 12% entre 2001 e 2011. Ou seja, nota-se uma grande representatividade (12%) do programa no fomento à geração de emprego.

Ainda há algumas microrregiões que não usufruem dos benefícios do programa sendo que contribui para tal situação a falta de infraestrutura e aglomeração de pessoas, dois requisitos interessantes para o investimento produtivo se tornar atrativo. Assim, nota-se que algumas Microrregiões não possuem capacidade de

captação dos recursos do Programa, principalmente a de Aragarças, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paranã.

O cenário em tela só será modificado se os programas permanecerem em operação seguindo as diretrizes atuais de maior interiorização dos investimentos, caso contrário, o Estado manterá o nível de concentração experimentado nas últimas décadas, seguindo o modelo de concentração das regiões Sul e Sudeste do país.

Referências Bibliográficas


ARBEX JR. J.; OLIC, N. B. **Rumo ao Centro-Oeste: o Brasil em regiões**. Editora Moderna, São Paulo, 1996.

ARRIEL, M. F. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana - 1999-2007**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2010. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=762>. Acesso em: 05 de dez. 2010.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. **A dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, S. D. ; ESTEVAM, L.; ARRIEL, M.; BRITO L.; COSTA, W.; COSTA L.. **Análise do balanço de pagamentos do estado de Goiás e a importância dos APLs no fluxo de comércio**. In: “Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”. Florianópolis: Ufsc, 2009 (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES).

CASTRO, S. D. **Diretrizes de política industrial e tecnológica**. Goiânia, 2007, mimeo.



CASTRO, S. D.; BRITO, L. **Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuário em Goiás.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.7. Seplan-GO, fev. 2006.

CASTRO, S. D.; BRITO, L. **Lacunas na cadeia local de suprimentos do APL farmacêutico de Anápolis-Goiânia.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia n.5. Seplan-GO, ago. 2005.

ESTEVAM, L. A.. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FARIA, N. L. de. **Os benefícios sociais do programa fundo de participação e fomento a industrialização do estado de Goiás – Fomentar, o período de 1992 A 2003.** 2004. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Católica de Goiás, 2004.

KRENAK, A.; MOREIRA, R.; SADER, R.; FAULHABER, P.; TARELHO, L. C.; OLIVEIRA, L. C.; CASTRO, B.; BARBOSA, Y. M. **Território e cidadania: Da luta pela terra ao direito à vida.** Editora Marco Zero, Pinheiros – SP, 1989.

OLIVEIRA, D.V.; MARQUES, D. F.; ROMANATTO, E.; ARRIEL, M.F. **As relações do comércio interestadual do estado de Goiás em 2009.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, nº 16 dez. 2010.

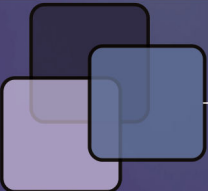
PASCHOAL, J. A. R. **O papel das políticas públicas de incentivos e benefícios fiscais no processo de estruturação industrial de Goiás 2000 – 2008.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, nº 12, dez. 2009.

PASCHOAL, J. A. R. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999).** 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PIRES M. J. S.; RAMOS, P. **Implicações do processo de modernização na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do Estado de Goiás.** In: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47º Congresso, Porto Alegre, 2009.

PIRES, M. J. de S. **Estrutura e dinâmica industrial: um estudo da região Centro-Sul do estado de Goiás.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.12. Seplan-GO, p. 54-66, dez. 2009. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 10 jan 2010.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2002 a 2009.** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 20 maio. 2012.



Algumas considerações a partir das receitas e despesas dos municípios segundo as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás

Resumo: O presente trabalho investigou algumas informações sobre as finanças dos 246 municípios do Estado de Goiás, organizando-as em Regiões de Planejamento para uma melhor análise do perfil de cada uma das regiões goianas. Dessa forma, são apontadas as relações entre as receitas arrecadadas e as despesas com as funções de governo nos anos de 2006 e 2010. Ainda, faz-se uma análise dos dados referentes à arrecadação com receitas próprias e de transferências correntes, bem como, a destinação da arrecadação em despesas com pessoal e encargos, investimentos, educação, saúde, saneamento, habitação e assistência social.

Palavras-chave: Receitas, Despesas, Educação, Saúde, Saneamento, Urbanismo, Habitação, Assistência Social.

Introdução

No atual cenário nacional, um dos grandes desafios do Estado é o de garantir a aplicação dos recursos públicos de forma mais eficiente possível, visando sempre a economicidade e a eficácia dos gastos públicos buscando atender as necessidades cada vez maiores e mais complexas da população e ainda fazer o uso de tais recursos de forma responsável, com foco em resultados e de modo transparente.

Nisto se incluem os municípios, principalmente, porque há uma clara tendência de aprofundar, por um lado, a municipalização dos gastos em áreas como educação, saúde e saneamento, habitação e urbanismo e, por outro, a preocupação com a disciplina fiscal.

O presente trabalho investigou as finanças dos 246 municípios do Estado de Goiás, organizando os dados em Regiões de Planejamento para uma melhor análise do



Daniela Vieira de Oliveira¹
Eduiges Romanatto²

perfil de cada uma das regiões goianas com relação aos seus respectivos dados de arrecadação e despesas públicas. São apontadas as relações entre as receitas arrecadadas e as despesas com as funções de governo para os anos de 2006 e 2010. Ainda, faz-se uma análise dos dados referentes à arrecadação com receitas próprias e receitas recebidas por meio de transferências correntes e a aplicação destes recursos em despesas com pessoal e encargos, investimentos, educação, saúde, saneamento, habitação e assistência social.

1 – Receitas Arrecadadas por Região de Planejamento

Segundo os dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), a soma das receitas dos municípios em 2006 para o Estado de Goiás foi de R\$ 5.558.397.555, somando-se as receitas correntes e as receitas de capital. Em 2010, a soma destas receitas totalizou R\$ 9.345.671.124,75, um acréscimo de 68,14% em termos nominais e de 34,11% em termos reais³. A participação das receitas tributárias no total de receitas dos municípios apresentou uma pequena elevação de 2006 para 2010. Em 2006, 14,33% do total das receitas era de origem tributária. Em 2010 este percentual aumentou para 16,56%. Isso parece indicar que, embora o crescimento tenha sido pequeno, os municípios tornaram-se mais auto-suficientes em termos de receita. A Tabela 1, a seguir, demonstra a evolução das receitas total e tributárias de 2006 para 2010.

¹ Economista pela UFG e Auditora da UFG. E-mail: daniela.v.oliveira@gmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e Gerente de Estatísticas Socioeconômicas da Segplan/GO. E-mail: eduiges-r@segplan.go.gov.br.

³ Conforme IGP-DI/FGV

Tabela 1 – Receitas Totais e Receitas Tributárias, por Região de Planejamento de Goiás – 2006 e 2010 (em R\$ milhão e valores correntes)

Região Planejamento	2006					2010				
	Receitas Totais	Ranking	Receita Tributária	Ranking	% (Rec. Tributária / Rec. Totais)	Receitas Totais	Ranking	Receita Tributária	Ranking	% (Rec. Tributária / Rec. Totais)
Metropolitana de Goiânia	1.967,67	1º	481,52	1º	24,47	3.310,46	1º	862,27	1º	26,05
Entorno do DF	640,23	3º	50,85	4º	7,94	1.125,11	2º	128,71	4º	11,44
Sudoeste Goiano	678,96	2º	67,29	2º	9,91	1.070,92	3º	140,51	3º	13,12
Centro Goiano	516,91	4º	58,29	3º	11,28	948,67	4º	153,25	2º	16,15
Sul Goiano	477,95	5º	50,42	5º	10,55	737,79	5º	84,79	5º	11,49
Norte Goiano	339,26	7º	26,94	6º	7,94	613,31	6º	72,4	6º	11,81
Oeste Goiano	359,44	6º	23,62	7º	6,57	564,34	7º	38,51	8º	6,82
Sudeste Goiano	289,3	8º	22,18	8º	7,67	502,16	8º	40,64	7º	8,09
Nordeste Goiano	160,3	9º	6,59	10º	4,11	270,99	9º	11,54	10º	4,26
Noroeste Goiano	128,38	10º	8,99	9º	7	201,94	10º	14,65	9º	7,26
Total geral	5.558,40		796,67		14,33	9.345,67		1.547,29		16,56

Fonte: TCM - GO
Elaboração dos autores

Algumas observações a respeito da Tabela 1 merecem destaque. Desde 2006, a região de planejamento com maior total de receitas é a Região Metropolitana de Goiânia, região que apresenta também o maior PIB do Estado. O segundo maior total de receitas em 2006 era da Região Sudoeste Goiana e o terceiro maior total era da Região do Entorno do DF. Em 2010 há uma troca de posições entre essas duas regiões. Quando se olha para as receitas tributárias para estas duas regiões nota-se que a do Sudoeste é 3ª e a do Entorno é 4ª, ou seja, as receitas de transferências para a Região do Entorno parecem influenciar na receita total e por isso ficando à frente da Sudoeste. Como houve aumento de recursos transferidos aos municípios da Região do Entorno, principalmente recursos federais, nos últimos anos, acabou colocando a região em posição à frente da Sudoeste.

Em 2006, a quarta maior receita era a da Região Centro Goiano e a quinta, a do Sul Goiano. A sexta e a sétima maior receita competiam às regiões Oeste e Norte Goiano, respectivamente. Em 2010 estas duas regiões inverteram suas posições. A oitava maior receita é da Região Sudeste Goiano, a nona maior é da Região

Nordeste e a décima, desde 2006, a Região Noroeste Goiano.

A Região Metropolitana de Goiânia também possui a maior receita tributária desde 2006. Em 2006, a segunda maior arrecadação com tributos era do Sudoeste Goiano e a terceira era do Centro Goiano e em 2010 estas duas regiões trocaram de posição. A quinta e sexta maior arrecadação é da Região Sul e Norte Goiano, respectivamente. As regiões Oeste e Sudeste Goiano, que ocupavam a sétima e oitava colocação, respectivamente, em 2006; trocaram suas posições em 2010. A nona maior arrecadação tributária é do Noroeste Goiano e a décima a do Nordeste Goiano.

É clara a relação do total das receitas totais e das receitas tributárias com o perfil econômico de cada região de planejamento. Pode-se perceber que as regiões com maiores PIB's possuem maiores receitas totais e maiores receitas tributárias. Esta correlação também pode ser observada quando se analisa a participação das receitas tributárias nas receitas totais. Quanto mais rica a região, maior sua auto-suficiência com relação à arrecadação própria.

Já a relação das receitas de transferências correntes é oposta às receitas tributárias, ou seja, quanto maior o percentual de transferências correntes no total das receitas, maior a dependência do município ou da Região de Planejamento dos demais entes ou regiões do Estado.

A participação das transferências correntes na soma total das receitas dos municípios apresentou uma leve queda de 2006 para 2010. Em 2006, 72,62% das receitas municipais eram provenientes de transferências correntes. Em 2010 este percentual foi reduzido para 70,22%, apresentando uma pequena melhora.

Tabela 2 – Receita de Transferências Correntes por Região de Planejamento de Goiás – 2006 e 2010 (em R\$ milhão e valores correntes)

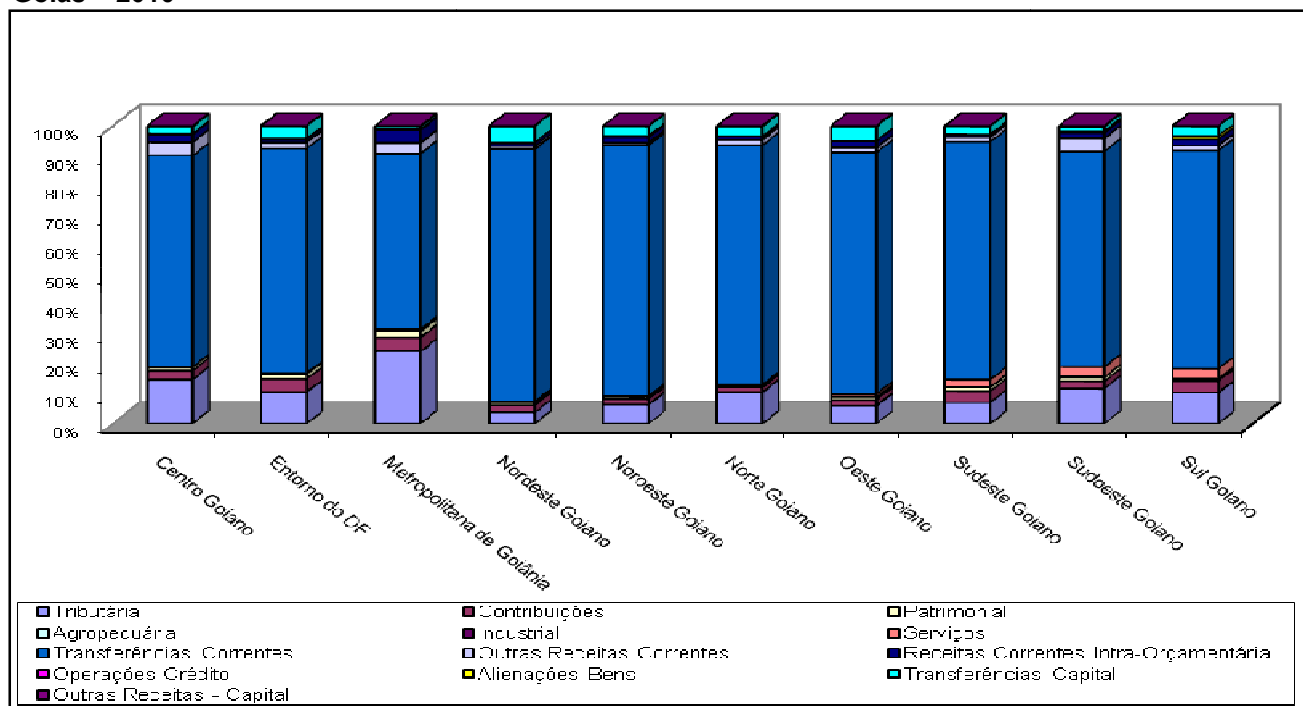
Região Planejamento	2006			2010		
	Receitas Transf. Correntes	% Rec. Transf. Correntes / Rec. Totais	Ranking	Receitas Transf. Correntes	% Rec. Transf. Correntes / Rec. Totais	Ranking
Nordeste Goiano	143,92	89,78	1º	254,67	84,92	1º
Noroeste Goiano	109,41	85,23	2º	191,03	84,27	2º
Oeste Goiano	298,54	83,06	4º	517,95	81,34	3º
Norte Goiano	288,54	85,05	3º	547,58	80,5	4º
Sudeste Goiano	233,47	80,7	5º	452,49	79,91	5º
Entorno do DF	509,21	79,54	6º	912,86	75,51	6º
Sul Goiano	375,03	78,47	7º	598,62	73,41	7º
Sudoeste Goiano	500,4	73,7	9º	858,1	72,39	8º
Centro Goiano	396,57	76,72	8º	734,79	71,08	9º
Metropolitana de Goiânia	1.181,61	60,05	10º	2.088,32	59,03	10º
Total geral	4.036,72	72,62		7.156,42	70,22	

Fonte: TCM - GO
Elaboração dos autores

A Tabela 2 acima mostra as receita de transferências correntes de cada região de planejamento e o percentual de participação deste tipo de receita no montante total. A partir destes dados pode-se observar que as regiões

menos desenvolvidas como o Nordeste, o Noroeste, o Oeste e o Norte Goiano, possuem uma maior proporção de receitas de transferências enquanto que as regiões mais desenvolvidas possuem uma menor participação.

Gráfico 1 – Participação das categorias econômicas na receita total por Região de Planejamento de Goiás – 2010



Fonte: TCM - GO
Elaboração dos autores

Segundo os dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, as receitas de capital, composta por operações crédito, alienações de bens, transferências capital e outras receitas de capital têm pouca relevância na soma das receitas totais em todas as regiões de planejamento, variando de 1,24% a 5,65% de participação nas receitas totais em 2010, sendo que o maior peso nesta composição é das transferências de capital. O Gráfico 1 mostra a participação de todas as receitas que compõem a receita total das regiões de planejamento de Goiás.

2 – Despesas Públicas por Região de Planejamento

Embora as receitas tenham aumentado desde 2006 em um percentual expressivo, as despesas também cresceram e ainda em maior proporção. Segundo o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, as despesas dos municípios do Estado de Goiás,

em 2006, somavam R\$ 5.220.882.929,89. Em 2010 este montante aumentou para R\$ 9.279.991.764,57, um acréscimo de 77,75% em termos nominais contra 68,14% de aumento nas receitas (em termos de crescimento real, o crescimento das despesas totais foi de 43,7%⁴). Da composição destas receitas em 2010, 88,85% destas eram de custeio, ou seja, R\$ 8.244.972.659,14, e 11,15% eram de capital totalizando R\$ 1.035.019.105,43.

Fazendo a análise destas despesas por elemento, as despesas com pessoal e encargos das Regiões de Planejamento, em relação às despesas totais, apresentaram aumento de 2006 para 2010. Em 2006, os gastos com pessoal e encargos somaram R\$ 2,281 bilhões, representando em média 43,74% das despesas totais, apresentando pouca variação entre as regiões. Em 2010 o valor com estas despesas foram de R\$ 4,485 bilhões, representando em média 47,51% das despesas totais e também com pouca variação entre as regiões.

⁴ Conforme IGP-DI/FGV

As despesas com investimentos aumentaram em valores nominais quando analisado o montante investido, porém quando avaliado em percentual de participação no total das despesas houve uma redução. Em 2006 eram gastos R\$ 509,946 milhões, representando 9,77% do total de gastos nos municípios de Goiás. Em 2010 o montante aumentou para R\$ 870,950 milhões, entretanto a participação nos gastos caiu para 9,39%.

Um fator interessante de ser analisado é que em 2006 as Regiões de Planejamento que apresentavam um maior montante e uma maior participação de gastos com

investimentos eram as regiões mais ricas do Estado. Em 2010, as Regiões que possuem o maior montante de investimento continuam sendo as regiões mais ricas, mas em termos de participação nas despesas totais, as regiões mais pobres de Goiás é que possuem o maior percentual de investimentos. Isso significa que, embora seja um processo lento, está havendo uma maior preocupação dos governos de aumentarem os investimentos nas regiões que mais precisam dele. A Tabela 3, a seguir, mostra a composição das despesas por Regiões de Planejamento entre 2006 e 2010.

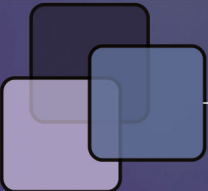
Tabela 3 – Composição das Despesas por Região de Planejamento de Goiás – 2006 a 2010

Regiões de Planejamento	Total da Despesa (Em R\$ milhões)	Pessoal e Encargos Social (%)	Juros Encargos Dívida (%)	Outras Desp. Correntes (%)	Investimentos (%)	Inversões Financeiras (%)	Amortizações (%)
2006							
Centro Goiano	494,948	46,68	0,104	43,52	8,44	0,054	1,2
Entorno do DF	618,266	43,12	0,007	41,15	14,93	0,137	0,65
Metropolitana de Goiânia	1.863,983	42,46	0,07	44,99	11,14	0	1,34
Nordeste Goiano	147,603	43,31	0,003	48,97	7,61	0,005	0,1
Noroeste Goiano	115,924	41,66	0,094	49,6	7,21	0,078	1,36
Norte Goiano	323,109	41,3	0,002	50,13	7,45	0,001	1,12
Oeste Goiano	327,560	42,25	0,026	47,48	8,02	0,078	2,14
Sudeste Goiano	270,740	44,43	1,54	46,65	6,8	0,018	0,55
Sudoeste Goiano	623,137	45,74	0,189	45,59	7,22	0,086	1,17
Sul Goiano	436,283	46,36	0,059	43,55	8,01	0,064	1,96
Total	5.221,553	43,68	0,147	45,12	9,77	0,045	1,24
2010							
Centro Goiano	988,843	45,22	0,069	43,1	9,78	0,048	1,78
Entorno do DF	1.126,635	50,07	0,038	38,7	9,86	0,037	1,3
Metropolitana de Goiânia	3.287,742	50,15	0,165	39,06	8,58	0	2,05
Nordeste Goiano	265,477	49,29	0,017	38,22	11,96	0	0,52
Noroeste Goiano	201,840	45,09	0,093	44,46	8,85	0,046	1,46
Norte Goiano	622,027	43,23	0,306	44,94	10,46	0	1,06
Oeste Goiano	556,856	47,84	0,086	39,86	10,51	0,043	1,66
Sudeste Goiano	479,581	46,43	0,014	46,75	5,95	0,078	0,78
Sudoeste Goiano	1.023,800	47,2	0,187	40,18	10,21	0,009	2,21
Sul Goiano	727,192	49,77	0,149	37,55	10,28	0,052	2,19
Total	9.279,992	48,33	0,132	40,38	9,39	0,022	1,75

Fonte: TCM - GO
Elaboração dos autores

Com relação às despesas públicas classificadas por função, há uma série de funções que compõem o dispêndio municipal. As funções que foram disponibilizadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios

de Goiás são as funções: legislativa, judiciária, essencial a justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania,



urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria, comércio e serviços, comunicação, energia, transporte, desporto e lazer e encargos especiais. Entretanto, nem todas elas serão analisadas neste trabalho. Apenas as funções educação, saúde e saneamento, habitação e urbanismo e assistência social, dado a maior relevância destas para a população.

Nas últimas duas décadas, diferentes políticas e programas de descentralização administrativa foram estabelecidos pelo governo federal e estadual com o objetivo de municipalizar diversas atribuições, principalmente àquelas relativas às funções sociais do Estado. Com essa troca de responsabilidades os municípios ficaram com dever de prestação de diversos serviços públicos essenciais à população, como educação fundamental, atendimento de saúde, assistência social entre outros. Vários desses programas de descentralização tiveram sua implementação vinculada ao repasse de recursos, tanto federais quanto estaduais, visando a dar suporte financeiro para que os municípios pudessem arcar com as novas atribuições. Os exemplos mais conhecidos desses programas nas áreas de saúde e educação são o Sistema Único de Saúde - SUS e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Esses recursos recebidos respondem por parte das despesas que serão apresentadas e analisadas a seguir.

A distribuição dos gastos com a função educação no total das despesas por função está tratada na Tabela 4, a seguir. Os gastos com educação apresentaram um crescimento nominal expressivo de 2006 para 2010 de 68,98%, embora tenha sido menor que o aumento total

das despesas. Em 2006 eram gastos R\$ 1,327 bilhões em educação e em 2010 este valor subiu para R\$ 2,242 bilhões. Contudo, o percentual dos gastos com educação com relação aos gastos totais apresentou redução de 2006 para 2010. Em 2006, 25,41% das despesas eram na função educação. Em 2010 esta proporção reduziu para 24,16%.

Em valores absolutos, a Região Metropolitana de Goiânia possui em 2010 a maior despesa em educação, seguida do Entorno do DF, Sudoeste e Centro Goiano. Porém, em percentual de despesas, as regiões que apresentam a maior proporção são o Entorno do DF, Nordeste, Sudoeste e Norte Goiano.

Analisando o dispêndio em educação per capita, em 2006 eram gastos R\$ 289,08 por pessoa, em valores corrigidos pelo INPC/IBGE. Em 2010, estes gastos aumentaram para R\$ 373,38, um aumento de 29,16%, correspondente a R\$ 84,29. Comparando este aumento ao das despesas totais e ao das despesas com a função educação percebe-se que o gasto per capita cresceu em menores proporções já que, os gastos totais per capita corrigidos pelo INPC cresceram 42,33% e os gastos em educação aumentaram 35,31%.

As regiões de planejamento que possuem os maiores gastos per capita com educação são, em ordem: Norte Goiano, Sudoeste Goiano, Nordeste Goiano, Sul Goiano, Sudeste Goiano, Entorno do DF, Oeste Goiano, Centro Goiano, Noroeste Goiano e por último, a Região Metropolitana de Goiânia.

A diferença dos gastos per capita em educação apresenta valores significativos. Enquanto a região com maior gasto (Norte Goiano) apresentou um gasto de R\$ 506,42, a região com o menor gasto (Região Metropolitana) gastou R\$ 303,05, uma diferença de 59,84%.

Tabela 4 – Despesas com a função educação, participação destas no total das despesas, despesas com educação *per capita* e crescimento das despesas com educação por Região de Planejamento de Goiás – 2006 a 2010

Regiões de Planejamento	Desp. Educação (em R\$ mi)	Ranking Desp. c/ Educação	Partic. na Desp. Total	Ranking Partic. na Desp. total	Desp. Educação <i>per capita</i>	Ranking Educação <i>per capita</i>	Crescimento Desp. Educação (base 2006)
2006							
Sudoeste Goiano	232,593	3º	29,89	3º	481,14	1º	-
Nordeste Goiano	56,794	9º	30,81	2º	361,05	2º	-
Norte Goiano	104,279	6º	25,84	4º	357,27	3º	-
Sudeste Goiano	81,878	8º	24,22	5º	354,46	4º	-
Sul Goiano	131,654	5º	24,16	6º	339,18	5º	-
Oeste Goiano	93,008	7º	22,74	8º	278,72	6º	-
Metropolitana de Goiânia	523,286	1º	22,48	10º	253,83	7º	-
Noroeste Goiano	34,255	10º	23,66	7º	252,88	8º	-
Entorno do DF	258,618	2º	33,49	1º	243,20	9º	-
Centro Goiano	140,294	4º	22,70	9º	239,87	10º	-
Total	1.656,659		25,41		289,08		-
2010							
Norte Goiano	156,042	6º	25,09	4º	506,42	1º	49,64
Sudoeste Goiano	280,249	3º	27,37	3º	505,96	2º	20,49
Nordeste Goiano	82,191	9º	30,96	2º	483,49	3º	44,72
Sul Goiano	175,972	5º	24,20	5º	438,60	4º	33,66
Sudeste Goiano	106,444	8º	22,20	7º	428,57	5º	30,00
Entorno do DF	394,351	2º	35,00	1º	376,55	6º	52,48
Oeste Goiano	123,508	7º	22,18	8º	365,05	7º	32,79
Centro Goiano	215,916	4º	21,84	9º	346,83	8º	53,90
Noroeste Goiano	48,432	10º	24,00	6º	343,73	9º	41,39
Metropolitana de Goiânia	658,566	1º	20,03	10º	303,05	10º	25,85
Total	2.241,670		24,16		373,38		35,31

Obs: Valores corrigidos pelo INPC/IBGE. Fonte: TCM - GO
Elaboração dos autores

Analisando as despesas com as funções saúde e saneamento nos municípios, de 2006 para 2010 este tipo de despesa apresentou crescimento nominal de 84,41% e real⁵ de 47,67%, passando de R\$ 1,78 bilhões, aproximadamente, em 2006, para R\$ 2,62 bilhões em 2010, crescimento superior ao crescimento total das despesas e maior que o crescimento dos gastos com educação.

A Região Metropolitana de Goiânia é a que apresenta os maiores gastos com as funções Saúde e Saneamento, com R\$ 1,2 bilhões em 2010, seguida do Centro Goiano, Entorno do DF e Sudoeste Goiano. As regiões que apresentaram os maiores crescimentos dos gastos são o Centro Goiano, com 67%, seguido do Sudeste, 54,53%, e do Sudoeste Goiano, com crescimento de 51,98%.

A participação destes gastos no total das despesas também apresentou crescimento de 2006 para 2010. Em 2006, 27,23% das despesas eram com a função educação. Em 2010 este percentual de participação, embora tenha sido inferior ao ano de 2009 (29,14%), aumentou para 28,25%, o que significa uma maior preocupação dos governos com áreas sociais essenciais. A região de planejamento que possui maior gasto em saúde e saneamento em 2010 é a região Metropolitana de Goiânia, seguida do Centro Goiano, Entorno do DF e da região Sudoeste. Já em função da participação nas despesas totais, a região que possui maior proporção de gastos em saúde e saneamento também é a Região Metropolitana, seguida do Centro Goiano, Sudeste e Oeste Goiano.

⁵ Conforme INPC – IBGE

Os gastos per capita com saúde e saneamento também apresentaram crescimento significativo de 2006 para 2010. Em 2006 eram gastos R\$ 309, 82 em valores corrigidos pelo INPC-IBGE com estas funções per capita. Em 2010 o dispêndio por pessoa aumentou para R\$ 436,70, um aumento real⁶ de 40,85%.

A região de planejamento que apresentou maior dispêndio per capita em saúde e saneamento em 2010 foi a Região Metropolitana de Goiânia, seguido do Sudeste Goiano, Sul e Centro Goiano. A região que apresentou maior crescimento dos gastos per capita nesta função de

2006 para 2010 foram o Centro Goiano, com 56,90% de aumento, Sudeste Goiano, com 43,71%, Oeste Goiano, com 41,64% de crescimento e a Região Metropolitana, com 41,20%.

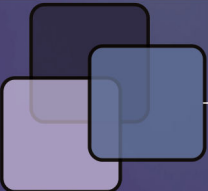
A região com o menor gasto per capita com educação é a Região do Entorno do DF, que gasta apenas R\$ 227,50, refletindo as péssimas condições da saúde da região. A diferença entre esta região que possui o menor gasto e a região com a maior despesa é bastante considerável, sendo os gastos per capita da Região Metropolitana de Goiânia 142,86% maiores que os da Região do Entorno do DF.

Tabela 5 – Despesas com a função Saúde e Saneamento, participação destas no total das despesas, despesas com Saúde e saneamento *per capita* e crescimento das despesas com Saúde e saneamento por Região de Planejamento de Goiás – 2006 a 2010

Regiões de Planejamento	Desp. Saúde e Saneamento (em R\$ mi)	Ranking Desp. c/ Saúde e Saneamento	Partic. na Desp. Total	Ranking Partic. na Desp. total	Desp. Saúde e Saneamento <i>per capita</i>	Ranking Saúde e Saneamento <i>per capita</i>	Crescimento Desp. Saúde e Saneamento (base 2006)
2006							
Centro Goiano	162,621	3º	26,29%	2º	278,04	8º	-
Entorno do DF	177,614	2º	22,88%	8º	167,02	10º	-
Metropolitana de Goiânia	806,690	1º	34,71%	1º	391,30	1º	-
Nordeste Goiano	45,829	9º	24,73%	4º	291,34	6º	-
Noroeste Goiano	35,744	10º	24,89%	3º	263,88	9º	-
Norte Goiano	88,261	7º	21,87%	9º	302,39	5º	-
Oeste Goiano	95,925	6º	23,46%	6º	287,47	7º	-
Sudeste Goiano	78,002	8º	23,12%	7º	337,68	2º	-
Sudoeste Goiano	155,394	4º	19,99%	10º	321,44	4º	-
Sul Goiano	129,400	5º	23,75%	5º	333,37	3º	-
Total	1.775,480		27,23%		309,82		-
2010							
Centro Goiano	271,582	2º	27,46%	2º	436,25	4º	67,00%
Entorno do DF	238,254	3º	21,15%	9º	227,50	10º	34,14%
Metropolitana de Goiânia	1.200,716	1º	36,52%	1º	552,53	1º	48,84%
Nordeste Goiano	60,705	9º	22,87%	8º	357,10	8º	32,46%
Noroeste Goiano	49,759	10º	24,65%	5º	353,15	9º	39,21%
Norte Goiano	128,739	7º	20,70%	10º	417,81	6º	45,86%
Oeste Goiano	137,758	6º	24,74%	4º	407,17	7º	43,61%
Sudeste Goiano	120,533	8º	25,13%	3º	485,29	2º	54,53%
Sudoeste Goiano	236,172	4º	23,07%	7º	426,38	5º	51,98%
Sul Goiano	177,608	5º	24,42%	6º	442,68	3º	37,26%
Total	2.621,826		28,25%		436,70		47,67%

Obs: Valores corrigidos pelo INPC/IBGE. Fonte: TCM - GO
Elaboração dos autores

⁶ Conforme INPC - IRGE



O processo de urbanização do Estado vem se intensificando com o aumento no percentual de pessoas com domicílio em zona urbana e diminuição da população rural. Segundo os dados da PNAD para 2009, do total de domicílios particulares existentes em Goiás, 88,47% destes estavam localizados na área urbana, uma taxa de urbanização maior que a nacional. Em 2001, este percentual era de 87,33%, o que mostra a tendência de aumento da taxa de urbanização no Estado. Este comportamento é oposto ao que ocorre no Brasil onde começa a apontar uma tendência do retorno da população para o interior, em que a taxa de urbanização caiu de 85,12% em 2001 para 85,06% em 2009.

Um dos motivos do aumento da urbanização se deve em grande parte ao processo de modernização da agricultura com a utilização de máquinas e equipamentos em substituição ao capital humano que teve que se deslocar para áreas urbanas em busca de trabalho e estudo. Assim, faz-se cada vez mais necessário o investimento dos governos em habitação e infraestrutura urbanística para melhor atender as necessidades da população.

Na avaliação das despesas com as funções Habitação e Urbanismo, o aumento nominal destas foi de 83,44%, enquanto que o aumento real⁷ foi de 46,89% de 2006 para 2010. Em 2006 eram gastos R\$ 648,7 milhões; em 2010 estes valores aumentaram para R\$ 952,9 milhões. Este crescimento significa que houve maiores investimentos em programas habitacionais e de infraestrutura urbanística por parte dos governos municipais sendo que o auxílio dos governos estadual e federal foi fundamental.

Observando o volume dos gastos nestas duas funções em 2010, a Região Metropolitana de Goiânia apresentou o maior dispêndio, R\$ 194,1 milhões, seguida do Entorno do DF (R\$ 141,7), Sudoeste Goiano (R\$ 132,9) e Centro Goiano (R\$ 113,99). Todavia, mesmo apresentando o maior volume de gastos, estas regiões não possuem

necessariamente o maior crescimento nesse tipo de gasto.

De 2006 para 2010, as regiões que apresentaram o maior crescimento percentual de gastos foram em ordem de classificação: Centro Goiano, com aumento de 124,3%, Entorno do DF, com crescimento de 107,6%, Norte Goiano, 94,7% e Noroeste Goiano com um aumento de 70,07% nas despesas com habitação e urbanismo. A região Metropolitana de Goiânia apresentou queda nos gastos com estas duas funções de 1,22%. Esses números mostram que há uma tendência de crescimento destes gastos nas regiões que realmente apresentam deficiência nesse tipo de função.

A participação das funções habitação e urbanismo no total das despesas também apresentou aumento de 2006 para 2010. Em 2006, 9,95% das despesas totais eram compostos por estas duas funções. Em 2010 este percentual foi aumentado para 10,27%.

As regiões que possuem o maior percentual de gastos em habitação e urbanismo com relação às despesas totais são o Sul Goiano (14,38%), Noroeste Goiano (13,71%), Norte Goiano (13,63%), Sudoeste Goiano (12,98%), Sudeste Goiano (12,84%), Entorno do DF (12,58%), Oeste Goiano (11,63%), Centro Goiano (11,53%), Nordeste Goiano (10,12%) e região Metropolitana de Goiânia (5,90%). Com a investigação da participação destas funções no total das despesas também se pode concluir que há uma tendência de crescimento destes gastos nas regiões que realmente apresentam maior deficiência nesse tipo de função.

Em 2010, a despesa per capita com as funções habitação e urbanismo foram de R\$ 158,71 para a soma dos municípios. Estas despesas per capita variam de R\$ 89,32 na região Metropolitana de Goiânia a R\$ 275,07 na região do Norte Goiano, dentre as regiões de planejamento.

⁷ Conforme INPC – IBGE

Tabela 6 – Despesas com a função Habitação e Urbanismo, participação destas no total das despesas, despesas com Habitação e Urbanismo *per capita* e crescimento das despesas com Habitação e Urbanismo por Região de Planejamento de Goiás – 2006 a 2010

Regiões de Planejamento	Desp. Habitação e Urbanismo (em R\$ mi)	Ranking Desp. c/ Habitação e Urbanismo	Partic. na Desp. Total (%)	Ranking Partic. na Desp. total	Desp. Habitação e Urbanismo <i>per capita</i>	Ranking Habitação e Urbanismo <i>per capita</i>	Crescimento Desp. Habitação e Urbanismo - base 2006 (%)
2006							
Sudoeste Goiano	104,776	2º	13,48	1º	216,74	1º	-
Sudeste Goiano	41,756	8º	12,38	3º	180,77	2º	-
Sul Goiano	67,848	4º	12,45	2º	174,80	3º	-
Norte Goiano	43,537	6º	10,79	5º	149,16	4º	-
Oeste Goiano	42,495	7º	10,39	6º	127,35	5º	-
Noroeste Goiano	16,268	10º	11,33	4º	120,10	6º	-
Nordeste Goiano	16,428	9º	8,86	7º	104,43	7º	-
Metropolitana de Goiânia	196,490	1º	8,45	9º	95,31	8º	-
Centro Goiano	50,827	5º	8,22	10º	86,90	9º	-
Entorno do DF	68,258	3º	8,79	8º	64,19	10º	-
Total	648,683		9,95		113,19		-
2010							
Norte Goiano	84,758	6º	13,63	3º	275,07	1º	94,68
Sul Goiano	104,568	5º	14,38	1º	260,63	2º	54,12
Sudeste Goiano	61,578	8º	12,84	5º	247,92	3º	47,47
Sudoeste Goiano	132,904	3º	12,98	4º	239,94	4º	26,85
Noroeste Goiano	27,666	9º	13,71	2º	196,35	5º	70,07
Oeste Goiano	64,743	7º	11,63	7º	191,36	6º	52,36
Centro Goiano	113,989	4º	11,53	8º	183,10	7º	124,27
Nordeste Goiano	26,868	10º	10,12	9º	158,05	8º	63,55
Entorno do DF	141,686	2º	12,58	6º	135,29	9º	107,57
Metropolitana de Goiânia	194,097	1º	5,90	10º	89,32	10º	-1,22
Total	952,857		10,27		158,71		46,89

Obs: Valores corrigidos pelo INPC/IBGE

Fonte: TCM - GO

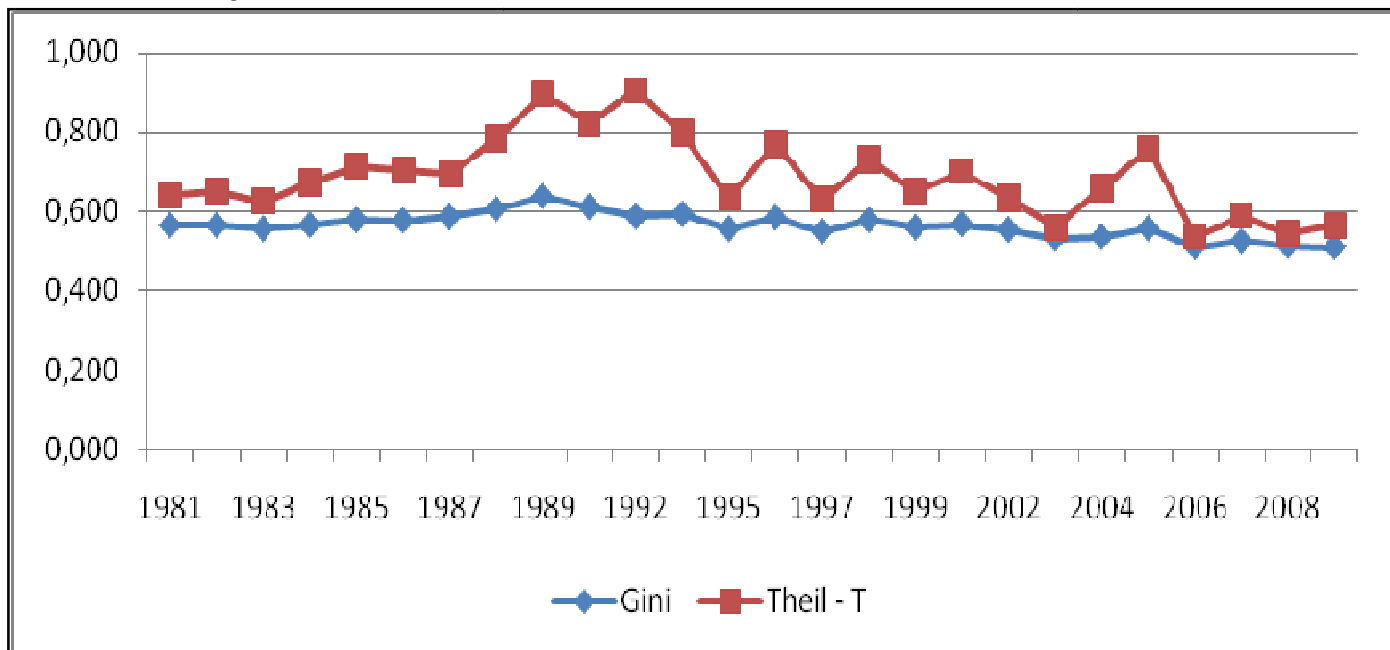
Tanto a distribuição dos recursos quanto a sua aplicação contribuem para a melhoria da sociedade e seu bem-estar. Contribui, ainda, para a diminuição das desigualdades regionais ou no aumento do acesso a serviços públicos. Assim os gastos com Educação, Saúde e Saneamento, Habitação e Urbanismo contribuem nessa direção.

Entre 1981 e 2009, o grau de desigualdade de renda em Goiás declinou de forma acentuada e contínua. Segundo o coeficiente de Gini⁸, uma das medidas de desigualdade mais utilizadas para essa constatação, entre 1981 e 2009,

o grau de desigualdade de renda no Estado declinou 9,67%, passando de 0,565 para 0,510. Goiás é o estado com o 8º menor coeficiente de Gini, além disso, é o segundo com maior redução percentual no índice de Gini de 1981 para 2009, estando atrás apenas do Espírito Santo. Essa evolução no equilíbrio da distribuição da renda se deve em grande parte ao crescimento econômico e a geração de empregos e também aos aumentos reais no salário mínimo e da expansão das políticas de transferência de renda.

⁸ O índice de Gini pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Gráfico 2 – Evolução do coeficiente de Gini e do índice de Theil-T de 1981 a 2009 em Goiás



Fonte: Ipea. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE)
Elaboração dos autores

O índice Theil-T, que do mesmo modo mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, também apresentou redução desde 1981 a 2009. Em 1981 o índice era 0,640 e em 2009, 0,564, tendo em vista que quando mais próximo de zero, melhor a igualdade na distribuição. A queda deste indicador foi de 11,80%, sendo Goiás o 7º Estado com melhor redução na desigualdade.

Para reforçar as políticas de Educação, Saúde e Saneamento, Habitação e Urbanismo, existe no Estado de Goiás e nos seus municípios políticas de assistência social, assim como existe em todo o país. Estas são de suma importância para a melhoria das condições sociais uma vez que contribuem para minimizar a discrepância da distribuição de serviços e de renda através da atuação dos entes públicos.

No que tange às despesas na função de Assistência Social dos municípios e pelas Regiões de Planejamento, estas podem indicar a atenção que está sendo dada a tal função.

Em 2010, os gastos com a função Assistência Social foram de R\$ 307,5 milhões, apresentando um crescimento real⁹ de 17,6% e crescimento nominal de 46,86%. Em 2006 eram gastos R\$ 261,5 milhões nesta função. Este crescimento significa que houve maiores investimentos em programas de redistribuição de renda, bolsas e outros tipos de assistências sociais por parte dos governos municipais com auxílio, sempre, do governo estadual e federal.

A região de planejamento que possui o maior gasto com Assistência Social é região do Entorno do DF, seguida do Sudoeste Goiano e Centro Goiano, com valores nesta função de R\$ 48,3; R\$ 43,9 e R\$ 36,4 milhões, respectivamente. Os menores gastos são das regiões Noroeste e Nordeste Goiano, com respectivos R\$ 9,8 e R\$ 11,4 milhões.

O maior crescimento nominal do total das despesas na função de Assistência Social ocorreu na Região de Planejamento do Centro Goiano, crescendo 112,93% de 2006 para 2010, Entorno do DF, com aumento de

⁹ Conforme INPC – IBGE

58,14%, e Noroeste Goiano, 51,25% de acréscimo. As regiões com menor crescimento são Oeste Goiano, com 25,56%, Sul Goiano com acréscimo de 5,51% sendo que a Região Metropolitana de Goiânia teve queda de 49,68%.

A participação da função de Assistência Social no total das despesas apresentou diminuição entre 2006 e 2010, passou de 4,01% para 3,31%. Isso tem interpretações em duas direções, pois pode ser tanto por conta de um efeito positivo, significando que a população tenha reduzido sua necessidade de assistência por parte do poder público, quanto interpretado como um resultado negativo, significando que o poder público tenha deixado de suprir esta área tão importante. Nesse ponto, pesquisas mais aprofundadas seriam necessárias.

As regiões que possuem uma maior participação da função Assistência Social no total das despesas são aquelas que realmente são mais necessitadas de políticas públicas nesta área. Em ordem de classificação, as regiões que possuem a maior proporção de despesas em Assistência são: Sudeste Goiano (6,26%), Norte Goiano (5,63%), Oeste Goiano (5,28%), Noroeste Goiano (4,84%).

Em 2010, o gasto per capita na função Assistência Social foi de R\$ 51,22 na soma dos municípios. Dentre as regiões de planejamento, o gasto per capita varia de R\$ 15,72 na região Metropolitana de Goiânia à R\$ 120,86 na região Sudeste Goiano.

Tabela 7 – Despesas com a função Assistência Social, participação destas no total das despesas, despesas com Assistência Social *per capita* e crescimento das despesas com Assistência Social por Região de Planejamento de Goiás – 2006 a 2010

Regiões de Planejamento	Desp. Assistência Social (em R\$ mi)	Ranking Desp. c/ Assistência Social	Partic. na Desp. Total	Ranking Partic. na Desp. total	Desp. Assistência Social <i>per capita</i>	Ranking Assistência Social <i>per capita</i>	Crescimento Despesa Assistência Social (base 2006)
2006							
Sudeste Goiano	20,643	7º	6,12	2º	89,37	1º	-
Norte Goiano	25,420	5º	6,30	1º	87,09	2º	-
Sudoeste Goiano	34,485	2º	4,44	6º	71,34	3º	-
Sul Goiano	27,677	4º	5,08	4º	71,30	4º	-
Oeste Goiano	23,406	6º	5,72	3º	70,14	5º	-
Nordeste Goiano	7,871	9º	4,25	7º	50,03	6º	-
Noroeste Goiano	6,462	10º	4,50	5º	47,71	7º	-
Metropolitana de Goiânia	67,905	1º	2,92	9º	32,94	8º	-
Centro Goiano	17,093	8º	2,76	10º	29,22	9º	-
Entorno do DF	30,540	3º	3,93	8º	28,72	10º	-
Total	261,503		4,01		45,63		-
2010							
Sudeste Goiano	30,019	6º	6,26	1º	120,86	1º	45,42
Norte Goiano	35,049	4º	5,63	2º	113,75	2º	37,88
Oeste Goiano	29,388	7º	5,28	3º	86,86	3º	25,56
Sudoeste Goiano	43,853	2º	4,28	7º	79,17	4º	27,16
Sul Goiano	29,201	8º	4,02	8º	72,78	5º	5,51
Noroeste Goiano	9,775	10º	4,84	4º	69,37	6º	51,25
Nordeste Goiano	11,379	9º	4,29	6º	66,94	7º	44,58
Centro Goiano	36,395	3º	3,68	9º	58,46	8º	112,93
Entorno do DF	48,296	1º	4,29	5º	46,12	9º	58,14
Metropolitana de Goiânia	34,169	5º	1,04	10º	15,72	10º	-49,68
Total	307,524		3,31		51,22		17,60

Obs: Valores corrigidos pelo INPC/IBGE.

Fonte: TCM - GO

Elaboração dos autores



Considerações Finais

De um modo geral, os resultados mostram a arrecadação e os gastos dos recursos públicos entre o período de 2006 a 2010 pelas Regiões de Planejamento e aponta para as que merecem maior atenção e maior aporte de recursos por parte do poder público e o tipo de política pública que devem ser aplicadas em cada região.

A primeira constatação foi de que as receitas totais arrecadadas por região de planejamento, de 2006 para 2010, aumentaram bem como as tributárias e as de transferências de outros entes.

Foi possível observar que quanto mais forte economicamente é a região, maior é a proporção de receitas tributárias por ela arrecadada e por isso são mais auto-suficientes. Em contrapartida, as regiões economicamente menos fortes apresentam maior proporção de receitas provenientes de transferências correntes, apontando para uma maior dependência de recursos de outros entes.

Para todas as Regiões de Planejamento, com ênfase para aquelas com menor força econômica, as receitas de capital, composta por operações de crédito, alienações de bens, transferências de capital e outras receitas de capital têm pouca relevância na soma das receitas totais.

As despesas públicas, objeto de maior enfoque no trabalho, também apresentaram crescimento de 2006 para 2010, aumento este superior ao aumento das receitas. A maior parte das despesas dos municípios e, conseqüentemente, das Regiões de Planejamento, é feita com despesas de custeio, 88,85%, contra 11,15% de despesas de capital.

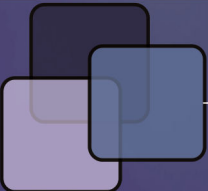
Analisando-se as despesas públicas por elemento, o que se apresenta mais interessante é o gasto com investimento. As despesas com investimentos também apresentaram aumento de 2006 para 2010. Um resultado positivo foi que, proporcionalmente, as despesas com educação das regiões com menor força econômica apresentaram crescimento superior ao das com maior força, embora seja um processo lento, parece haver uma

maior preocupação dos governos de aumentarem os investimentos nas regiões que mais precisam dele.

Considerando as despesas por função, foi possível observar que também houve um crescimento dos gastos com educação de maneira superior ao do percentual de gastos com as despesas totais. Algumas regiões possuem uma maior despesa nesta função em valores totais, entretanto, em termos de participação do total da despesa e de gastos per capita, não apresentam resultados tão positivos. O Entorno do DF possui alta despesa (2ª maior), contudo possui baixa despesa per capita em educação (6ª maior). A região Sudoeste é a que apresenta melhores resultados com a 3ª maior despesa em educação sendo a 2ª maior em termos per capita e 3ª maior percentual no total das despesas.

Os gastos com saúde e saneamento também apresentaram aumentos expressivos de 2006 para 2010. A região Metropolitana possui, além da maior despesa total com saúde, a maior participação percentual desta função no total das despesas e ainda o maior gasto per capita. O Centro Goiano possui o 2º maior gasto, 2º maior percentual de participação e o maior crescimento de gastos de 2006 para 2010. Um dos piores resultados é do Entorno do DF que, apesar de possuir a 3ª maior despesa total, possui apenas a 9ª posição em percentual de participação desta função nas despesas totais e o menor gasto per capita do Estado. As regiões Norte e Nordeste também não possuem resultados positivos (Tabela 5).

As despesas com habitação e urbanismo também apresentaram acréscimos até 2010. O que é mais interessante nesta função é a discrepância de resultados de algumas regiões. A Região Metropolitana de Goiânia, por exemplo, possui a maior despesa com habitação e urbanismo, no entanto, possui a menor proporção desta função, a menor despesa per capita e o menor crescimento de 2006 para 2010. Já a região do Noroeste Goiano apresenta apenas a 9ª colocação em gastos, porém é a 2ª região com maior proporção desta função



no total das despesas, 5ª maior despesa per capita e 4º maior crescimento dos gastos totais desta função.

O gasto com a função Assistência Social em 2010 apresentou um crescimento real de 17,60% o que expressa que houve maior atenção em programas de redistribuição de renda, bolsas e outros tipos de assistências sociais por parte dos governos municipais, muito embora sempre contem com auxílio do governo estadual e federal. Contudo a participação desta função no total das despesas apresentou redução desde 2006.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Luis Sérgio de Oliveira. **A economia política do orçamento público: o caso brasileiro como inspiração e referência.** Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 15 de nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 10 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. **Manual técnico de orçamento – MTO – 2011.** Secretaria de Orçamento Federal. Versão 2011. Brasília, 2010. 189 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),** Rio de Janeiro, 2000-2009.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORGADO, Laerte Ferreira. **O orçamento público e a automação do processo orçamentário.** Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. Textos para Discussão nº 85. Brasília, 2011.

PIRES, José Santo Dal Bem; MOTTA, Walmir Francelino. **A evolução histórica do Orçamento Público e sua importância para a Sociedade.** Vol 25. Nº 2. p 16-25. maio/ago 2006.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 296 p.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCM.

VIEIRA, Vanessa Moraes. **A importância do Orçamento Público – Uma análise geral sobre seus principais aspectos e o despertar da consciência cidadã.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

Considerações sobre a Expansão da Cultura da Cana-de-açúcar em Goiás entre 2000 e 2010



Antonio Marcos de Queiroz¹

Resumo: Trata-se da análise da expansão da cultura da cana-de-açúcar sobre as demais culturas, como a soja, o milho, o feijão, o arroz e o sorgo, em Goiás no período de 2000 a 2010, com as atenções voltadas para a produção alimentar liderada pelo capital canavieiro, sendo responsável pela atual formatação do espaço agrícola local e regional. A expansão canavieira tinha como objetivo as áreas de pastagens degradadas, porém, o que se tem observado é a gradativa substituição de culturas, gerando um problema de segurança alimentar. O resultado do trabalho comprova que nos últimos anos tem havido uma tendência de substituição de culturas, principalmente em áreas de produção de alimentos, pela cultura canavieira, uma vez que esta última remunera o capital investido, via arrendamento, acima da média de mercado. Tal processo ainda é bastante incipiente, mas poderá comprometer a soberania alimentar, bem como a cadeia produtiva, como é o caso da avicultura, suinocultura e outros.

Palavras-chave: Expansão agrícola, Cana-de-açúcar, produção de alimentos

Introdução

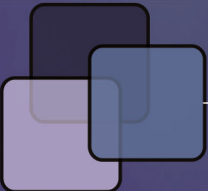
Pode-se afirmar que razões conjunturais e estratégicas referentes ao setor sucroalcooleiro brasileiro, como a crescente elevação do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo com os novos modelos de carros *flex-fuel* (bicombustível), a crise do petróleo no mercado internacional, a emissão de gases poluentes de CO₂ na atmosfera, o protocolo de Kyoto e, outros, colaboraram para que se observasse nos últimos anos um intenso crescimento da produção de etanol e açúcar, fenômeno que vem se refletindo no uso crescente da terra pela cana-de-açúcar. Este processo tem ocorrido com maior intensidade nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e alguns estados do nordeste.

Entretanto, no período mais recente, o setor sucroalcooleiro tem avançado para as áreas de superfícies planas existentes no Centro-Oeste do Brasil, o que pode ser explicado principalmente pela existência de terras abundantes de baixo custo, incentivos fiscais e pelas condições naturais da região. A expansão da cultura canavieira para estados como Goiás (que possui uma extensa área de cerrado) ocorre pela combinação do investimento privado e público (via incentivos fiscais), o que reforça uma gradativa expulsão de outras culturas pela cana.

As questões que norteiam o trabalho estão elucidadas a seguir: Tem havido um processo de substituição de culturas como a soja, o milho e outras, pela cana-de-açúcar em Goiás? Se há, em quais microrregiões do estado de Goiás tem ocorrido este processo?

Para alguns especialistas tem havido uma expansão da cultura da cana-de-açúcar no estado de Goiás e esta poderá influenciar diretamente no desenvolvimento socioeconômico dos municípios, por apresentar aspectos positivos, como: a elevação do Produto Interno Bruto (PIB), do emprego, da renda, principalmente para as localidades e circunvizinhanças contempladas com a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de cana e também atrair outros serviços e empresas ligadas ao setor (fornecimento de máquinas e equipamentos, fertilizantes, etc). Entretanto, para outros, paralelamente, existem aspectos negativos desta expansão, ou substituição de culturas tradicionais no

¹Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: antonio.mq10@gmail.com



estado. Ou seja, a substituição das áreas de culturas alimentares com a soja e o milho (segurança alimentar) pelo cultivo da cana que influenciaria os preços destas *commodities* e também toda sua cadeia (rações, frango, suíno, etc); o aumento da pobreza, pelo processo de êxodo rural; a precarização do mercado de trabalho no campo e substituição da mão-de-obra pelo processo de mecanização, a concentração fundiária com os latifúndios, os impactos ambientais no cerrado pela monocultura da cana.

O objetivo geral do trabalho será o de demonstrar se existe um processo de substituição de culturas, como a soja e o milho, pela cultura da cana-de-açúcar em Goiás. Já os objetivos específicos contemplam demonstrar que a formação dos Complexos Agroindustriais foi importante para a agroindústria sucroalcooleira no Brasil e que dependeu da disponibilidade de crédito público; apresentar algumas considerações sobre o setor sucroalcooleiro no Brasil e em Goiás; demonstrar se existe a substituição das culturas, principalmente, a soja e o milho pela cana e quais localidades tem ocorrido tal processo.

Na metodologia houve levantamento de fontes bibliográficas diversificadas sobre o setor sucroalcooleiro nacional, envolvendo a pesquisa em livros, revistas especializadas, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, artigos e periódicos eletrônicos e impressos da área. Além disso, foram realizadas pesquisas junto às instituições como: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO), a União da

Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e o Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (SIFAEAG).

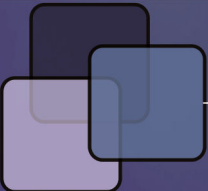
A estrutura do trabalho está dividida em três seções. Na primeira seção será discutida a influência dos Complexos Agroindustriais no território brasileiro, especificamente com a discussão do setor sucroalcooleiro no Brasil e em Goiás. Na segunda seção pretende-se demonstrar a metodologia utilizada. Na terceira e última seção, os resultados serão apresentados quanto à expansão da cana em Goiás sobre as culturas alimentares e em quais regiões tem ocorrido tal processo.

1 – Os Complexos Agroindustriais

Até os anos 60, o processo de crescimento industrial foi priorizado pelas políticas e decisões governamentais, ao passo que coube à agricultura brasileira o papel de apenas gerar divisas² e fornecer alimentos baratos. Entretanto, a continuidade de crises de abastecimento interno de produtos agrícolas no início dos anos 60 reforçou o discurso de reformulação da estratégia governamental nesse setor. A partir daí, houve a necessidade da criação de novos mecanismos de financiamento estatal, que viabilizassem a implementação de políticas para elevar a produção agrícola (ROMEIRO, 1998).

É importante destacar que, a partir da implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural e do Programa de Garantia de Preços Mínimos na década de 60 até o início dos anos 80, os programas de desenvolvimento agrícola serviram como *mola propulsora* das transformações ocorridas na agricultura brasileira, *vis-à-vis* a introdução

² O objetivo das políticas agrícolas nos anos 70 foi fundamentalmente com o intuito de equilibrar o Balanço de Pagamentos, priorizando financiamentos principalmente para os produtos da pauta de exportação (café e soja) para gerar *superávits* na balança comercial. Ou seja, com o recuo dos investidores estrangeiros e a fuga de capitais para as economias centrais, dada a elevação da taxa de juros americana e a moratória do México, elevou-se comumente a necessidade de capitais, que eram estrangeiros, na manutenção do mesmo ritmo de crescimento no período do "Milagre Brasileiro". Daí parte-se para a estratégia de investir maciçamente no setor agrícola com os produtos intrinsecamente exportáveis, na geração de divisas, o que resultou no sucateamento e recuo de investimento para financiar a produção de consumo interno.



do padrão tecnológico da Revolução Verde³, com o objetivo de modernizar a agricultura, ao contar com enormes quantidades de crédito agrícola subsidiado aos agricultores (MARTINEZ, 1989; CORRÊA, 1999).

Graziano da Silva (1996, p.51) enfatiza, portanto que

[...] a política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia da chamada modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não (era) sem outra razão que a política de crédito rural (foi) considerada o carro-chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70.

Mais precisamente nas décadas de 60 e 70, a conformação do padrão de desenvolvimento agrícola foi baseada no processo de modernização da agricultura, que passou por três momentos importantes: (i) o da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI's); (ii) o da industrialização da agricultura; e, o mais recente, (iii) da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro. Assim, a desagregação do chamado complexo rural e a formação dos Complexos Agroindustriais resultaram no estreitamento das relações industriais com a agricultura, deixando esta de ser autônoma para ser subordinada à dinâmica da indústria.

A partir daí, a dinâmica agrícola muda literalmente, uma vez que a agricultura agora cresce não mais apenas em função dos preços das *commodities* no mercado externo, mas também em função das demandas industriais estabelecidas sobre a agricultura (*subordinação da agricultura à dinâmica industrial*). De um lado, existia uma demanda por matérias-primas pelas agroindústrias e, de

outro, a busca de mercado pelas indústrias de máquinas e insumos, muitas vezes aprisionado pela ação direta do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Cabe destacar aqui que a integração de capitais na agricultura foi viabilizada pelas condições favoráveis de crédito (SNCR), o que resultou na centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., consolidando e ao mesmo tempo constituindo sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais. Esse complexo, portanto, marcou a constituição e a concentração de capitais (oligopólios) na agricultura pelo *processo de verticalização* das atividades agroindustriais ou agro-comerciais (DELGADO, 1985, *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1996; ORTEGA, 1988). Concomitantemente, foram criadas as classes por produto

[...] em razão dessa necessária especificidade por produto, que se traduz num fracionamento do poder regulador do Estado, e da diversidade dos interesses internalizados nos CAIs, a política de preços acaba por politizar as políticas agrícolas. Ou seja, os produtores rurais se organizam para defender os seus preços em função dos seus interesses, opostos quase sempre aos demais segmentos do complexo (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.59).

Nesse caso, o Estado torna-se o mediador dos conflitos de classes, como também do processo de acumulação. Sendo assim, é importante acrescentar que o processo de desenvolvimento agrícola brasileiro foi implementado pelas políticas estatais⁴, privilegiando os interesses dos grandes grupos dominantes que estavam baseados na produção em escala, ao passo que esse processo assumiu caráter excludente, exacerbando as desigualdades sociais, obrigando os produtores pequenos e médios a ficarem a mercê dos créditos subsidiados e

³ Segundo Romeiro (1998, p.150) “[...] a chamada revolução verde nos países asiáticos seria um processo de modernização agrícola que se inscreve numa linha evolutiva contínua em direção a sistemas de produção agrícola, mais intensivos, com base no progresso da biologia e da química, em resposta a uma pressão crescente sobre a terra”. No Brasil, no entanto, a revolução verde teve impacto mais propriamente dito sobre os cerrados, que foi implantado mediante as políticas desenvolvimentistas e ocupacionais na expansão da fronteira agrícola - do Governo Militar - no período do Milagre Brasileiro e, na década de 70, com o Governo Geisel através do II PND, com a implementação de programas como o PRODECER, POLOCENTRO, PADAP, PCI etc.

⁴ A composição de [...] três processos descritos foram estreitamente dependentes de uma ação estatal específica, ou seja, de um “projeto modernizante” comandado pelo Estado, que ao mesmo tempo que (sic) os viabilizava não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural. Assim, os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestaram-se com rapidez e intensidade alarmantes, agravando a crise agrária e rebatendo-a perversamente na crise urbana” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.35).



também dos pacotes tecnológicos.

Valério e Thomaz Jr (2011, p.25) afirmam que para o caso do setor sucroalcooleiro:

[...] com o acirramento das disputas territoriais fomentadas pela atmosfera neoliberal, rearranjos espaciais dão materialidade a um amplo acordo das classes dominantes no sentido da mobilização articulada de diversos setores do capital na consolidação de alianças locais, regionais, nacionais e internacionais, atuando de forma conjunta tanto no campo como na cidade, sintetizado no agronegócio e impactando diretamente nos setores menos dinâmicos da economia agrícola.

Portanto, para o caso brasileiro, percebeu-se que a generalização de políticas públicas nos anos 60 e 70 pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, conjugada aos pacotes tecnológicos, como foi o caso da Revolução Verde, priorizaram as culturas de exportação e a formação dos Complexos Agroindustriais, permitindo a evolução desses segmentos na economia na geração de superávits primários no equilíbrio da balança comercial, enquanto o desenvolvimento econômico ficou no segundo plano e assumiu o papel coadjuvante. Além disso, os Complexos Agroindustriais vão influenciar a utilização da terra, com a incorporação de áreas destinadas para a produção de alimentos, no caso mais recente da tendência de substituição das áreas de produção de soja e milho pela cana-de-açúcar.

Na próxima seção será discutida a evolução do setor sucroalcooleiro no Brasil e em Goiás, com as novas tendências de expansão e ocupação de áreas antes inexploradas.

2 – O Setor Sucroalcooleiro no Brasil e em Goiás

Historicamente, o cultivo da cana-de-açúcar é uma das principais atividades agrícolas do Brasil cultivada desde a época da colonização. Do seu processo de industrialização obtêm-se como produtos o açúcar, o álcool (anidro e hidratado), o vinhoto, o bagaço, entre outros produtos. Dentre esses produtos, o álcool passou

a ter lugar de destaque a partir a década de 1970, quando surgiram duas fortes razões que direcionavam ao estudo de formas alternativas de obtenção de energia. Uma razão foi à preocupação ambiental e a outra foi o choque nos preços do petróleo (COSTA e CARVALHO, 2009).

Com o surgimento e crescimento do setor sucroalcooleiro brasileiro, para assegurar e desenvolver a atividade, o governo fez forte intervenção no setor, criando programas de incentivo como o Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933, principal órgão responsável pelo setor. Suas funções eram de administrar e propiciar o desenvolvimento, além de estabelecer as quotas de produção e os preços da cana, do açúcar e do álcool.

Todavia, houve a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1990, promovendo-se a desregulamentação do setor sucroalcooleiro e tornando possível a sua abertura e, dessa forma, a liberação gradativa das atividades de comércio (COSTA e CARVALHO, 2009). Para Ramos (2002); Shikida (2002); Dahmer & Shikida (2009), com o processo de desregulamentação da agroindústria canavieira nacional, desencadeado a partir dos anos 1990, o papel do Estado muda, passando a ser mais do que interventor, tornando-se coordenador, de modo a influenciar as políticas relacionadas a esse setor na economia.

Em consequência da desregulamentação setorial, muitos desafios passaram a existir na agroindústria canavieira, dada a necessidade de um planejamento adequado da oferta de cana-de-açúcar, que visasse atender tanto ao mercado de açúcar quanto ao de álcool, em âmbito nacional ou em internacional. Para competir em um ambiente de livre mercado foram adotadas estratégias para a redução dos custos de produção, como também nas descobertas de novas oportunidades para o setor, como o mercado de carbono, a cogeração de energia, entre outras.

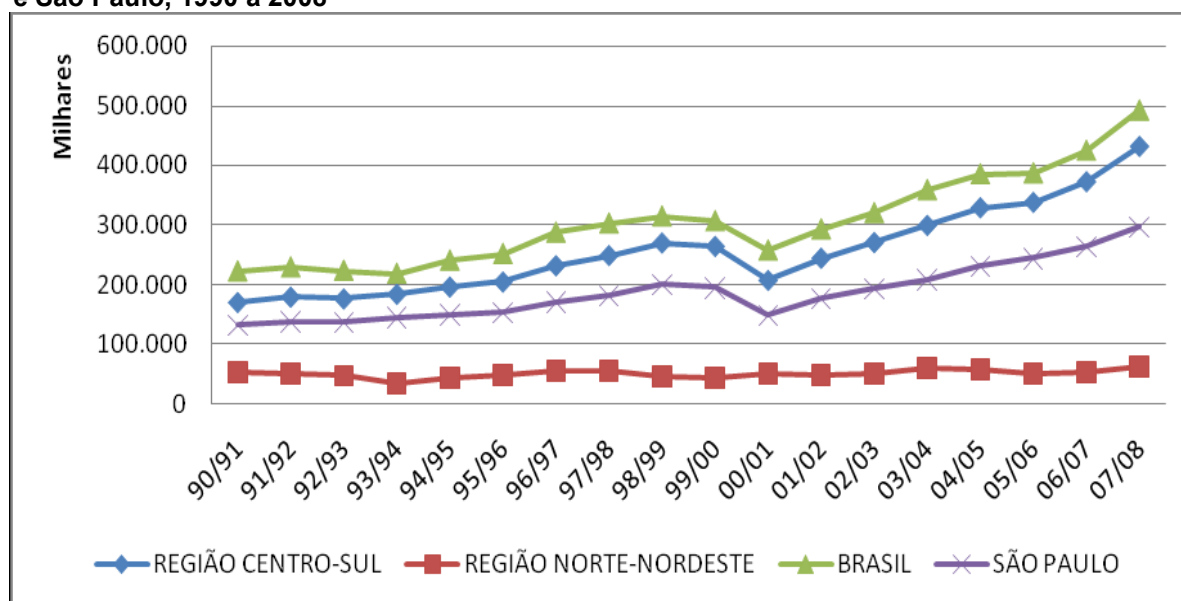
Mais recentemente, com a entrada do capital estrangeiro no segmento sucroalcooleiro brasileiro, aumentaram os movimentos de fusão, compra e ampliação de empresas no segmento, resultando em muitas mudanças diante

desse novo cenário competitivo, como o fechamento de unidades produtivas sem capacidade tecnológica competitiva. No caso das empresas sobreviventes, a estratégia de aquisições constituiu-se numa busca por economias de escala, na redução de despesas por meio da integração das estruturas administrativas e de produção e uso racional de terras nas regiões tradicionais. Tal perspectiva, associada a uma política mais agressiva de ampliação das unidades produtivas, denota um resultado de mercado possível, qual seja, de concentração da produção canavieira (DAHMER e SHIKIDA, 2009).

Nos últimos anos, a economia sucroalcooleira tem apresentado números expressivos, colocando o Brasil como o maior produtor mundial de cana-de-açúcar,

seguido por Índia, Tailândia e Austrália. A cultura canavieira ocupa cerca de 6,7 milhões de hectares (cerca de 2% de toda a terra cultivável do país) e, em virtude de as regiões de cultivo ocupar tanto o Centro-Sul como o Norte-Nordeste, elas permitem que sejam realizadas duas safras por ano. Na safra 2008/2009 foram colhidas 569 milhões de toneladas de cana, sendo produzidas 31,5 milhões de toneladas de açúcar e 27,5 bilhões de litros de álcool. Os dados da Figura 1 indicam um crescimento na produção de cana-de-açúcar a partir de 2001, após um período de recuo na produção. Este crescimento tem apresentado uma estabilidade, conforme pode ser visualizado nos dados das regiões Centro-Sul e São Paulo.

Figura 1 – Produção de cana em 1.000t para o Brasil, Regiões Norte-Nordeste, Centro-Sul e São Paulo, 1990 a 2008



Fonte: Unica (2009 *apud* LIMA, 2010).

O Brasil também é o maior exportador de açúcar do mundo, com a cifra de 20,7 milhões de toneladas exportadas em 2008/2009, o que gerou uma receita de US\$ 6 milhões. De acordo com as projeções do MAPA (2011), com uma taxa média de aumento da produção de 3,25% ao ano, até 2018/2019, o país terá uma colheita de aproximadamente 47,34 milhões de toneladas do produto,

correspondendo ao acréscimo de 14,6 milhões de toneladas em relação ao período 2007/2008. Já no tocante às exportações, o volume previsto para 2019 será de 32,6 milhões de toneladas.

O etanol produzido no Brasil, a partir da cana-de-açúcar, também conta com projeções positivas para os próximos anos, explicadas principalmente pelo crescimento do

consumo interno. A produção projetada para 2019 é de 58,8 bilhões de litros, mais que o dobro da registrada em 2008. O consumo interno está projetado em 50 bilhões de litros e as exportações em 8,8 bilhões.

Baseada em dados da CONAB e IBGE, a Tabela 1 revela que os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de

Goiás tem perspectivas de expansão na área plantada de cana entre as safras 2010/2011 e 2011/2012, em 5,8%, 21,4% e 12,2%, respectivamente, e a elevação da área na região Centro-Oeste de 14,4% foi bem superior ao crescimento da área nacional de cana, 4,7%⁵.

Tabela 1 – Brasil e Centro-Oeste - Área plantada e Produção da cana-de-açúcar das safras 2010/2011 e 2011/2012

Região/UF	Área (em mil ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Var. % (b/a)	Safra 2010/2011 (c)	Safra 2011/2012 (d)	Var. % (d/c)
MT	207,1	219,1	5,8%	13.661,2	13.701,5	0,3%
MS	396,2	480,9	21,4%	33.476,7	37.002,2	10,5%
GO	599,3	672,4	12,2%	46.206,8	45.998,9	-0,4%
Centro-Oeste	1.202,5	1.372,4	14,1%	93.344,7	96.702,6	3,6%
Brasil	8.056,0	8.434,3	4,7%	623.905,1	588.915,0	-5,6%

Fonte: CONAB e IBGE - Levantamento: Agosto/2011.

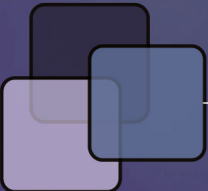
De acordo com os dados da CONAB e do IBGE (2011), as intenções de plantio de cana-de-açúcar no estado de Goiás apresentam crescimento de 15,18% da safra de 2010/2011 e safra 2011/2012, passando de uma área de 687,89 mil hectares para 792,31 mil hectares. Nesta mesma perspectiva, a produção obtida de cana passou de 47,74 milhões de toneladas de cana moída para aproximadamente 53,79 milhões de toneladas, uma elevação de 12,70%.

2.1 – A expansão da cultura canavieira em Goiás

Segundo Sousa (2006); Veiga Filho, Fronzaglia e Torquato (2008 *apud* THEODORO, 2011) e Pereira Santos (2009), a expansão do complexo agroindustrial canavieiro nos últimos anos (2001-2008) principalmente na região Centro-Sul do Brasil⁶ (oeste de São Paulo, sul e sudoeste de Goiás, sudeste do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) ocorreu em decorrência de algumas

⁵ A composição de [...] três processos descritos foram estreitamente dependentes de uma ação estatal específica, ou seja, de um “projeto modernizante” comandado pelo Estado, que ao mesmo tempo que (sic) os viabilizava não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural. Assim, os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestaram-se com rapidez e intensidade alarmantes, agravando a crise agrária e rebatendo-a perversamente na crise urbana” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.35).

⁶ De acordo com o acompanhamento da safra brasileira da cana-de-açúcar divulgado no Segundo Levantamento de Agosto de 2011 da Conab, há uma forte tendência da expansão da área plantada desta cultura em vários estados, principalmente em São Paulo com 79.520 hectares, Minas Gerais com 99.660 hectares, Mato Grosso do Sul com 84.700 hectares, Goiás com 73.120 hectares e Mato Grosso com 12.010 hectares. Esse movimento de ocupação é justificado pela implantação de usinas que entraram em funcionamento na última safra e com previsão de mais cinco novas plantas no setor sucroalcooleiro para a próxima safra (CONAB, 2011).



razões conjunturais e estratégicas referentes ao setor. Pode-se destacar: 1) a crescente elevação do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo; 2) a crise e a valorização do preço do barril de petróleo no mercado internacional, pela sua escassez e a alta emissão de gases poluentes de CO₂ na atmosfera; 3) o aumento da demanda interna por álcool hidratado, devido ao aparecimento dos novos modelos de carros *flex-fuel* (bicombustível); e 4) o protocolo de Kyoto⁷, que devido às alterações climáticas e ao aquecimento global provocado pela intensa emissão de CO₂, defende a redução da emissão de gás carbônico, contribuindo para a elevação da demanda internacional por álcool anidro de outros países da Europa, Ásia e América.

Para dar suporte ao crescimento da produção do setor sucroalcooleiro, está prevista para os próximos 10 anos a construção e inauguração de novas usinas de açúcar e álcool em algumas áreas no Brasil que estão no centro da expansão da cultura canavieira. São elas: Araçatuba, no estado de São Paulo, a região do Triângulo Mineiro e os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (principalmente as regiões de Cerrado) (PEREIRA SANTOS, 2009).

O setor sucroalcooleiro goiano beneficiou-se dos incentivos fiscais e do Programa Produzir, que tem potencializado os investimentos. Outros fatores que têm provocado a atração das empresas para Goiás incluem a logística alicerçada na construção do alcoolduto (projeto da Petrobrás), a disponibilidade de terras relativamente férteis e baratas, em boa medida, utilizadas pela pecuária extensiva, e que podem tanto ser adquiridas como arrendadas para a formação de canaviais, seja pelas empresas, seja por terceiros [...]. O valor do arrendamento das terras no Estado é mais baixo do que, por exemplo, o do arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar em São Paulo (LIMA, 2010, 83-84).

O fato é que, paralelamente aos interesses econômicos de ampliação do setor, por meio da expansão da capacidade produtiva e, por conseguinte, da ocupação de terras para a cultura canavieira existe um risco anunciado de degradação ambiental em algumas regiões, especialmente a região Centro-Oeste, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, onde se localizam biomas com prioridade de preservação: trata-se do Cerrado e do Pantanal brasileiros.

Adicionalmente, Gomes (2007 *apud* SHIKIDA, 2010) coloca outros problemas relacionados à expansão da atividade agroindustrial canavieira. Destaca, por exemplo, que na região de Rio Preto, SP, a expansão da atividade agroindustrial canavieira gerou uma maior demanda sobre as áreas de saúde, educação, habitação e transporte coletivo e, ao mesmo tempo, os migrantes (mão de obra do corte da cana) não consomem efetivamente no comércio local, economizando tudo o que ganham para levar para suas famílias.

Uma outra questão que vale destacar também está no avanço da cultura da cana-de-açúcar sobre as demais culturas. Para alguns especialistas, a cultura da cana apresenta características de substituir e expulsar à produção de alimentos para outros locais, o que poderá encarecer a produção e penalizar o consumidor dos centros urbanos. Além da expulsão dos pequenos agricultores, o modelo da monocultura da cana-de-açúcar converge para a redução na produção de culturas alimentares como arroz, milho e feijão, expulsando-os para terras menos férteis, que não interessam aos plantadores de cana. A outra questão é que a monocultura leva ao desgaste do solo, acelerando o processo de erosão, o que significa que daqui a alguns

⁷ Para Trindade e Chaves (2008), o setor sucroalcooleiro, pela escala de produção em território brasileiro, reforça as teses relacionadas com as perspectivas assinaladas pelo tratado de Kyoto, que visam minimizar os efeitos causados pelas emissões de resíduos atmosféricos de alto potencial tóxico, como o Dióxido de Carbono, o Metano, Chumbo, Enxofre e outros. Este tratado veio estabelecer que os países industrializados se comprometessem na redução de 5,2% das emissões destes gases, com o objetivo de estabelecer os índices atuais de emissões para os índices de 1990. Tendo em vista a produção de soja, milho, algodão, café, trigo, sorgo, etc; que vieram a partir da Revolução Verde, em 1970 e que se tornaram culturas tradicionais em várias regiões brasileiras, especificamente no Cerrado, com investimentos em matrizes energéticas “limpas” em oposição ao predomínio das fontes baseadas em combustíveis fósseis.

anos muitas áreas poderão ficar inaproveitáveis para a agricultura (BUENO, 1981 *apud* SANTOS, 2006).

Segundo dados do IBGE (2011), para o período de 2000 a 2010, houve crescimento da área plantada da cana-de-açúcar, da soja, do sorgo e do milho, respectivamente,

88,92%, 70,81%, 25,21% e 6,84%. Entretanto, houve queda de área para as culturas do feijão e do milho, -25,71% e -20,98%, respectivamente.

Tabela 2 – Área Plantada das Principais Culturas Temporárias no Brasil (em hectares) – 2000 a 2010

Cultura	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação %
Arroz (em casca)	3.664.804	3.142.826	3.142.051	3.180.859	3.733.148	3.915.855	2.970.918	2.890.926	2.850.678	2.872.036	2.722.459	-25,71%
Cana-de-açúcar	4.804.511	4.957.897	5.100.405	5.371.020	5.631.741	5.805.518	6.355.498	7.080.920	8.140.089	8.617.555	9.076.706	88,92%
Feijão (em grão)	4.332.545	3.450.347	4.140.528	4.090.568	3.978.660	3.748.656	4.034.383	3.788.279	3.781.908	4.099.991	3.423.646	-20,98%
Milho (em grão)	11.890.376	12.335.175	11.760.965	12.965.678	12.410.677	11.549.425	12.613.094	13.767.431	14.444.582	13.654.715	12.703.373	6,84%
Soja (em grão)	13.656.771	13.985.099	16.359.441	18.524.769	21.538.990	22.948.874	22.047.349	20.565.279	21.246.302	21.750.468	23.327.296	70,81%
Sorgo (em grão)	528.061	490.221	423.603	753.767	931.061	789.186	722.200	662.994	831.354	793.027	661.180	25,21%

Fonte: SIDRA/IBGE (2011).

Em Goiás, neste mesmo período houve crescimento mais modesto das áreas de produção de culturas alimentares como o feijão e o milho com 5,12% e 2,09%, respectivamente. O arroz no período apresentou redução em sua área em -39,89%. Os resultados positivos são da soja que ainda tem apresentado uma expressiva

participação na área plantada no estado, que passou de 1.491.066 hectares em 2000 para 2.445.600 hectares em 2010, crescimento de 64,02% e do sorgo com 36,69%. Entretanto, a cultura a cultura da cana cresceu muitas vezes mais se comparada às demais, pois elevou sua área plantada em 315,75%.

Tabela 3 – Área Plantada das Principais Culturas Temporárias em Goiás (em hectares) – 2000 a 2010

Cultura	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação %
Arroz (em casca)	150.364	117.575	112.384	115.038	165.627	187.002	116.290	118.897	100.870	103.045	90.382	-39,89%
Cana-de-açúcar	139.186	129.921	203.685	168.007	176.328	200.048	237.547	278.000	416.137	524.194	578.666	315,75%
Feijão (em grão)	113.211	126.543	122.790	140.067	121.037	118.242	133.408	124.452	97.400	113.928	119.002	5,12%
Milho (em grão)	845.204	913.778	741.748	716.047	696.524	615.259	697.357	831.804	905.710	906.250	862.841	2,09%
Soja (em grão)	1.491.066	1.538.988	1.903.000	2.176.720	2.591.954	2.663.646	2.494.060	2.169.241	2.180.571	2.315.888	2.445.600	64,02%
Sorgo (em grão)	179.460	129.966	189.611	236.495	314.267	290.053	223.274	229.150	310.160	304.165	245.308	36,69%

Fonte: SIDRA/IBGE (2011).

Dessa forma, a redução de áreas destinadas à produção de alimentos seria uma questão de segurança alimentar, que tem sido um assunto de debate entre os especialistas e governos no que tange à questão da fome mundial. Menezes (2001 *apud* ORTEGA, 2008) comenta que o conceito foi amplamente debatido na XII Conferência Mundial, em 1989, em que a FAO propunha que:

O objetivo final da Segurança Alimentar Mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada; conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam (MENEZES, 2001 *apud* ORTEGA, 2008, p.178)

De acordo com os dados da Tabela 4, a Mesorregião Sul Goiano representa do total, 62% da produção estadual das culturas como algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão,

milho, soja e sorgo. Pressupõe-se que a entrada de novas agroindústrias canavieiras na região resultará numa nova organização do seu espaço produtivo para a região sul de Goiás.

Tabela 4 – Ranking da produção de grãos no Estado de Goiás e regiões selecionadas, 2008 Estado/Microrregião/Mesorregião

Estado/Microrregião/Mesorregião	Produção de grãos (em mil t)	Participação (%)
Goiás	33.381	100
Mesorregião Sul Goiano	20.762	62
Sudoeste de Goiás	8.629	26
Vale do Rio dos Bois	3.241	10
Meia Ponte	6.008	18
Pires do Rio	557	2
Catalão	1.013	3
Quirinópolis	113	0,34

Fonte: IBGE (2009 *apud* LIMA, 2010).

De acordo com a Tabela 5, no período de 2000 a 2010, para a Mesorregião do Sul Goiano houve um crescimento moderado das áreas de produção de culturas alimentares, o feijão, o milho, a soja e o sorgo que

cresceram 27,17%, 12,27%, 42,42% e 25,86%, respectivamente, com exceção do arroz que diminuiu sua área plantada em -58,45%, enquanto a área da cana cresceu 398,14%.

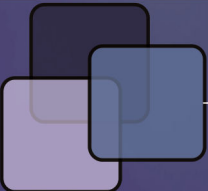
Tabela 5 – Área Plantada das Principais Culturas Temporárias na Mesorregião do Sul Goiano (em hectares) – 2000 a 2010

Cultura	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição %
Arroz (em casca)	66.246	41.166	37.217	35.262	59.117	81.279	34.455	43.430	32.050	32.920	27.522	-58,45%
Cana-de-açúcar	87.155	77.566	126.574	92.206	92.084	106.411	127.671	149.716	271.224	376.649	434.154	398,14%
Feijão (em grão)	30.513	55.895	45.912	48.983	35.705	24.905	35.149	27.803	31.369	40.196	38.803	27,17%
Milho (em grão)	553.551	617.273	472.039	468.543	442.029	382.374	452.882	565.723	618.310	619.625	621.469	12,27%
Soja (em grão)	1.341.432	1.385.524	1.694.985	1.894.284	2.204.330	2.223.166	2.058.163	1.773.376	1.793.249	1.867.265	1.910.450	42,42%
Sorgo (em grão)	168.053	122.741	179.836	222.049	287.912	267.278	194.794	196.830	275.440	270.251	211.506	25,86%

Fonte: SIDRA/IBGE (2011)

Juntamente com os fatores supracitados, salienta-se que, com o processo de ocupação da cana em áreas de culturas alimentares, como o arroz e o feijão, a cana passa a substituir o milho e a soja, importantes insumos para o complexo agroindustrial de aves, suínos e bovinos. Este tema tem sido bastante discutido por especialistas

que defendem regras para o uso do solo, como fez o município de Rio Verde (GO), que limitou o uso do solo para o plantio da cana, ainda que os defensores do plantio da cana no estado e entidades de classe como a Sifaeg, afirmem que a medida seja inconstitucional. Trindade e Chaves (2009, p. 14) destacam que



O modelo de territorialização da cana-de-açúcar em Goiás oferece uma gama de pilares onde haverá a ocupação desenfreada em regiões produtoras de alimentos, nas quais dividirão/dividem espaço com os biocombustíveis e vários outros problemas sociais associados a exploração da mão-de-obra, ao avanço em regiões de pequenos agricultores ocasionando a expulsão e (re) estruturação das famílias que habitavam estas regiões.

Entretanto, para muitos teóricos, a expansão da monocultura canavieira não necessariamente produziria um impacto negativo à produção de alimentos, pelas dimensões continentais do território brasileiro, tanto que Carvalho (2006 *apud* SOUZA, 2010) aponta que, sob a ótica da ocupação espacial, a fronteira parece não ter fim. Não obstante, o zoneamento agroecológico, implementado pelo governo federal, sinaliza que a expansão da cultura é sustentável e que não afetará a produção de alimentos. Para o autor, nada assegura que esse processo será orientado prioritariamente rumo a áreas de pastagens degradadas, conforme consta no zoneamento. Ao contrário, acredita-se que as primeiras terras que serão incorporadas a expansão do agronegócio canavieiro são aquelas que são dotadas de uma combinação convergente de vários fatores que potencializem a renda fundiária (SOUZA, 2010).

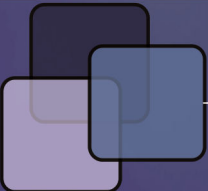
Daí a inconsistência da política de zoneamento apresentada pelo governo federal, que ignora a dinamicidade do processo de territorialização-desterritorialização e reterritorialização dos cultivos no espaço agrário brasileiro. As disputas territoriais por essas porções espaciais capazes de garantir uma maior renda fundiária ao agroindustrial, com as áreas produtoras de alimentos, e que se encontram no raio de expansão do agronegócio canavieiro provocariam uma desterritorialização das culturas menos rentáveis. Isto por sua vez poderia provocar uma reterritorialização destas culturas que foram “engolidas” pela expansão canavieira em áreas periféricas, localizadas na fronteira agrícola em expansão, na Amazônia, por exemplo (SOUZA, 2010, p.160).

Segundo Vian et al (2008), Martha Jr. (2008), além das questões relacionadas ao uso da terra no meio rural, outros desafios se colocam ao desenvolvimento regional, como, por exemplo, as questões sociais e de geração de renda, e o efeito multiplicador ou o valor adicionado das culturas e das diferentes alternativas de uso da terra.

Além disso, é importante considerar os aspectos relacionados aos investimentos para uma eventual adaptação da infra-estrutura necessária à nova atividade, com a obsolescência de capitais específicos presentes nas regiões e voltados para as atividades que serão afetadas. Do ponto de vista social, esse capital que se tornaria obsoleto deveria ser considerado como custo no projeto de investimento da nova atividade.

Martha Jr. (2008) faz um alerta sobre a mudança no fluxo de recursos via tributos com a substituição de uma agroindústria por outra, sendo necessário quantificar, adequadamente, quais serão as perdas e ganhos dos municípios. No caso a substituição de frigoríficos por usinas de álcool, a arrecadação de impostos diretos poderá ser reduzida. Entretanto, ele afirma que o efeito global sobre as receitas dos municípios e o bem-estar de sua população vai depender do estímulo – positivo ou negativo, direto ou indireto – que a cadeia da cana-de-açúcar poderá gerar, inclusive sobre outros setores econômicos, com o processo de encadeamento para frente e para trás. E esse efeito tem sido geralmente, bastante positivo. Desse modo, a comparação para a avaliação das melhores alternativas tanto para o indivíduo como para a região (avaliação social) deve considerar o conjunto de custos e de benefícios de diferentes alternativas, uma vez que a expansão não se dará em um vazio econômico e afetará sistemas econômicos e sociais estabelecidos, como é o caso da Perdígão em Rio Verde (GO) com o complexo da soja e milho.

Contudo, em face dos atuais preços elevados do milho e da soja, que devem persistir por alguns anos, e da recente recuperação dos preços dos produtos da pecuária bovina, é possível pensar – até certo ponto – em uma convivência de várias agroindústrias, como aquelas ligadas à pecuária, aos grãos e à cana-de-açúcar, nessas zonas de expansão canavieira. Em parte dessas áreas de Cerrado nas quais a cana-de-açúcar vem avançando, ainda há espaço para essa convivência, o que certamente é bastante positivo, pois pode reduzir o avanço de frentes agropecuárias em áreas na fronteira com a Amazônia (MARTHA JR. 2008, p.41).



Os autores passaram a concluir que há um novo processo de reordenamento territorial e produtivo do setor canavieiro, baseado na inserção e ampliação do etanol no mercado internacional de *commodities*. Além disso, eles afirmam também que a abertura de novas áreas de plantio de cana e a instalação de novas usinas processadoras de cana implicam em um novo desenho territorial no espaço agrário, pela monocultura da cana na substituição tanto de áreas de cultivo de produtos ligados ao setor de alimentos, quanto de pastagens, áreas de vegetação, áreas de proteção etc.

Souza (2010) chama a atenção para as intensas disputas territoriais que ocorrerão nesta porção privilegiada do espaço geográfico brasileiro, orientadas, sobretudo, pela rentabilidade das culturas, gerando um intenso processo de substituição, quando culturas como o milho, o feijão, a soja ou as pastagens encontrarem-se nos mesmos locais da expansão da cana. Esse processo ocorrerá para o autor, independente da existência de milhões de hectares vagos ou subaproveitados pela pecuária, mas que não dispõem de vantagens locais para a viabilidade comercial e econômica do agronegócio canavieiro.

Considerações Finais

Constatou-se que as políticas de crédito agrícola da década de 60, criadas no Sistema Nacional de Crédito Agrícola, foram importantes na formação dos Complexos Agroindustriais, priorizando os investimentos para expandir as áreas das culturas de exportação em relação às de consumo interno.

Observou-se que por meio de pesquisas realizadas nas bibliografias está havendo em Goiás, principalmente no sudoeste e no sul goiano, uma substituição gradativa das áreas de maior produção de soja, de milho, de arroz, bem como das áreas de pastagens sejam degradadas ou não, pela cultura canavieira. A preocupação desse processo de substituição pode ser justificada pela escassez de alimentos ou matérias-primas para as cadeias produtivas de aves, suínos e bovinos que sofrerão elevação dos custos de produção, dado a menor oferta destes insumos,

o que poderá comprometer o desenvolvimento econômico e social, bem como o desenvolvimento sustentável dos solos em que são cultivados a cultura canavieira, embora estes assuntos sejam discutidos em trabalhos posteriores.

A partir da alteração na estrutura produtiva numa região, forma-se então uma nova territorialidade, a da cana, em detrimento as atividades como a pecuária, a produção de grãos etc. O sudoeste e o sul Goiano conhecidos como a maior fronteira agrícola de grãos do estado de Goiás muda para o cultivo da monocultura canavieira. Neste sentido, nestas regiões há uma tendência mesmo que incipiente, da substituição de atividades econômicas, consideradas tradicionais (ex: a produção de grãos, de leite etc) pela proliferação da cultura canavieira na ocupação dos espaços e impondo uma nova dinâmica econômica, bem como novos valores simbólicos e culturais.

Referencial Bibliográfico

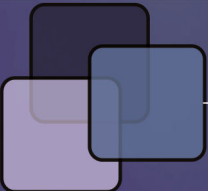
BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acesso em: 7 nov 2011.

BRASIL, COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Levantamento de grãos e cana-de-açúcar**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=>. Acesso em: 10 nov 2011.

CORRÊA, V. P. **Novos caminhos do financiamento agrícola e as suas distorções**. In: XXVII Encontro Nacional de Economia/ANPEC. Belém-PA, 7 a 10 dezembro. Anais v.1, 1999.

COSTA, S. J.; CARVALHO, J. M.: **Configurações de transação para o álcool na região Centro-Norte**. Revista de Política Agrícola, Ano XVIII, n. 4, out/Nov/dez, 2009.

DAHMER, V. S.; SHIKIDA, P. F.A.: **Mudança organizacional da agroindústria canavieira paranaense depois da desregulamentação setorial: Uma análise para o álcool e o açúcar**. Revista de Política Agrícola, Ano XVIII, n. 2, abr/mai/jun, 2009.



GRAZIANO DA SILVA, J. A **Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. UNICAMP/IE. Campinas-SP. 217pp, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (SIDRA/IBGE). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp>. Acesso em: 20 dez 2011.

LIMA, D. A. L. L: **Estrutura da agroindústria canavieira no Sudoeste Goiano: impactos no uso do solo e na estrutura fundiária a partir de 1990**. Campinas, SP: Unicamp, (Tese de Doutorado),2010.

MARTHA JR, G. B.: **Dinâmica de uso da terra em resposta à expansão da cana-de-açúcar no Cerrado**. Brasília-DF: *Revista de Política Agrícola*. Ano XVII, n. 3, jul/ago/set, 2008.

MARTINEZ, B. M. A Política Agrícola Brasileira. In: Maria Helena Fagundes (Org.) **Políticas Agrícolas e o Comércio Mundial**. Série de Estudos de Política Agrícola – n°28. IPEA/PNUD/BRA/091/014: Brasília-DF. pp.227/236, 1989.

PEREIRA SANTOS, A.: **Natureza e Trabalho na lógica do Capital: contradições sociais do desenvolvimento econômico e limites ambientais do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil**, 2009.

RAMOS, P. **Heterogeneidade e integração produtiva na evolução recente da agroindústria canavieira do centro-sul (1985-2000)**. In. SHIKIDA, P.F.A. e MORAES, M.A.F.D. (org) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

ROMEIRO, A. R. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura**. ANNABLUME editora/Fapesp. São Paulo-SP. 277pp, 1998.

SHIKIDA, P. F.A: **Desenvolvimento socioeconômico e agroindústria canavieira no Paraná-PR**. Brasília-DF: *Revista de Política Agrícola*. Ano XIX, n. 3, jul/ago/set, 2010.

SOUZA, M. A. **A dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate**. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.5, n.10, p. 148-167, ago. 2010.

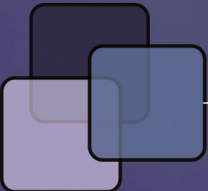
THEODORO, A. D.: **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: ocupação da cobertura vegetal do Cerrado**. Araçatuba,SP: Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, 2011.

TRINDADE, S. P. e M. R. CHAVES. **Sustentabilidade do setor sucroalcooleiro em Goiás: relação da produção agrícola e impactos ambientais**. UFG. CATALÃO/GO. 2009

VALÉRIO, V. J. O e A.THOMAZ JR. **A Territorialização da Cana-de-Açúcar e a produção de alimentos em Flórida Paulista/SP**. *Revista Geografia em Atos*. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 15-37.

VIAN, C. E.F; BELIK, W.; PAULILLO, L. F.; CORDER, L.M. **Perspectivas da Agroenergia no Brasil**. XLVI Congresso da Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008

ÚNICA, União da indústria de Cana-de-açúcar. Disponível em: www.unica.com.br. Acesso em: 10 nov 2011.



HEDGE DE BOI GORDO NO MERCADO FUTURO DA BM&F PARA O ESTADO DE GOIÁS – BASE E RISCO DE BASE

Rodrigo da Silva Souza¹
Cleyzer Adrian da Cunha²
Alcido Elenor Wander³

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar as operações de *hedge* no mercado futuro da BM&F para o estado de Goiás sob a ótica da base e do risco de base. Os dados são de janeiro de 2002 a dezembro de 2009. Observou-se que a base média geral segue no intervalo entre R\$ -4 e R\$ -6 durante todos os meses do ano. O risco de base varia em torno de R\$ 2. Há um enfraquecimento da base no período da entressafra acompanhado de maior risco de base. O risco de base chega ao máximo de R\$ 2,73 em novembro. Assim, há eliminação menor de risco com as operações de *hedge* no mercado futuro da BM&F na entressafra, período em que há maior oferta de animais de confinamento no estado de Goiás.

Palavras-chave: *hedge*, boi gordo, Goiás

Introdução

Em 2008, havia no país, aproximadamente, 202 milhões de efetivo de bovinos, sendo Mato Grosso (12%), Minas Gerais (11%), Mato Grosso do Sul (11%) e Goiás (10%) os estados com maior concentração (BRASIL, 2010). Um processo muito comum na atividade pecuária é o processo de confinamento e semiconfinamento. No primeiro, os animais são limitados a um pequeno espaço onde recebem suplementação alimentar que permite ganho de peso maior se comparados aos animais de pasto. Por sua vez, considera-se semiconfinamento o processo misto de engorda em pasto e confinamento. O estado de Goiás é o estado brasileiro que possui o maior número de confinamentos do país, proporcionando uma dinâmica de preços que pode diferir dos outros estados.

Efetivamente a atividade pecuária (confinamento ou não) envolve riscos, uma vez que, enquanto seus custos são conhecidos e quase sempre elevados, sua receita é incerta, dada a imprevisibilidade dos preços da arroba do boi gordo no futuro. O preço da arroba do boi pode sofrer variações de várias formas, como: (a) variações nos preços dos insumos; (b) variações no preço da carne de boi e de frango (bem substituto); (c) interrupção das importações de carne brasileira por *layer* importante, etc. (BM&F, 2005). Desse modo, o pecuarista pode se deparar com um preço incapaz de cobrir os custos operacionais.

O risco da oscilação de preços pode ser minimizado no mercado futuro. Neste, o produtor pode fixar o preço de seu produto assim que definido o custo de produção por meio do *hedge*, que é um mecanismo de proteção de preço, no qual o produtor fixa na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) o preço de seu produto final (*hedge* de venda).

Devido à importância do estado de Goiás na atividade pecuária nacional e o aumento da procura por parte dos pecuaristas por mecanismos de proteção de preços, este trabalho se justifica na relevância das informações geradas aos tomadores de decisão do agronegócio. Este trabalho se propõe a analisar as operações de *hedge* de boi gordo para o estado de Goiás no que tange aos conceitos de base e risco de base.

¹ Economista, Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: rodrigossouza@cnpaf.embrapa.br

² Economista, Doutor em Economia Aplicada, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: cleyze@yahoo.com.br

³ Engenheiro-agrônomo, Doutor em Economia Agrícola, pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão (CNPAF). E-mail: awander@cnpaf.embrapa.br

1 – O mercado futuro e a pecuária goiana

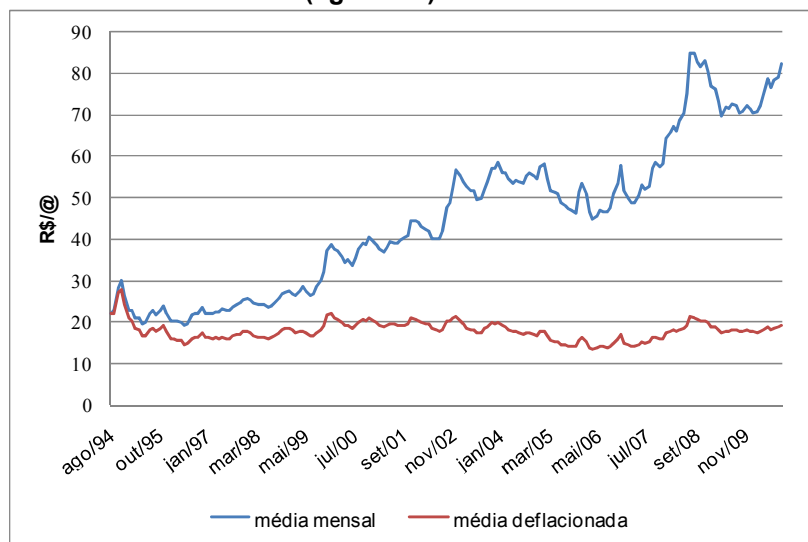
Os contratos futuros representam promessa de compra ou venda de mercadoria, para data de vencimento previamente estabelecida (Schouchana, 2004). A qualquer momento, pode-se liquidar um contrato futuro, ao contrário do contrato a termo. Para Gray e Rutledge (1971), o hedge por meio do mercado futuro pode ser eficiente mecanismo na redução do risco para produtores primários, o que posteriormente foi comprovado por vários trabalhos empíricos. Hull (2005) trata o hedge como um mecanismo que vai além da gestão de risco, um mecanismo que assegura lucros.

Os trabalhos empíricos sobre o assunto estão se intensificando com o aumento no dinamismo na BM&F. Segundo LOPES (2006), 80% dos produtores entrevistados em Londrina acham que a possibilidade de sair da operação a qualquer momento e a rapidez do fechamento dos contratos é um dos aspectos mais positivos das operações de hedge de soja. Gonçalves et.al (2008) mostraram que há bicausalidade entre os preços do mercado a vista e futuro do boi gordo na região do noroeste do estado do Paraná, ou seja, as decisões no mercado à vista são tomadas levando em consideração o

fechamento do dia anterior no mercado futuro, assim como as decisões no mercado futuro levam em consideração o que está ocorrendo no mercado à vista. Por essas e outras razões, os tomadores de decisão devem acompanhar o mercado futuro e também os indicadores do mercado físico.

As oscilações dos preços do boi gordo e dos insumos são constantes no mercado brasileiro. O pecuarista nos últimos anos se deparou com aumento nos custos de produção da sua atividade e nos preços nominais da arroba do boi gordo. Todavia, ao deflacionar os preços usando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base em agosto de 1994, percebe-se que os preços da arroba do boi gordo se mantêm constantes ao longo dos anos (Gráfico 1). Segundo Guimarães (2005), esse é um dado positivo que o produtor se recusa a aceitar. Isto porquanto houve um aumento considerável de efetivo de animais nesse período, passando de aproximadamente 150 milhões de cabeças de gado em 1994 para aproximadamente 202 milhões de cabeça de gado em 2008, um aumento de 34% (IBGE, 2010).

Gráfico 1: Evolução dos preços da arroba do boi gordo para Goiás, em base nominal e real (ago/1994)



Fonte: Elaborada a partir de dados da FAEG⁴ (2010) e FGV (2010).

⁴ Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás.

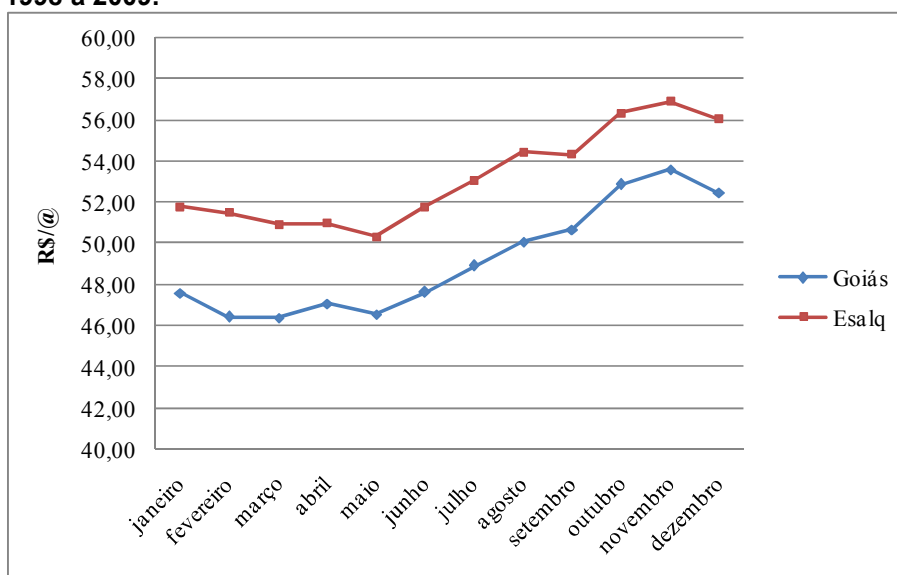
O movimento natural do mercado do boi gordo são preços em queda no primeiro semestre e em alta no segundo semestre em virtude da safra e da entressafra. Atualmente, há oferta de animais o ano todo, pois no inverno (entressafra) os pecuaristas usam o sistema de confinamento e semiconfinamento para engorda de animais sem dependência de pasto. Schouchana (2004) explica a necessidade das operações no mercado futuro para o pecuarista confinador e semiconfinador da seguinte forma:

A operação de semiconfinamento de boi gordo consiste em comprar o boi magro, no período de aumento de peso do animal no pasto e posterior confinamento. Como o risco de preço do investidor é de que no ato da comercialização o preço do boi gordo esteja com valor de mercado inferior ao que ele tinha projetado no início da operação, o *hedge* deve ser feito mediante a venda de contratos futuros de boi gordo. O investidor adquire uma quantidade de boi magro (360kg em média), a um preço de R\$670,00/animal e vende no mercado futuro a mesma

quantidade equivalente em contratos futuros a R\$64,40/arroba. O que se faz é verificar a taxa de aplicação que o investidor está projetando e comparar com a taxa de juro de uma aplicação do mercado financeiro (SCHOUCHANA, 2004)

O Gráfico 2 mostra a sazonalidade do mercado do boi gordo em Goiás e São Paulo (representado pelo indicador ESALQ/BM&F)⁵. A diferença histórica entre os dois estados é de aproximadamente R\$ 4. É comum a diferença entre o preço a vista local e o preço a vista para os pontos de entrega especificados no contrato. Pode-se observar que nos meses de safra (entre dezembro e maio)⁶ os preços são menores e nos meses de entressafra (entre junho e novembro) os preços são maiores, comum para os mercados agrícolas. Em média, em meados de novembro ocorrem os maiores preços da arroba do boi gordo, tanto para Goiás como para São Paulo.

Gráfico 2: Sazonalidade do mercado do boi gordo em Goiás e São Paulo (representado pelo indicador ESALQ/BM&F para o Boi Gordo), de 1998 a 2009.



Fonte: Elaborada com dados do CEPEA (2010) e da FAEG (2010)

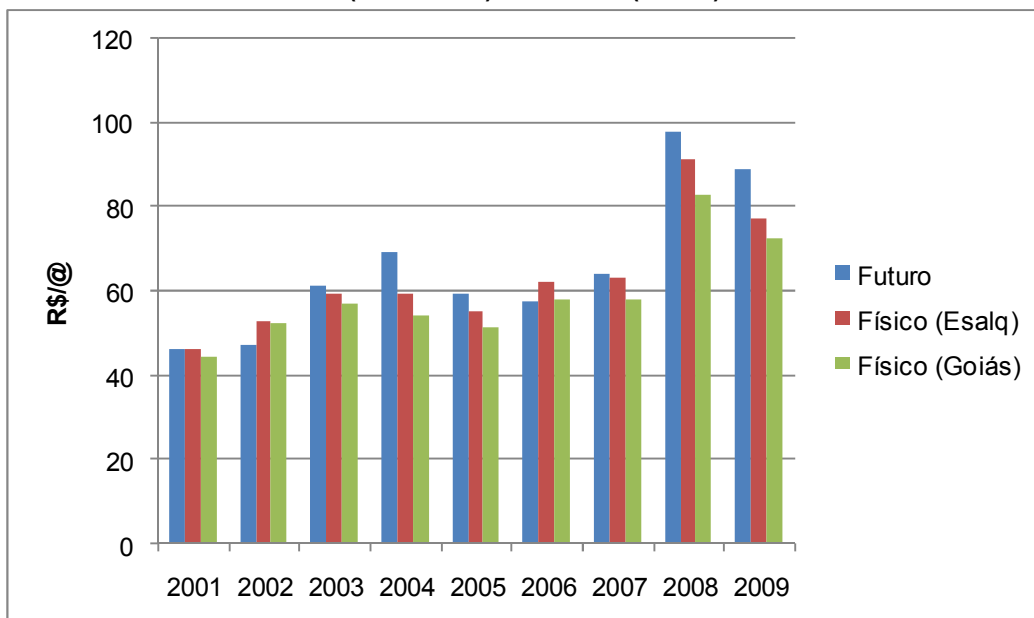
⁵ O indicador ESALQ/BM&F representa os preços do boi gordo no mercado físico de São Paulo. Esse indicador banaliza os preços do boi gordo na BM&F.

⁶ Os meses de safra e entressafra variam de acordo com a região.

Em 2008, entre o preço máximo do contrato outubro (101,80/@) registrado em junho e o preço de fechamento do contrato⁷ (88,52/@), o mercado registrou uma queda de 13% nos preços. Em 2009, entre o preço máximo do contrato de outubro (89,80/@) registrado também em junho e o preço de fechamento do contrato (75,52/@), o mercado registrou uma queda de 15%. Essa divergência entre a expectativa do mercado e o fato observado é uma medida de risco. O produtor que fez proteção de preços em junho de 2008 e 2009 para vender seus bois em outubro garantiu uma rentabilidade extra. O Gráfico 3

confronta os preços futuros de junho para o vencimento em outubro, os preços do mercado físico em outubro para São Paulo e para Goiás. Pode-se notar que o produtor que “travou” os preços em junho de 2001 deixou de ganhar um valor pequeno, pois em outubro o Indicador ESALQ/BM&F estava maior que o preço futuro em junho do contrato outubro. O produtor deixou de ganhar também em 2002 e 2006, mas a uma proporção menor do que a renda extra que teve nos demais anos em que fez o hedge de preço no mercado futuro da BM&F em junho⁸.

Gráfico 3: Futuro⁹ X Físico (São Paulo)¹⁰ X Físico (Goiás)¹¹



Fonte: Elaborado a partir de dados da BM&F (2010), CEPEA (2010) e da FAEG (2010)

O pecuarista, na medida em que intensifica seu processo produtivo, não pode deixar de ganhar 10% ou 15% na hora da comercialização. Há anos, como em 2010, que o pecuarista que fez termo não acompanhou a alta

expressiva dos preços. O fato de poder sair a qualquer momento possibilita ao hedger maior gestão da posição. Os dados supracitados são uma evidência das vantagens do hedge no mercado futuro da BM&F.

⁷ Média dos últimos 5 dias úteis do Indicador ESALQ/BM&F para o boi gordo em outubro de 2008.

⁸ O mês de junho representa apenas um exemplo. O trabalho não tem o objetivo de determinar o melhor mês para a realização do hedge.

⁹ Média do mês de junho para o vencimento outubro.

¹⁰ Média do mês de outubro para São Paulo, ou seja, do indicador ESALQ/BM&F.

¹¹ Média do mês de outubro para Goiás.



2 – Materiais e métodos

2.1 – Base e risco de base

Conceitualmente, a base é a diferença entre o preço de uma commodity na região onde o hedger se encontra e o valor negociado na bolsa de mercadorias e futuros. Segundo Marques e Melo (2006), a base possui três dimensões: tempo, espaço e qualidade, ou seja, ela pode ser explicada pelo custo de carregamento de um mês para outro, transportar o produto da cidade onde se localizam para o ponto de entrega, impostos, qualidade do produto, demanda local, barreiras sanitárias, etc.

Segundo a Futures Industry Institute (2002), a base possui dois componentes principais: (a) valor pelo qual o preço a vista local está abaixo (ou acima) do preço a vista para os pontos de entrega especificados no contrato futuro (custo de transporte) e; (b) valor pelo qual o preço a vista do ponto de entrega está abaixo (ou acima) do preço futuro mais próximo (custos de armazenagem, custos de mão-de obra, etc.). Assim, ao considerar os preços do indicador ESALQ/BM&F como proxy dos preços futuros pode incorrer em desconsiderar um elemento importante da base.

É nítido na literatura que a diferença entre commodities estocáveis e não estocáveis deve ser considerada. A instabilidade entre o preço a vista do boi gordo e o preço futuro se deve ao fato de sua oferta não ser fixa e a formação de estoques serem difícil de ocorrer (Silveira, 2002). Zilio et. al (2007) destaca a diferença entre commodities estocáveis e não estocáveis, se uma commodity pode ser estocada, variações bruscas nos preços não devem surtir efeito de mesma magnitude aos produtores ou traders que armazenam sua produção. Isto

acontece porque este “período desfavorável” para a venda do produto pode ser contornado com a estocagem, o detentor da commodity segura sua produção até o momento propício para a venda.

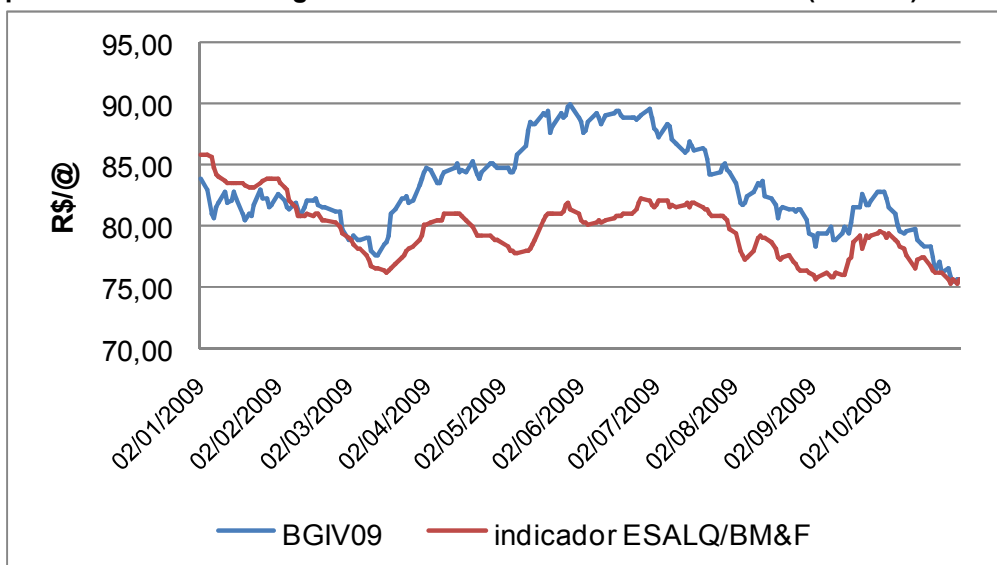
No caso de commodities não estocáveis a análise acima não é válida. Um rebanho de gado, por exemplo, deve ser abatido em uma determinada data, pois, caso contrário, a agregação de valor advinda de determinado investimento pode se dissipar se o produtor “guardar” o gado mais tempo do que o economicamente viável (ZILIO et. al, 2007).

Além dos preços, a base também oscila. Quando o preço spot ou a vista sobe mais do que o preço futuro a diferença da base diminui, o que é conhecido como fortalecimento de base. Quando o preço futuro aumenta mais do que o preço a vista, a diferença da base aumenta, e ocorre um enfraquecimento da base. A incerteza sobre a base em determinado período futuro é denominado risco de base. Neto (2008) revela que, para o boi gordo em Goiás, o risco de base é maior nos meses considerados de safra (dezembro a maio), quando há um fortalecimento da base¹², que é bom para quem está vendido no mercado futuro.

O Gráfico 4 mostra o preço do contrato em outubro de 2009 e o preço do indicador ESALQ/BM&F para o mesmo período. A diferença de base se mostrou maior nos meses de junho e julho, período que prevalece a incerteza de mercado a cerca da oferta de boi na entressafra. O fortalecimento da base é natural, porquanto à medida que se aproxima do fechamento do contrato o custo de armazenagem vai diminuindo, até a convergência entre os preços.

¹² O fortalecimento da base ocorre quando a diferença entre o preço a vista e o preço futuro diminui, ou seja, torna-se menos negativa.

Gráfico 4: Convergência entre preço futuro e à vista (indicador ESALQ/BM&F) para o contrato de boi gordo com vencimento outubro de 2009 (BGIV09).



Fonte: Elaborado a partir de dados da BM&F (2010) e do CEPEA (2010)

Segundo Hull (2005), ativos de investimentos possuem menor risco de base do que commodities para consumo, porque desequilíbrios entre oferta e demanda e as dificuldades associadas ao seu armazenamento podem levar a grandes variações da *convenience yield*¹³, que por sua vez provoca grande aumento no risco de base.

A base é calculada por meio da Equação 1:

$$b_1 = S_1 - F_1 \quad (1)$$

onde S_1 = preço spot (a vista) na data t_1 ; F_1 = preço futuro na data t_1 ; b_1 = base na data t_1 .

A Equação 1 revela a base em determinado período. Em análise empírica, é interessante calcular a média da base para cada vencimento do contrato futuro, diminuindo a quantidade de dados e facilitando a análise. Neto (2008) utiliza a equação proposta por Fontes, Castro Júnior e Azevedo (2005) denominada de base média geral, que é a base média para cada vencimento em determinado período.

Um aspecto importante sobre a base é que ela possui um risco. Hull (2005) comenta que o risco de base surge da incerteza acerca de qual será a base no momento em que o hedge for encerrado. Além de calcular a base média geral para cada vencimento, é necessário calcular a variância dos preços durante o intervalo de tempo compreendido. Esta variância é calculada por meio do desvio-padrão da base, também conhecido como risco de base.

2.2 – Fonte de dados

O levantamento dos preços do boi gordo no mercado futuro e à vista para Goiás realizou-se junto a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F, 2010) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG, 2010), respectivamente. Os dados são de janeiro de 2002 a dezembro de 2009.

¹³ *Convenience yield* ou renda de conveniência são os benefícios de se manter o ativo físico. Reflete as expectativas do mercado em relação à disponibilidade futura da *commodity*. Quanto maior for a possibilidade de escassez, maior será a *convenience yield* (Hull, 2005).

3 – Análise e resultados

Conforme mencionado acima, os dados estatísticos, base e risco de base, são informações essenciais para o hedger. A Tabela 1 apresenta os valores referentes à diferença entre os preços à vista para Goiás e os preços futuros na BM&F entre 2002 e 2009. Nota-se que em

2002 e 2003 a oscilação da base era branda, variou entre R\$ -1e R\$ -4. Os demais anos se caracterizaram por uma volatilidade maior, chegando o máximo de dispersão em 2009 (entre R\$ -3,43 e R\$ -9,83). A maior dispersão da base incorre na maior dificuldade de planejar a operação de hedge e um risco maior na operação.

Tabela 1 – Valor da base entre os meses de janeiro de 2002 e dezembro de 2009

Mês/Ano	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Dezembro	-4,21	-3,92	-5,98	-2,77	-0,11	-2,81	-4,16	-2,05
Novembro	-3,43	-8,17	-8,51	-2,42	-2,53	-5,16	-2,65	-1,38
Outubro	-5,95	-8,69	-6,08	-3,90	-4,87	-5,94	-3,27	-3,20
Setembro	-7,28	-7,19	-3,01	-6,17	-4,31	-4,73	-2,85	-1,62
Agosto	-7,73	-7,99	-5,58	-5,45	-4,46	-6,17	-4,04	-2,97
Julho	-9,83	-6,80	-4,98	-3,70	-5,23	-5,61	-3,58	-1,07
Junho	-9,34	-8,47	-5,4	-2,76	-6,09	-7,85	-3,32	-2,44
Mai	-8,06	-6,50	-2,81	-2,05	-5,68	-5,80	-2,46	-2,35
Abril	-7,52	-6,81	-2,16	-3,57	-4,39	-3,89	-2,98	-2,05
Março	-7,07	-7,34	-4,67	-4,24	-5,80	-4,20	-4,18	-2,64
Fevereiro	-7,55	-7,40	-6,06	-5,99	-6,46	-3,99	-3,71	-3,36
Janeiro	-5,72	-6,45	-3,91	-2,62	-4,65	-3,90	-2,29	-2,36

Fonte: Resultados da pesquisa

A base média geral e a oscilação da base durante o período compreendido nesse trabalho foram quantificadas e apresentadas na Tabela 2. A primeira coluna apresenta

a base média geral, a segunda o valor máximo da base, a terceira o valor mínimo e a última o desvio padrão, ou seja, o risco de base.

Tabela 2: Base média geral, valor máximo, valor mínimo e risco de base para o estado de Goiás, entre 2002 e 2009.

Mês	Base Média	Máximo	Mínimo	Risco de Base
Janeiro	-3,99	-2,29	-6,45	1,55
Fevereiro	-5,57	-3,36	-7,55	1,66
Março	-5,02	-2,64	-7,34	1,60
Abril	-4,17	-2,05	-7,52	2,02
Mai	-4,46	-2,05	-8,06	2,31
Junho	-5,71	-2,44	-9,34	2,69
Julho	-5,10	-1,07	-9,83	2,57
Agosto	-5,55	-2,97	-7,99	1,74
Setembro	-4,65	-1,62	-7,28	2,10
Outubro	-5,24	-3,20	-8,69	1,84
Novembro	-4,28	-1,38	-8,51	2,73
Dezembro	-3,25	-0,11	-5,98	1,75

Fonte: Dados da pesquisa

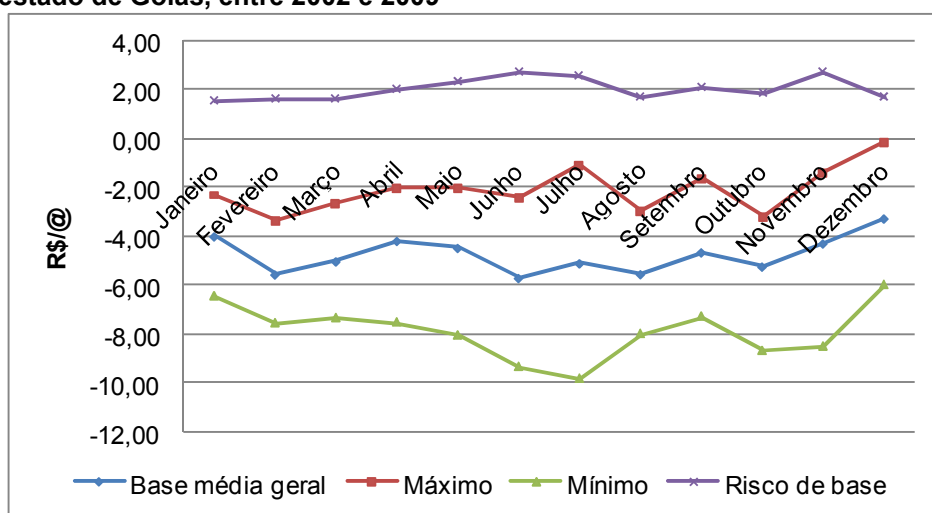
O máximo que a base chegou (valor menos negativo) foi R\$ -0,11 e o mínimo foi R\$ -9,83, sendo o máximo em dezembro e o mínimo em julho que são os meses de transição (safra/entressafra). O menor valor da base média (valor mais negativo) foi R\$ -5,71, no mês de junho, começo da entressafra. Observa-se que há enfraquecimento da base no período de junho a outubro, que são meses de entressafra, onde há oferta principalmente de boi confinado no estado de Goiás. Em média, o fortalecimento da base ocorre nos meses de safra, entre novembro e maio, o que é bom para quem está vendido.

O menor valor do risco de base foi R\$1,55, no mês de janeiro, em que predomina o boi de pasto, ou seja,

período de safra. O maior valor para o risco de base foi R\$2,73, no mês de novembro, período de entressafra.

O intuito do Gráfico 5 é facilitar a análise da Tabela 2. Observa-se que a base média geral segue no intervalo entre R\$ -4 e R\$ -6 durante todos os meses do ano. O risco de base varia em torno de R\$ 2. Ressalta-se que o risco de base é maior entre os meses de abril a julho, ou seja, no período compreendido entre o fim da safra e início da entressafra. Isso ocorre devido à incerteza acerca do período de transição, porque geralmente não se sabe exatamente se a oferta de animais de confinamento será suficiente para atender a demanda.

Gráfico 5: Base média geral, valor máximo, valor mínimo e risco de base para o estado de Goiás, entre 2002 e 2009

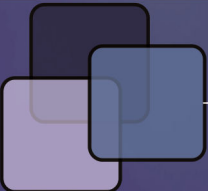


Fonte: Dados da pesquisa

A safra é caracterizada por bois de pasto, por isso ocorre no verão, quando há chuva suficiente para manter o pasto em condições favoráveis. Nesse período a oferta de animais é mais bem distribuída, o que explica o fortalecimento da base e o menor risco de base. Na entressafra, Goiás concentra boi confinado o que melhora a oferta em relação a São Paulo, por exemplo, provocando um distanciamento dos preços, ou seja, há um enfraquecimento da base. Este fato, em conjunto com o maior risco de base, desfavorece o hedge de venda dos produtores goianos na entressafra.

Considerações finais

Considerando os resultados obtidos após o levantamento da série de preços à vista da arroba do boi gordo para o estado de Goiás e da série de preços no mercado futuro da BM&F para a arroba do boi gordo, verificou-se a Máxima do valor da base a R\$ -0,11 e o mínimo a R\$ -9,83, em dezembro e julho, respectivamente, ambos os períodos de transição (safra/entressafra). Em média, o fortalecimento da base ocorre nos meses de safra (entre novembro e maio), enquanto que o enfraquecimento da



base ocorre nos meses de entressafra (entre junho e outubro). Isso ocorre porque Goiás possui o maior número de confinamentos do país e a oferta na entressafra é relativamente maior do que a oferta de São Paulo, praça referência dos preços no mercado futuro. O fortalecimento da base na safra é bom para o hedge de venda.

O risco de base apresentou-se entre o intervalo de R\$ 2,00, sendo menor nos meses de dezembro a março, período considerado de safra. Na entressafra o risco apresentou-se maior. Assim, Goiás tem uma variação maior da diferença de base na entressafra, o que prejudica as operações de hedge de venda nesse período. Porém, deve-se destacar que o risco de base é menor do que o risco de preços.

Referências bibliográficas

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS (BM&F). Ajustes do Pregão. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acessado em: 25 de outubro de 2010.

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS (BM&F). Futuros de boi gordo e bezerro. Séries Mercados, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **Indicadores de Preços**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/boi/>> Acessado em: 10 de novembro de 2010.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS. **Cotações e Mercado**. Disponível em: <<http://www.faeq.com.br>>. Acessado em: 25 de agosto de 2010.

FONTES, Renato E.; CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de.; AZEVEDO, Adriano F. Estratégia de comercialização em mercados derivativos: descobrimento de base e risco de base da cafeicultura em diversas localidades de Minas Gerais e São Paulo. **Revista Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 29, n. 2, p. 382-389, mar/abr. 2005.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Indicadores de preços**. Disponível em: <<http://portalivre.fgv.br/>> Acessado em: 25 de agosto de 2010.

FUTURES INDUSTRY INSTITUTE. **Curso de futuros e opções**. 1 ed. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2002.

GONÇALVEZ, D. F.; FRANCISHINI, A. A.; ALVES, A. F.; PARRE, J. L. Co-integração, causalidade e efetividade do *hedge* para preços do contrato de boi gordo para noroeste do Paraná. **Informe do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC)** da Unioeste. Vol. 12, nº1, jan./jun. 2008.

GRAY, R. W.; RUTLEDGE, D. J. S. The economics of commodities future markets: a survey. **Review of Marketing and Agricultural Economics**. vol. 39, n. 4, 1971

GUIMARAES, R. L. Razão ótima de hedge em função do horizonte de hedge e da periodicidade dos dados – Uma aplicação no mercado do boi gordo brasileiro. 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2005.

HULL, J. **Fundamentos dos mercados futuros e de opções**. 4.ed. Marco Aurélio Teixeira. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2005. p. 597

LOPES, C. R. M. Avaliação e eficácia dos contratos futuros da BM&F como mecanismo de proteção da renda de produtores de soja da região de Londrina – Paraná. 2007. 66 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de administração, Porto Alegre, 2007.

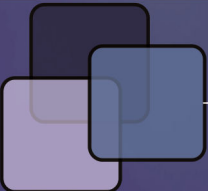
MARQUES, P.V; MELLO. P. C; FO. J.G. M. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, 2006, Série Didática nº D-129.

NETO, O. J. O. **Análise das operações de hedge do boi gordo no mercado futuro da BM&F para o Estado de Goiás**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Goiânia, 2008.

SCHOUCHANA, F. Introdução aos Mercados Futuros e de Opções Agropecuários no Brasil. BM&F, 2004.

SILVEIRA, R. L. F. **Análise das operações de cross hedge do Bezerro e do hedge do Boi Gordo no Mercado futuro da BMF**. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2002

ZILIO, L. B; MANSUR, P. T. B; FILHO, J. H. C; FILHO, J. G. M. O comportamento da base dos contratos futuros de boi gordo em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo na BM&F e CME. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007.



VALPARAÍSO DE GOIÁS: um ponto e vírgula no caminho até Brasília¹

Eliete Barbosa de Brito Silva²

Leandro Mendes Rocha³

Resumo: Este artigo se propõe a deslindar o processo de formação identitária da população de Valparaíso de Goiás/GO⁴ em sua relação com Brasília/DF. É nossa intenção, a partir do recorte temporal que compreende os anos de 1995 a 2010 investigar o processo de construção do pertencimento social dos moradores de Valparaíso de Goiás. Tal recorte se justifica por ser o ano de 1995 aquele no qual ocorreu a emancipação política de Valparaíso de Goiás e o ano de 2010 por ser o ano do último Censo do IBGE. Partimos do pressuposto de que o estreito vínculo com o Distrito Federal⁵ configura-se em impeditivo para o enraizamento desses migrantes no local onde estabeleceram moradia e em fator que evidencia a segregação socioespacial. Por se tratar de uma pesquisa em andamento os resultados são parciais.

Palavras-chave: Migração, Identidade, Valparaíso de Goiás, Brasília.

Introdução

Há no presente, grande interesse por pesquisar questões ligadas à problemática da construção de identidades. É sabido que a partir das diferenças é que se constroem as identidades. Estas podem ser individual e/ou coletiva. Estruturam-se em consonância com a sociedade na qual o indivíduo se insere. A identidade é relacional, apresenta caráter híbrido, maleável, descontínuo e temporário. A alteridade e a representação podem ser apontadas como elementos constitutivos do processo de construção identitária e a polissemia como característica precípua do conceito de identidade.

Afirma Hall (1999, p.08) que o conceito de identidade é algo ainda em construção. Torna-se impossível, pois, emitir julgamento de valor acerca das alegações e proposições teóricas que são atualmente apresentadas. O autor acrescenta ainda que as identidades pós-modernas estão sendo deslocadas ou fragmentadas. À suas considerações se agregam a de outros estudiosos das ciências sociais, dentre eles Bauman (2000), que crêem que as identidades modernas estão em crise. E que esta crise leva a uma fragmentação das paisagens culturais, de classe, de gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade dentre outras. E mais, que essa fragmentação afetaria as identidades pessoais.

Esse processo de deslocamento ou fragmentação de identidades é por estes autores classificado de descentração do sujeito. Nele o sujeito se desloca tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmo. Ainda pela lógica dos autores esse deslocamento vai redundar em uma crise identitária. As transformações advindas dessa crise de identidade irão promover mudanças estruturais na sociedade.

Este novo indivíduo que surge é o produto tanto das mudanças estruturais quanto das institucionais.

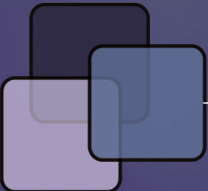
¹ O presente artigo é resultado parcial de nossa pesquisa de mestrado e foi elaborado para ser apresentado aos professores Cristina de Cássia Pereira Danilo Rabelo como requisito de avaliação final da disciplina História Temática de Goiás ministrada pelos mesmos no primeiro semestre/12.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. elietebarbosa1@hotmail.com

³ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. Orientador da presente pesquisa. rocha@historia.ufg.br

⁴ Composta em sua maioria por migrantes da região Nordeste do país.

⁵ Onde os moradores do referido município buscam trabalho, educação, lazer e serviços de saúde pública.



Seu processo de construção identitária pode ser caracterizado como instável e provisório. A identidade resultante deste processo apresenta-se pouco fixa e transitória. Dito de outra forma, resultante do processo de fragmentação, o sujeito pós-moderno não constrói uma identidade fixa, essencial ou permanente. Agrega, isso sim, várias identidades. Estas se coadunam, podendo ser contraditórias ou não resolvidas.

Bauman (2000) ao tratar dessa nova identidade que surge na pós-modernidade emprega a expressão metafórica “liquidez” para distingui-la. Segundo este, o termo é o que melhor define as características de efemeridade e fragmentação presentes nas relações culturais que compõem as novas identidades. Esse caráter de liquidez, segundo o autor, gera a perda de referenciais imprescindíveis para a estruturação da identidade social do indivíduo.

A liquidez das identidades se acentua principalmente entre os migrantes. Estes, em muitos casos, deixam seus lugares de origem fugindo da pobreza, da seca, da fome, do analfabetismo. Nessa fuga, que é em si mesma uma busca, são atraídos para as regiões onde as chances de sobrevivência são aparentemente melhores.

1 – Os embates travados para desbravar as fronteiras do antigo e do novo

Os processos migratórios sempre estiveram presentes no decurso da história da humanidade.

Geralmente tal processo é incentivado pelos grupos familiares ou de amizade que, tendo migrado, incentivam

aqueles que ficaram a fazer o mesmo. Indifere para estes indivíduos que as metas e objetivos traçados encontrem-se longe da realização. A crença na oportunidade de uma vida melhor faz com que essas pessoas abandonem o lugar de sua experiência histórica de vida e partam rumo ao desconhecido.

O município de Valparaíso de Goiás tem sua gênese nos movimentos migratórios decorrentes da construção de Brasília/DF. Nas décadas que compreenderam o período de construção da capital federal assistimos a um afluxo intenso de migrantes para a região Centro-Oeste. Os trabalhadores “candangos”⁶ criam que estava se construindo no planalto central brasileiro um espaço de prosperidade e transformações. Um lugar onde as desigualdades sociais seriam superadas e a isonomia e o sucesso pessoal seriam uma constante, em que poderiam recomeçar suas vidas em bases mais auspiciosas. São múltiplas as referências a esse estado de espírito dos pioneiros. Silva (1997) sobre a crença na construção do novo que permeava o imaginário candango afirma que aquelas pessoas acreditavam que a construção da nova capital representava a oportunidade de uma vida nova.

Porém, a dita “Capital da Esperança” constituir-se-ia doravante na “Capital da Exclusão”. Ficaria claro a esses indivíduos que esta não fora construída para abrigar o cidadão comum. Estes são obrigados então a reelaborar seus planos para assegurar a sobrevivência. É nesse contexto que surge a chamada região do Entorno de Brasília⁷. Valparaíso de Goiás por inserir-se nessa região é parte desse processo de readaptação dos planos

⁶“Candango” é o termo dado aos trabalhadores que imigravam à futura capital para sua construção. De origem Africana, Candango significa “ordinário”, “ruim”, e era a denominação que se dava aos trabalhadores que participaram da construção de Brasília. Já segundo o Dicionário de Folclore para Estudantes, “candango” é palavra do dialeto quimbundo, da região de Angola, com a qual os africanos escravizados nomeavam os senhores de engenho. Pela importante atuação na criação de Brasília, hoje o nome “candango” é dado também às pessoas que nasceram no Distrito Federal, uma forma de homenagear os pioneiros. Cf. LUIZ, Edson Beú. Os filhos dos candangos: exclusão e identidades. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

⁷Por Entorno entende-se o espaço de influência do Distrito Federal em articulação com os 22 municípios (19 goianos e três mineiros) adjacentes a este: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa no estado de Goiás; Buritit, Cabeceira Grande e Unai em Minas Gerais. E Brasília como cidade polo. Conforme o grau de dependência dos municípios do Entorno nos setores de emprego, educação, equipamentos públicos, relações comerciais e espaço de atração migratória classificam-se em: Entorno Imediato, com alta polarização (Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antonio do Descoberto e Valparaíso de Goiás); Entorno Intermediário, com média polarização (Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás); Entorno Distante, com baixa polarização (Água Fria de Goiás, Buritit, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unai e Vila Boa). Cf. Zoneamento Ecológico-Econômico do DF, Subproduto 3.2- Relatório do Diagnóstico: Articulações com a RIDE. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF, 2010. Cf. SILVA, G.E.R. da. VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO: migração e dinâmica socioespacial _ 1995/2010 . 2012. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais/IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.



candangos.

Antes de prosseguirmos na análise das transformações históricas e socioespaciais ocorridas a partir da construção de Brasília nas regiões fronteiriças a essa, consideramos a pertinência de abordarmos mais detidamente o processo de povoamento do estado de Goiás. Tal se justifica porque o município de Valparaíso de Goiás, objeto de nossos estudos, encontra-se em território goiano.

Chaveiro et al.(2009, p.19) ao tratar das transformações demográficas ocorridas no território goiano aponta para três momentos a serem considerados:

O primeiro se refere ao Goiás das políticas expansionistas (Construção de Goiânia, Marcha para o Oeste, CANG, PNDs, os Planos Rodoviários, etc.) que se delinea dos anos trinta até final de sessenta, do século XX (...) Já o segundo período, principalmente após setenta, representa um Goiás, amparado por uma infra-estrutura consolidada (rodovias, energia elétrica, comunicação) mas cindido (separação de Tocantins); um Goiás que sofre influência da construção de Brasília, um território com uma modernização conservadora que se articula à economia nacional e se prepara para, posteriormente, se aglutinar à economia internacional. (...) a modernização do território goiano não é completa mas é hegemônica, pois quem domina a dinâmica econômica do território, agora é a agroindústria.

Concordamos com Chaveiro quando este afirma que “o processo de ocupação e povoamento de Goiás” se deu de forma “induzida”⁹. Achamos pertinente a periodização por ele estabelecida das transformações ocorridas na dinâmica populacional do estado. Entretanto, acreditamos que deva ser considerado neste contexto também um período anterior ao século XX, estabelecido pelo autor como o primeiro período de significativas transformações demográficas no estado.

Trata-se a nosso ver de incluir nessa periodização o ciclo referente à segunda metade dos anos de 1700. Nesse momento com a descoberta de ouro no sertão dos Guayazes, inicia-se um intenso movimento migratório para a região. Esse processo migratório é incentivado pela Coroa portuguesa como estratégia para promover o

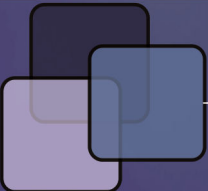
povoamento efetivo do sertão dos Guayazes. Segundo Moraes (2011, pp.77-84):

A Coroa portuguesa estava convencida de que a doação de pequenas parcelas do território a um grande número de pessoas haveria de contribuir para a ocupação e o povoamento efetivo do mesmo, resolvendo desse modo o problema de não fixação populacional em áreas de mineração. (...) Parece-nos que a propaganda feita pelas autoridades portuguesas logrou êxito, e muitos dos que atenderam ao chamado se enriqueceram, se nobilitaram e se enraizaram.

Os migrantes portugueses estabeleceram assim, vínculos com a terra. Utilizaram aspectos de sua cultura, inclusive a religiosidade, para enfrentar a rusticidade da colônia. Moraes (2011, p.66) atenta para o fato de que “a produção bibliográfica relativa à migração para Goiás desde o século XVIII tem merecido pouca atenção por parte de diferentes especialistas” resultando nas palavras da autora “na quase inexistência de trabalhos sobre o tema”. Entretanto, apesar da escassez de trabalhos é possível encontrar referência aos migrantes que vieram para o estado de Goiás em documentos do período colonial.

A partir dos referidos documentos pode-se constatar que o processo de povoamento do estado de Goiás em seus primórdios se deu tradicionalmente pela atividade mineradora. Foi essa atividade, conforme exposto alhures, a responsável por um grande afluxo de pessoas ao sertão dos Guayazes no século XVIII. A atividade de extração do ouro, entretanto, por si só não era garantidora de fixação dos migrantes na colônia. Tal se explica por ser esta uma atividade fluida; o ouro podia se esgotar a qualquer momento. Esgotado o ouro nada mais reteria os aventureiros do “El dourado” em terras dos Guayazes. Em função do caráter de efemeridade da atividade mineradora, os povoamentos que dela se originaram foram rápidos e dispersos. Esgotavam-se na mesma medida em que se esgotava a abundância aurífera (Moraes, 2011, pp.66-67). Reter essas pessoas na terra era o grande desafio. A solução veio através da atividade agropecuária.

⁹ Cf. Chaveiro et al. A dinâmica demográfica de Goiás. Goiânia: Ellos, 2009. 130p. :il



Com o esgotamento da produção aurífera os moradores da Capitania de Goiás voltaram suas atividades para a agropecuária. Segundo Palacín (1994) “com a decadência da mineração, a população se dispersa e se dedica a formar fazendas”⁹. Entendemos que nesse momento começa a se construir uma identidade coletiva para Goiás com orientação no mundo rural. Nas palavras de Moraes (2006, p.27):

A urbanização de Goiás foi sustentada por uma ocupação arcaica. Com predominância rural, desde os tempos coloniais até a década de 1930 no século XX. As cidades goianas retratam características rurais na sua estrutura urbana, na sua arquitetura e nas características de seu povo, a maioria de origem sertaneja.

A “goianidade”¹⁰ expressa em Moraes aponta para indivíduos que mantêm estreitos vínculos com o campo. Entretanto, Valparaíso de Goiás, cidade do Entorno do Distrito Federal, parece fugir a esse quadro de goianidade. O município até o ano de 1995, quando se emancipou politicamente, era distrito de Luziânia/GO. Luziânia, uma cidade bicentenária, é em sua estrutura condizente com as características apontadas pela autora para uma típica cidade goiana. Os moradores do

município conservam nos dias que correm hábitos de um Goiás rural, ainda que vivam na denominada Área Metropolitana de Brasília/AMB¹¹.

Percebemos através de nossos estudos que tradicionalmente os municípios emancipados tendem a ressignificar as tradições culturais de seu município de origem, mantendo em parte algumas características dessa cultura cessionária. Valparaíso de Goiás, entretanto, foge a essa “regra”. Ao observar as práticas cotidianas do município percebe-se que este pouco ou mesmo nada guarda de sua cidade de origem.

As relações institucionais e/ou sociais dos moradores de Valparaíso de Goiás se dão em sua quase totalidade com o Distrito Federal. As palavras de um morador quando questionado acerca do tema respaldam tal afirmativa. Segundo ele “*essa cidade vive em função do DF, os seus habitantes trabalha e estuda no DF, ganha e gasta lá.*” A fala do morador não é um tom isolado no fluxo urbano local. Ela ecoa inclusive nos meios de comunicação que costumam propalar a ideia de que Valparaíso de Goiás surgiu em função de Brasília.

⁹ Cf. Palacín, L.; Chaul, N. F.; Barbosa, J. C. História política de Catalão. Goiânia: Ed. da UFG, 1994. 289p. In: Pinheiro, Antônio César Caldas. Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção das tradições. Goiânia, 2003. 164f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2003. Conferir também Estevan, L. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª Ed. – Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

¹⁰ A noção de goianidade reveste-se de dimensão simbólica. Através dela captam-se imagens que se formam e se transformam no que pode vir a ser goianidade. É importante ressaltar que no campo simbólico não existe um discurso único de goianidade, tampouco uma imagem unitária, mas um conjunto de diferentes aspectos e traços que se abrigam sob essa noção. Existe, sim, uma pluralidade de imagens de natureza, da culinária, da música, da festa popular, de formas de ser, de sentir e de interagir que, interligadas, exprimem um ideal de goianidade. Não há um perfil único que simboliza a goianidade, porque ela não se traduz em uma imagem homogênea. A goianidade se traduz em imagens múltiplas, que se vão colando em torno do forte sentimento de “ser” goiano, de tal maneira que se pode pensá-la como uma forma continente de muitas imagens. Ela pode ser a expressão dessas imagens formadas e retratadas pela historicidade, pela interpretação literária e pelas relações cotidianas no espaço vivido dos goianos. Os ritmos da natureza se entrelaçam com os processos de vida das pessoas. (...) a goianidade está presente no imaginário do goiano, prene de símbolos originários da tradição rural de Goiás, que vem desde a descoberta do Estado pelos bandeirantes paulistas até os dias atuais. NOGUEIRA, M. F. M. O imaginário da goianidade: turismo e cultura. Labirinto. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. Universidade Federal de Rondônia. Ano VIII, n. 11, jan./dez. 2008. Cf. também FREITAS, L. C. B. F. Goiás e a goianidade. Revista da Aflag-Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás - Goiânia, n. 1, pp. 183-191.

¹¹ Nomenclatura empregada pelo Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do DF – ODM/ CODEPLAN, divulgada em 15/12/ 2011; que abrange o Distrito Federal e mais 10 municípios goianos da chamada Área Metropolitana de Brasília – AMB: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Destes, Alexânia e Luziânia, embora não sejam contíguos ao DF, possuem também forte grau de integração com este. Cf. SILVA, G.E.R. da. VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO: migração e dinâmica socioespacial – 1995/2010 . 2012. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais/IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

Figura 1 - Vista aérea de Valparaíso de Goiás



Fonte: Jornal de Brasília, 23/04/11 –“TUDOCASA”, encarte de divulgação imobiliária.

A foto é comprobatória do exposto. Ela é parte integrante de um encarte de jornal de circulação no DF e Entorno. Traz em mensagem no canto superior direito uma frase que alude à criação do “Núcleo Habitacional Valparaíso I”¹² em função da construção de Brasília. Segundo informações obtidas, o município surge em função da pressão imobiliária, da necessidade de “acolher” os trabalhadores candangos que não podendo fixar residência em Brasília, não desejavam retornar às suas localidades. Para entendermos a relação entre Valparaíso de Goiás e Brasília¹³ faz-se mister conhecermos um pouco mais sobre o município em estudo.

2 – Valparaíso de Goiás no contexto metropolitano de Brasília

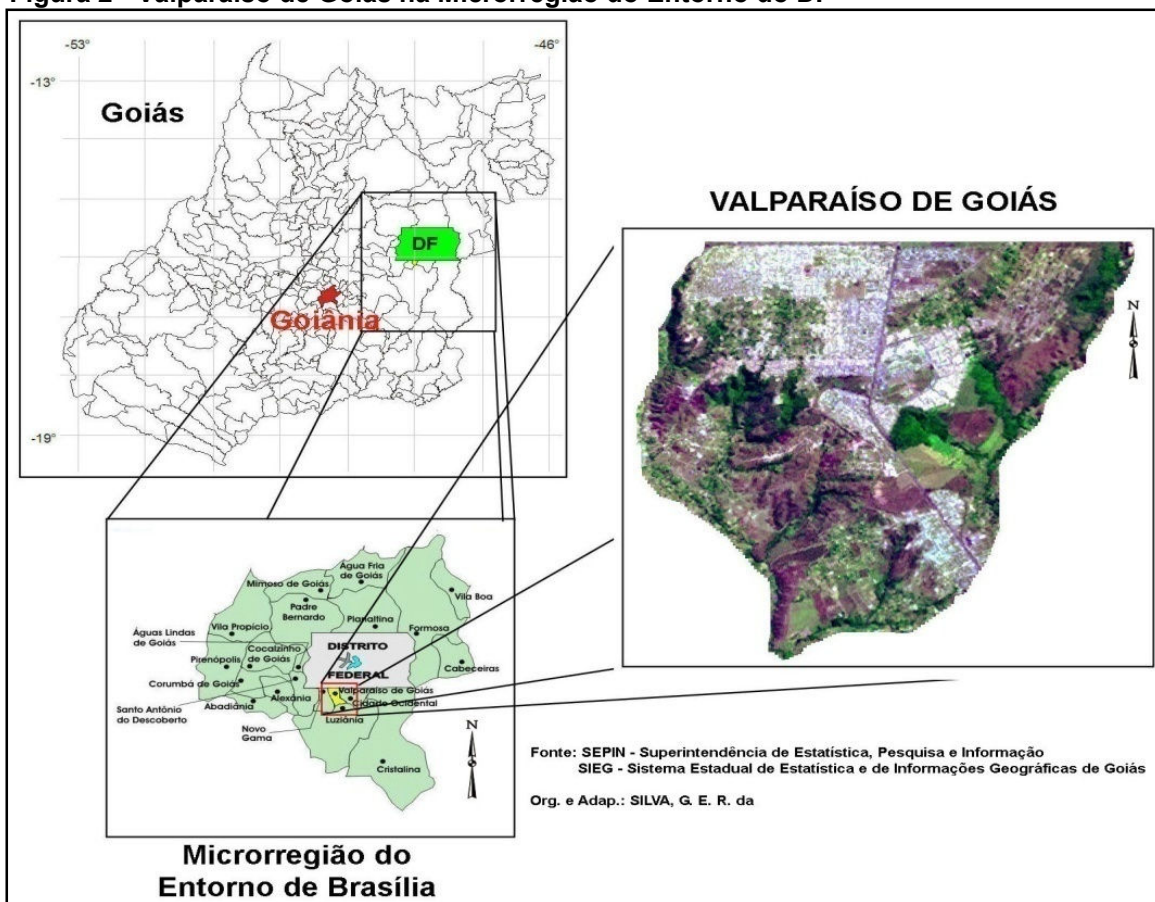
O município de Valparaíso de Goiás localiza-se na mesorregião do Leste Goiano. Esta por sua vez é formada pelas microrregiões do Entorno do Distrito Federal e Vão do Paranã. Sendo que o referido município está inserido na primeira (fig.01). Possui um território de 60,111 km² e uma população de 132.947 hab.¹⁴.

¹² Cf. Pimentel, A. Visão Histórica de Valparaíso de Goiás. Brasília: Athalaia Gráfica Editora Ltda., 2006. 105p.

¹³ No contexto do presente texto entendida como o Distrito Federal.

¹⁴ Cf. IBGE/2010.

Figura 2 - Valparaíso de Goiás na Microrregião do Entorno do DF



Fonte: SILVA, E.B.B 2010.

O município de Valparaíso de Goiás não possui, de acordo com os dados do IBGE/2010, área rural. Resulta daí uma concentração populacional que se caracteriza como uma das maiores do estado de Goiás em espaço totalmente urbano.

Pela análise do quadro que segue observa-se que o município de Valparaíso de Goiás é, dentre todos os que compõem a microrregião do Entorno do Distrito Federal, o único que não possui área rural. Também no estado de Goiás, o município encontra-se isolado quanto a essa característica.

Quadro 1 – Microrregião do Entorno do Distrito Federal: População residente e Densidade demográfica – 2010

Municípios	População total	Situação do domicílio		Densidade demográfica hab./km ² (2010)
		Urbana	Rural	
Abadiânia	15.752	10.773	4.979	15,09
Água Fria de Goiás	5.095	2.137	2.958	2,51
Águas Lindas Goiás	159.505	159.265	240	834,24
Alexânia	23.828	19.701	4.127	28,10
Cabeceiras	7.346	5.497	1.849	6,51
Cidade Ocidental	55.883	43.613	12.270	143,97
Cocalzinho de Goiás	17.391	6.448	10.943	9,73
Corumbá de Goiás	10.344	6.416	3.928	9,74
Cristalina	46.568	38.430	8.138	7,56
Formosa	100.084	92.035	8.049	17,54
Luziânia	174.546	162.835	11.711	44,06
Mimoso de Goiás	2.685	1.242	1.443	1,94
Novo Gama	95.0132	93.967	1.046	495,70
Padre Bernardo	27.689	10.794	16.895	8,82
Pirenópolis	23.065	15.589	7.476	10,35
Planaltina de Goiás	81.612	77.583	4.029	32,14
Stº. Antº. do Descoberto	63.166	56.721	6.445	67,32
Valparaíso de Goiás	132.947	132.947	00	2,212
Vila Boa	4.742	3.494	1.245	4,47
Total da Região	1047261	939.490	107.771	29,13
Total do Estado	6.004.045	5.421.069	582.976	17,65
Região/Estado (%)	17,44	17,33	18,49	-

Fonte: IBGE/2010 Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica /2010. Adaptação e organização: SILVA. E.B.B /2012.

O quadro aponta ainda para o fato de que existem na referida microrregião municípios cuja população rural sobrepuja a urbana. São municípios que fogem à realidade goiana. Segundo Moysés (2010, p.24) mais de 90% da população goiana vive em áreas urbanas. Afirma o autor que:

A maior parte do crescimento populacional de Goiás ocorreu nas áreas urbanas. A taxa de urbanização do estado chegou a 90,30% em 2010 – bem acima das taxas nacional que foi de 84,36% e do Centro-Oeste que foi de 88,80% (...) Pela divisão mesorregional observa-se que aproximadamente 70% da população goiana se concentram nas mesorregiões Centro e Leste Goiano (que abrigam a RM Goiânia e RIDE DF).

Os municípios da Área Metropolitana de Brasília, Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo localizados em território goiano apresentam preponderância de população rural. São, pois, uma exceção se observadas as considerações de Moysés. Prosseguindo na análise do quadro, verifica-se que os municípios goianos contíguos ao Distrito Federal/DF apresentam acelerado crescimento. Resulta daí expressiva concentração populacional urbana. Esse fator pode justificar as elevadas densidades demográficas.

Devido ao elevado nível de integração com o polo, que é Brasília, os municípios alhures referenciados apresentam problemas institucionais, sociais e econômicos. Configuram-se em atrativos para os migrantes que não conseguiram estabelecer-se na capital federal. Seu

espaço é constantemente alterado pelos “sempre chegantes”¹⁵. Os dados expressos no quadro 2 são comprobatórios da presença migrante na constituição populacional dos municípios da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Quadro 2 – Microrregião do Entorno do Distrito Federal: População residente - naturais e não-naturais/2010

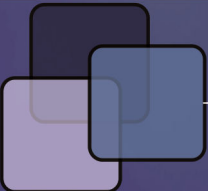
Municípios	População Total	Situação do domicílio			
		Naturais	%	Não-naturais	%
Abadiânia	15.752	12.017	76,28	3.740	23,74
Água Fria de Goiás	5.095	2.353	46,18	2737	53,72
Águas Lindas de Goiás	159.505	24.725	15,50	134.653	84,42
Alexânia	23.828	13.828	58,03	9.986	41,91
Cabeceiras	7.346	4.694	63,90	2.160	29,40
Cidade Ocidental	55.883	11.085	19,84	44.830	80,22
Cocalzinho de Goiás	17.391	9.118	52,43	8.289	47,66
Corumbá de Goiás	10.344	7.623	73,69	2.738	26,47
Cristalina	46.568	24.581	52,78	21.999	47,24
Formosa	100.084	63.945	63,89	36.140	36,11
Luziânia	174.546	80.812	46,30	93.719	53,69
Mimoso de Goiás	2.685	1.534	57,13	1.151	42,87
Novo Gama	95.013	21.555	22,69	73.463	77,32
Padre Bernardo	27.689	11.384	41,11	16.287	58,82
Pirenópolis	23.065	17.136	74,29	5.870	25,45
Planaltina de Goiás	81.612	29.042	35,58	52.607	64,46
Stº. Antº. do Descoberto	63.166	22.185	35,12	41.053	64,99
Valparaíso de Goiás	132.947	22.028	16,57	110.954	83,46
Vila Boa	4.742	2.013	42,45	2.632	55,50

Fonte: IBGE/2010. Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica / 2010. Adaptação e organização: SILVA. E.B.B /2012.

Quando analisadas as variáveis populacionais de “naturais” e “não-naturais”, percebe-se que dentre os municípios mais afastados do meio metropolitano o índice percentual de naturais é superior. Já nas áreas mais próximas do polo atrativo metropolitano inverte-se esses valores.

Valparaíso de Goiás destaca-se como o segundo município na AMB onde a taxa de moradores residentes não-naturais se sobrepõe aos naturais. É precedido apenas por Águas Lindas de Goiás, que apresenta um quantitativo de 84,42%. Ambos os municípios encontram-se respectivamente no Entorno Sul do DF e Entorno

¹⁵ Foram nomeados por nós como sempre chegantes os sujeitos migrantes oriundos de diversas regiões do país que aportam nos municípios adjacentes ao DF em busca da sobrevivência. Para a região foram atraídos pela influência exercida por Brasília no imaginário destes. A capital da república brasileira é considerada por eles como espaço de oportunidades.



Oeste deste. Sendo cortado, aquele pela BR-040, e este pela BR-070. Tais vias são importantes eixos de ligação entre a capital e demais regiões do país. Assim, infere-se que a proximidade com Brasília e a presença dos eixos rodoviários se constituem em elementos facilitadores para o afluxo de migrantes aos municípios.

Os municípios em estudo apresentam ainda uma aglomeração populacional que supera em muito as taxas populacionais para municípios com área equivalente em outras regiões do estado. A busca pelo bem-viver torna-se nestes mais penosa. A violência urbana, em suas variadas manifestações, mais evidente. Viana (2002, pp.29-44) ao tratar da violência urbana assim se expressa:

A violência urbana não é a violência que ocorre no espaço urbano e sim a violência derivada da organização do espaço urbano. A violência é resultado dos conflitos e problemas urbanos. (...) Assim, a violência urbana não se confunde com toda e qualquer forma de manifestação de violência que ocorre na cidade. (...) o espaço urbano é um espaço social, isto é, um espaço caracterizado por ser ele mesmo um conjunto de relações sociais derivado de outras relações sociais (as relações de produção capitalistas). (...) O espaço urbano capitalista gera diversos problemas e conflitos e isto, por sua vez, gera uma forma específica de violência: a violência urbana.

Os municípios da AMB, dentre eles Valparaíso de Goiás, conhecem de perto a violência urbana a qual o autor se reporta. Esta se faz presente no contexto urbano do município em suas mais variadas formas de manifestação. O cotidiano dos moradores de Valparaíso de Goiás é constantemente recortado por problemas relacionados ao espaço urbano. Dentre tais problemas podem ser citados as longas distâncias percorridas entre o lugar de moradia e o de trabalho e/ou estudo ou lazer, a ineficiência do sistema de saúde pública que obriga o indivíduo a buscar por atendimento na cidade polo¹⁶, a má qualidade do transporte público, aliado às altas tarifas que consomem significativo percentual do já minguado salário, dentre outros.

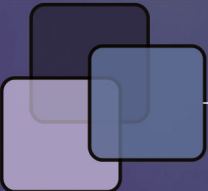
¹⁶ No caso em estudo a cidade polo procurada é Brasília ou suas cidades satélites, que é o antigo nome dado às regiões administrativas localizadas no entorno de Brasília, aqui entendida como o Plano Piloto. Atualmente são 31(GDF/2012). Cf. Revista Nova Escola. Seção: Na dúvida? Nova Escola responde. Edição 219 – Jan./Fev. 2009.

Considerações Finais

Embora em andamento, a pesquisa aponta para alguns pressupostos. As especificidades da gênese do município de Valparaíso de Goiás resultaram no aparente desenraizamento de sua população. Esta estabelece relações de alteridade com os moradores do Distrito Federal. E finalmente, que o processo migratório no município de Valparaíso de Goiás pode ser considerado em três momentos: o primeiro, quando se verifica a necessidade de “saneamento” da área urbana do Distrito Federal e as prostitutas são “mudadas” para as fronteiras deste com o DF. O segundo momento pode ser observado pela vinda de migrantes que não podendo se estabelecer em Brasília ou em uma de suas cidades-satélites encontram no município goiano local propício para seu estabelecimento. E um terceiro momento, no qual o motivo que justifica a chegada de migrantes para o município é sua localização geográfica em relação ao DF. Entretanto em todos os momentos assinalados a recorrência é o desejo de “estar” no DF.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2005. 110p.
- BLOCH, Marc. L. B. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p.
- BOSCHI, C. C. **Por que estudar história?** São Paulo: Ática, 2007. 72 p.
- CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 508 p.
- CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998. 233 p.



CHAUL, N. F. **Goiás: Identidade, paisagem, tradição.** 1ª Ed. Goiânia: UCG, 2001. 268p.

FERREIRA, V. M. **Fascínio da Cidade: memória e projecto da urbanidade.** Lisboa: Ler Devagar, 2004. 405p.

FORTUNA, C. **As cidades e as identidades: Narrativas, Patrimônio e Memória.** In: SMITH, W. Barão Geraldo: História e Identidade Local. Monografia de iniciação científica na disciplina de História. São Paulo: USP, 1995. 25 p.

FREITAS, L. C. B. F. **Goiás e a goianidade.** Revista da Aflag- Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás - Goiânia, n. 1, p. 183-, 191.

FROCHTENGARTEN, F. **A memória oral no mundo contemporâneo.** Estudos Avançados 19 (55), 2005. pp.367-376.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro – 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 102 p.

MELLO, M. de. **Luziânia: a fragmentação territorial de um município do Entorno de Brasília.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1999. 124f.

NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios.** Editora Revan. Rio de Janeiro, 2005. 424p.

NOGUEIRA, M. F. M. **O imaginário da goianidade: turismo e cultura.** Labirinto. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. Universidade Federal de Rondônia. Ano VIII, n. 11, jan./dez. 2008.

OJIMA, R.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. da. **Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?** Disponível em:

<www.unicamp.br/anoario/2008/IFCH/DD/DD-0012.html> Acesso em: jan./2011.

PAVIANI, A. **Urbanização e Metropolização.** Brasília: Universidade de Brasília, Codeplan, 1987. 256 p.

PIMENTEL, A. **Visão histórica de Valparaíso de Goiás: pesquisa histórica.** Valparaíso de Goiás, 2006. 105p.

RIBEIRO, H. S. **O Migrante e a cidade: dilemas e conflitos.** Araraquara, 2001.

SILVA, E. B. B. e SILVA, G. E. R. **Aspectos Histórico-geográficos do município de Valparaíso de Goiás.** In: História de Nossa Terra: Valparaíso de Goiás. Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás (Org.) 1ª edição. Valparaíso de Goiás, 2008. 152 p.

SILVA, L. S. D. da. **A Construção de Brasília: Modernidade e Periferia.** Editora da UFG. Goiânia, 1997. 137p.

SILVA, R. M. **Memórias e Identidades e Processos Migratórios.** In: Em tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História / UnB, nº 12. Brasília, 2008. 24 p.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental.** In: O fenômeno urbano. VELHO, O. G. (Org.). Tradução: Reis. S. M. dos. 4ª ed. Editora Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979. pp.11-25.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 408 p.

SUESS, P. **Migração, identidade, interculturação:** Teses e fragmentos para um discernimento teológico-pastoral. Disponível em: <http://www.missilogia.org.br/cms/UserFiles/cms_artigos_pdf_76.pdf> Acesso em: 01/06/2011. p.01-13.



VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO: dinâmica socioespacial de um município metropolitano no contexto demográfico goiano¹

Gilmar Elias Rodrigues da Silva²
Eguimar Felício Chaveiro³

Resumo: Este artigo se propõe a apreender as várias nuances presentes na formação do município de Valparaíso de Goiás-GO, localizado na Área Metropolitana de Brasília, no contexto demográfico goiano e sua relação com a capital federal. Uma relação de interesalaridade. Intenta também averiguar a dinâmica socioespacial subjacente a esse contexto. O questionamento que originou os desdobramentos deste texto é: que tipo de dinâmica socioespacial possui um município formado por migrantes? Para a execução do proposto pauta-se a reflexão sobre o processo migratório pela ótica dos pressupostos teóricos de que o fenômeno migratório não pode ser analisado isolado das condutas sociais e econômicas e que o migrante por si só e em si mesmo não é responsável pelos problemas sociais existentes na cidade. Há que se considerar as determinações históricas e espaciais nos contextos em que se efetivam.

Palavras-chave: Goiás, Valparaíso de Goiás, Brasília, Migração.

Introdução

No contexto territorial em que um conjunto de municípios goianos radicados nas proximidades do quadrilátero do Distrito Federal vê seus territórios serem comandados e fragmentados por este distrito, é que se desenvolve o processo de constituição de Valparaíso de Goiás. Por nascer sob a influência da capital planejada, este território vai abrigar pessoas que, na procura de um lugar no país que lhes condicione a produção da existência, precisam ocupar novos espaços. Ao ocuparem os novos espaços, a sua prática social lhes dá vida, produz sentidos e significados. Enfim, território e migração se imbricam num único processo.

Dessa forma, algumas considerações podem ser levantadas quando nos referimos à gênese do município de Valparaíso de Goiás pela migração. Que no momento da inauguração da capital federal (1960) pertence ainda ao município goiano de Luziânia, fronteiro com o DF e com emancipação política no ano de 1995.

1 – O território goiano e sua capacidade de atrair migrantes

Os estudos populacionais sobre o estado de Goiás, presentes nas obras de Chaveiro e Calaça (2009), e Moysés (2010), articulam-se com os dados da SEPLAN/SEPIN (2011) quando da análise da população do território goiano. Apresenta-se Goiás, no contexto da Região Centro-Oeste, como o estado mais populoso. Confirmado pelo crescente número de migrantes que nas últimas décadas procuram o mesmo por considerar o seu dinamismo econômico como atrativo para a geração de emprego, melhorias de infraestrutura e investimentos sociais.

Tais estudos, orientados pelos autores mencionados e de acordo com a postura metodológica que aqui se desenvolve apontam, ao tomar o território goiano como objeto, que há neste um crescimento populacional desigual, concentrado e disperso conforme a estrutura de redes organizadas em manchas.

¹ Este artigo decorre da pesquisa de dissertação para obtenção do título de mestre em geografia pela Universidade Federal de Goiás-UFG.

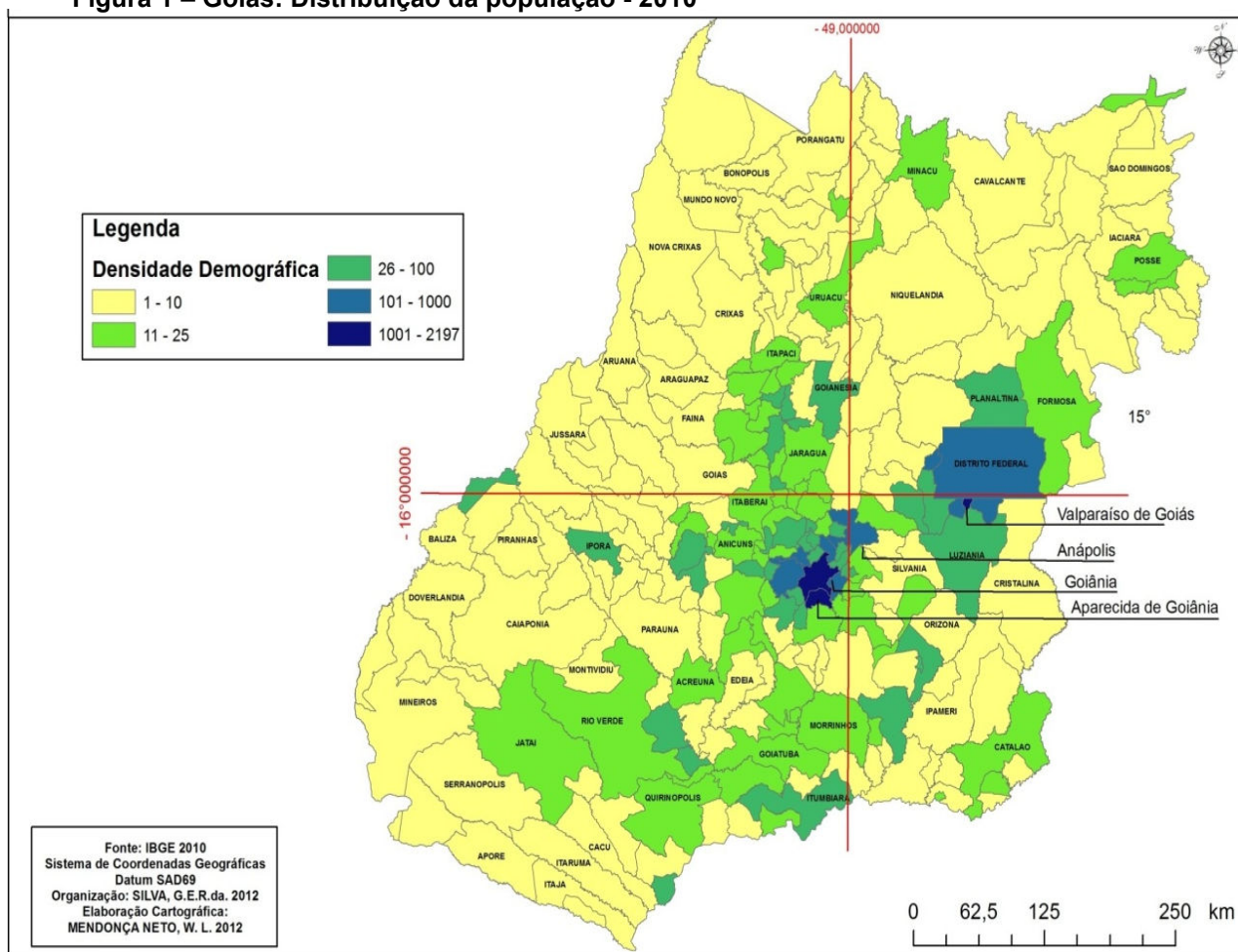
² Mestre em geografia pela Universidade Federal de Goiás-UFG. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás-GO. gilmarelias@hotmail.com

³ Professor associado da Universidade Federal de Goiás. Vice-diretor do Instituto de Estudos Socioambientais-IESA/UFG. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. equimar@hotmail.com

Em consonância com a explicação dada pelos autores, pode-se sustentar a existência de quatro grandes legendas demográficas em Goiás. A Região Norte, que apresenta menor crescimento. A faixa meridional, que apresenta crescimento médio. Os municípios pequenos que se diferenciam, alguns com perda de população. E os municípios das regiões metropolitanas. Esses apresentam crescimento acelerado. Notadamente no entorno das metrópoles Goiânia e Brasília. Assim o território goiano adquire capacidade de capturar migrantes nas últimas décadas. Assinala-se que estes

estão distribuídos no estado de forma heterogênea, o que pode ser verificado no mapa que segue. As informações nos remetem à indagação: que processos ou fenômenos podem contribuir para a compreensão desta irregularidade na distribuição populacional no território goiano? Ou, que fatores levam municípios a perder migrantes enquanto outros ganham? Trata-se em suma de pensar tais questões na busca por entender a configuração do território goiano e dos municípios goianos circunvizinhos ao DF.

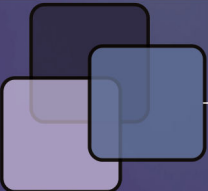
Figura 1 – Goiás: Distribuição da população - 2010



Fonte: IBGE-2010. Organização: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. Goiás: Distribuição da População, 2010. Elaboração: NETO, Wilson L. Mendonça. 2012.

Moysés (2010), a partir da análise dos dados do IBGE (2010), confirma o expressivo crescimento populacional de Goiás. Que, em consonância com o exposto, destaca-

se como o mais populoso na Região Centro-Oeste. Tal se explica em decorrência do processo histórico dessa região a partir da década de 1970. Para o autor, Goiás,



por assim dizer, é o maior receptor de migrantes vindos de vários estados. Além do DF, pode-se citar Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins e Maranhão. Classifica-se ainda, segundo o autor, como área de média absorção migratória quando analisado no contexto dos deslocamentos populacionais internos do território brasileiro.

Estudos pertinentes às metrópoles Goiânia e Brasília realizados pelo Observatório das Metrópoles (2010)⁴ sobre o crescimento populacional apontam mudanças no comportamento migratório na Região Centro-Oeste. Ao analisar o processo do “Estoque Populacional” das unidades federativas da Região Centro-Oeste. Moysés (2010, p.03) afirma que este contribui para elucidar a complexa posição do estado de Goiás nos estudos demográficos para a referida região.

O estado desponta como “novo eixo de atração populacional”. Verifica-se pelos Censos Demográficos realizados que Goiás no decênio 1990/2000 se destacou com o maior saldo migratório do Centro-Oeste. Esse *ranking* era anteriormente liderado pelo DF no decênio 1970/1980. E pelo Mato Grosso no decênio 1980/1990.

Os parágrafos alhures mencionados oferecem suporte para a análise do incremento populacional no estado. Ressalta-se que este incremento recai sobre a urbanização no território goiano e incide na dinâmica das cidades.

Embora nas últimas décadas o estado de Goiás seja considerado destaque na Região Centro-Oeste enquanto receptor de migrantes faz-se pertinentes algumas considerações indicadas por Chaveiro (2010) e Moysés (2010) no que tange a essa dinâmica populacional. Para os autores, em Goiás algumas peculiaridades devem ser referenciadas quando se propõe à compreensão do

território goiano pela sua dinâmica populacional e à relevância decorrente desta sobre a distribuição no território, bem como a construção do processo do fenômeno da urbanização neste.

Assim, ao convidar para uma análise espacial do território goiano pela via que se expressa através dos estudos populacionais, Chaveiro (2009, p.94) assevera:

A análise espacial da demografia – ou a interpretação demográfica do espaço – nos alerta: as manchas vazias do território como as manchas cheias são repletas de sentidos sociais. Desta feita, o adensamento da população num lugar, ou o vácuo demográfico em outro, além de terem fundamentos e sentidos, são responsáveis por gerar impactos territoriais de diferentes ordens.

Quando Chaveiro põe em discussão os vazios ou adensamentos populacionais no território goiano, por ele denominados de “manchas vazias” e “manchas cheias”, afirma que o estado de Goiás possui um significativo contraste de ocupação e distribuição demográfica. Santos e Silveira (2008, p.264) também ao referir-se às desigualdades espaciais num dado território aplicam o conceito de “espaços luminosos” e “espaços opacos”⁵ para designar a capacidade de maior ou menor atração e absorção que estes exercem em seu espaço de influência.

Aliados os estudos desenvolvidos sobre a temática populacional à concepção dos autores, aplicados os conceitos ao território goiano, percebe-se que há espaços que se mostram eficientes na absorção de técnicas e informação, enquanto outros não. Tal, verificado no território goiano, mostra que os municípios que apresentam um dado dinamismo, mesmo aqueles com população abaixo de 5.000 habitantes, mas com elevado IDH em relação aos outros do estado, conseguem se sobressair.

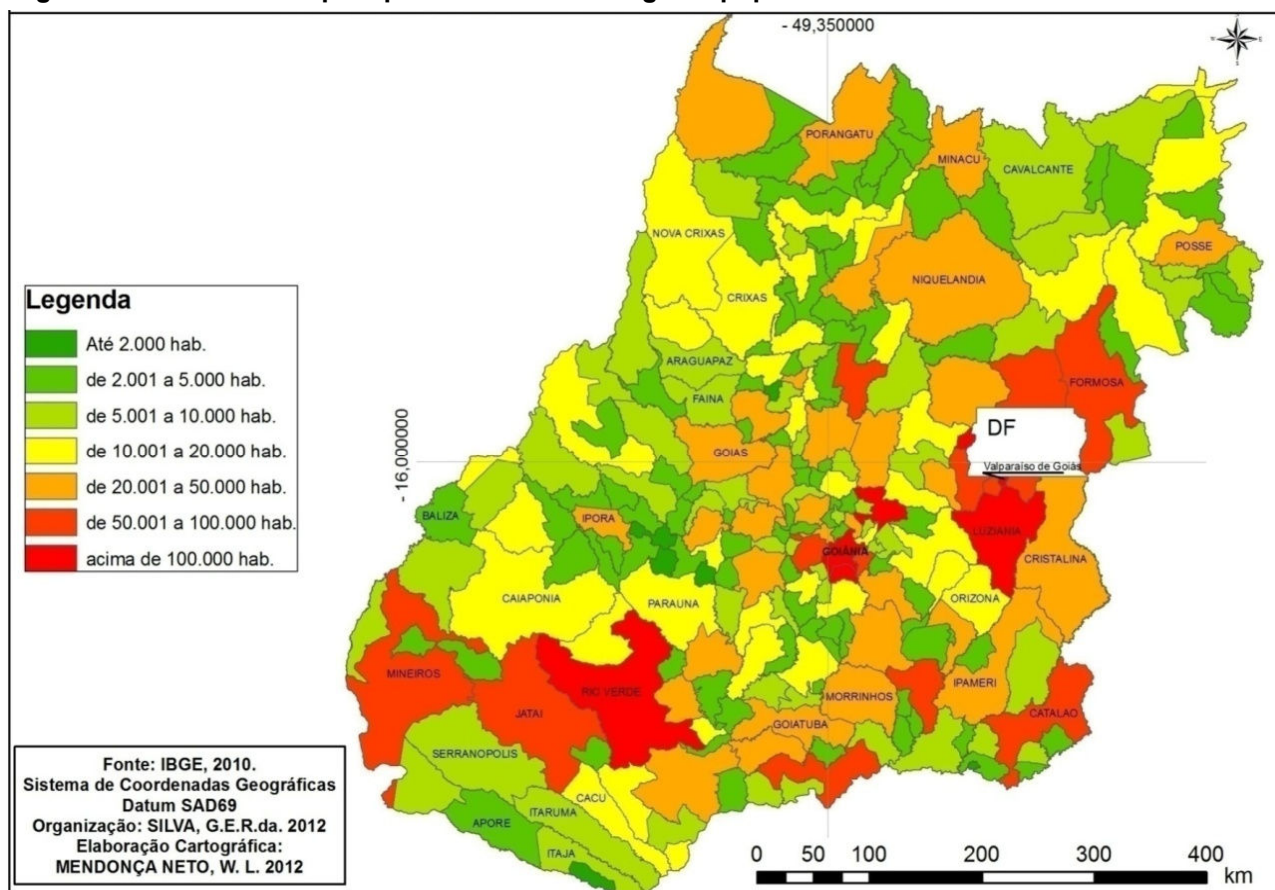
⁴ Grupo que funciona como um instituto virtual. Reunindo hoje 159 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As Instituições reunidas hoje no Observatório das Metrópoles vêm trabalhando de maneira sistemática sobre 14 metrópoles e uma aglomeração urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Santos, Vitória, Brasília e a aglomeração urbana de Maringá. Cf. Observatório das Metrópoles: Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia.

⁵ Cf. SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: territórios e sociedades no início do século XXI. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Considerados os autores em estudo, o que difere nesses municípios é a capacidade que possuem para atrair capital e investimentos e concomitantemente populações. Dessa forma, a hierarquização se impõe entre os municípios mais dinâmicos em relação aos que não se

asseguram no circuito da economia. Evidencia-se desta feita uma interação entre estes que aponta para um processo de transformação do espaço urbano. Embasados nos estudos de Chaveiro (2010), Santos e Silveira (2008), consideremos o mapa abaixo:

Figura 2 – Goiás: municípios por classe de contingente populacional - 2010

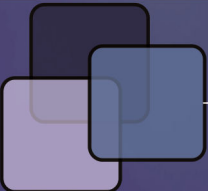


Fonte: IBGE, 2010. Organização: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. Goiás: Municípios por classe de contingente populacional-2010. Elaboração: NETO, Wilson L. Mendonça. 2012.

Analisado o mapa, ressalta-se que este foi elaborado com a finalidade de agrupar, através das cores, os municípios que possuem algumas características similares. Como por exemplo, os contingentes populacionais da distribuição demográfica de acordo com a SEGPLAN (2011). Dos 246 municípios goianos, 31,71% destes, ou seja, 78 possuem média de crescimento anual negativa.

Estes se localizam predominantemente nas regiões norte, noroeste e oeste do estado.

Tais municípios como assegura Chaveiro (2009), por apresentar economia de pouca expressão, veem sua população migrar para outros municípios em detrimento do maior dinamismo econômico que estes apresentam. E se somar com a população destes núcleos urbanos pelas



possibilidades da oferta de emprego para a sobrevivência.

Pela observância ainda do mapa e nas palavras dos autores percebe-se que o estado de Goiás possui a partir da análise espacial de sua demografia importantes contradições. Verifica-se no território espaços de baixa densidade demográfica. Enquanto que outros se apresentam com significativos percentuais referentes à alta concentração populacional. Por exemplo, destes últimos tomemos os municípios do Entorno de Brasília e os do entorno de Goiânia.

Os estudos de Chaveiro coadunam-se com os dados explícitos no PNAD e IBGE (2010). Apontam que a população de Goiás na última década chegou a 6.004.045 habitantes. Com um acréscimo em relação à população de 2000 de mais de um milhão de habitantes. Enquanto o estado de Goiás cresceu no mesmo período 20%, o Brasil cresceu 12% resultando numa taxa média de 1,84% e 1,17% ao ano respectivamente.

O IBGE (2010), conforme estudo dos dados do último censo, comparado ao penúltimo, pelos cálculos da taxa média geométrica, aponta que as cidades com menos de 500 mil habitantes são as que mais cresceram no país. Fato que se deve à influência da migração. Os grandes centros, por sua vez, segundo dados expressos pelo estudo, continuam crescendo. Ainda que com índices menores.

No estado de Goiás a elevada taxa de crescimento populacional das cidades acima referenciadas, segundo a

SEGPLAN (2011), tem como responsável o crescimento da capital goiana. Propala ainda o órgão que, em Goiás, parcela expressiva de municípios com até 10.000 habitantes perde população. Do ponto de vista do desenvolvimento, essa perda representa espaços estagnados e resulta em PIB per capita muito baixo. Expresso em um grupo de municípios que somam um total de 155. E que podem apresentar população igual ou inferior a 10.000 habitantes. Desses, excetuam-se os municípios que, apesar de se inserir no presente grupo populacional, apresentam um elevado PIB em espaços pontuados no estado.

2 – VALPARAÍSO DE GOIÁS: um município goiano sob influência de Brasília

Os dados do censo demográfico de 2010 evidenciam, quando ao analisar as taxas de crescimento médio anual nos municípios goianos do Entorno do DF, que estes, em sua maioria, figuram entre os maiores do estado de Goiás. Seis dos municípios listados, dentre eles Valparaíso de Goiás, superam as taxas de crescimento populacional de Goiás e as do DF. Que é de 2,3%. Aproximando-se das taxas dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia⁶. Ou ainda daqueles com dinâmicas de expressão econômica no agronegócio, indústria, comércio ou na mineração. Verifica-se através da tabela subsequente que o estado de Goiás segue as tendências apontadas pela pesquisa do IBGE (2010).

⁶ Criada pela Lei (LC n. 027 de 12/1999). Lei Complementar n. 78, de 25 de março de 2010 (Atualizada), de acordo com Moysés (2010) a Região Metropolitana de Goiânia-RMG é composta por 20 municípios conforme o nível de integração da população à dinâmica do polo. São eles: Goiânia (polo), Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinhas, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Terezópolis de Goiás, Santo Antonio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

Quadro 1: Ranking dos trinta maiores municípios em população e taxa geométrica de crescimento - Goiás/2000-2010

Posição	Município	População 2000	População 2010	Taxa geométrica de Crescimento (%)
1ª	Goiânia**	1.093.007	1.301.892	1,76
2ª	Aparecida de Goiânia**	336.392	455.735	3,08
3ª	Anápolis	288.085	335.032	1,52
4ª	Rio Verde	116.552	176.502	4,24
5ª	Luziânia*	141.082	174.545	2,15
6ª	Águas Lindas Goiás*	105.746	159.505	4,20
7ª	Valparaíso de Goiás*	94.856	132.947	3,43
8ª	Trindade**	81.457	104.506	2,52
9ª	Formosa*	78.651	100.084	2,44
10ª	Novo Gama*	74.380	95.013	2,48
11ª	Itumbiara	81.430	92.942	1,33
12ª	Jataí	75.451	88.048	1,56
13ª	Catalão	64.347	86.597	3,01
14ª	Senador Canedo**	53.105	84.399	4,74
15ª	Planaltina de Goiás*	73.718	81.612	1,02
16ª	Caldas Novas	49.660	70.463	3,56
17ª	Stº.Antº Descoberto*	51.897	63.166	1,98
18ª	Goianésia	49.160	59.545	1,94
19ª	Cidade Ocidental*	40.377	55.883	3,30
20ª	Mineiros	39.024	52.964	3,10
21ª	Inhumas**	43.897	48.212	0,94
22ª	Cristalina*	34.116	46.568	3,16
23ª	Quirinópolis	36.512	43.243	1,71
24ª	Niquelândia	38.573	42.380	0,95
25ª	Porangatu	39.593	42.356	0,68
26ª	Jaraguá	33.284	41.888	2,33
27ª	Morrinhos	36.990	41.457	1,15
28ª	Uruaçu	33.530	36.949	0,98
29ª	Santa Helena de Goiás	34.545	36.459	0,54
30ª	Itaberaí	27.879	35.412	2,42
Total		3.347.296	4.186.305	-
Total Goiás		5.003.228	6.004.045	1,84

Fonte: IBGE/2010. *Municípios pertencentes à AMB.

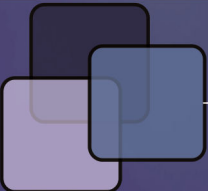
**Municípios pertencentes à RMG.A daptação e organização: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. 2011

Por apresentar uma taxa média geométrica de crescimento anual no período 2000/2010 de 3,43% o município de Valparaíso de Goiás, em consonância com a tabela acima, enquadra-se entre os que mais crescem em Goiás. Esse crescimento é proveniente de sua dinâmica e do alto grau de integração do município com a capital

federal na AMB⁷. Esta possui grande capacidade de polarização devido às funções públicas, econômicas e de serviços em geral.

Assim, Valparaíso de Goiás, como aponta Baeninger (2005), segue a tendência de crescimento do estado de Goiás evidenciado nas três últimas décadas. A autora ao

⁷ Nomenclatura empregada pelo Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do DF – ODM/ CODEPLAN, divulgada em 15/12/ 2011; que abrange o Distrito Federal e mais 10 municípios goianos da chamada Área Metropolitana de Brasília – AMB: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Destes, Alexânia e Luziânia, embora não sejam contíguos ao DF, possuem também forte grau de integração com este.



considerar as unidades da federação como perdedoras ou ganhadoras de população nos anos de 1981/1991, afirma que o estado de Goiás desponta como “ganhador”. Decorre daí uma “expansão dos espaços de migração”. O que repercute enquanto atrativo migratório nos municípios goianos fronteiriços ao DF. Incluindo nestes Valparaíso de Goiás.

Ao interpretar os dados dos órgãos referenciados, dos mapas, dos autores mencionados, e da tabela acima, constata-se que em Goiás uma especificidade espacial se evidencia: o alto percentual de crescimento geométrico populacional comparado às outras unidades da federação. O processo se explica pelas elevadas taxas de natalidade ou pela capacidade de absorver migrantes. Goiás se destaca pela última variável, que é a de atrair migrantes e ao mesmo tempo retê-los em seu território. Fenômeno que segundo Moysés (2010) contribui para o seu incremento populacional.

O crescimento populacional de Goiás assim sendo, se dá não em função do aumento da taxa de natalidade, mas encontra-se diretamente ligado às elevadas taxas de migração. No Brasil, o estado é considerado o 8º lugar no ranking da modalidade em análise no período que compreende os anos de 2000/2010. Justificado pela baixa taxa de fecundidade. Que é de 1,84 crianças por mulher. Valor menor que a do país e a do Centro-Oeste. Que são respectivamente 1,94 e 1,93. Sendo, porém, pelos mesmos órgãos, classificado como o 1º no saldo líquido migratório entre 2004/2009.

Encontra-se ainda respaldo para explicação da suposta contradição do fluxo migratório brasileiro que repercute em Goiás nas palavras de Chaveiro et. al (2009, p.95).

Sendo assim, modos de povoar o território e de ocupá-lo, necessariamente, incluem os processos migratórios. Esse processo de uma única vez funciona como mão dupla: alteram-se os espaços que perdem população e transformam-se os espaços que ganham. E mais que isso: estremeçam-se os espaços que são zonas de

passagens, o que temos denominado “espaços indomáveis”, territórios fluidos e conduzidos pelo sempre- vir surpreendente.

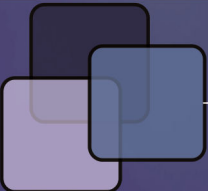
Pelos autores verifica-se que o território goiano e os de seus municípios são espaços alterados pelo processo migratório que o Brasil tem vivenciado nas últimas décadas. Justificados pelos processos da espacialidade da economia que redundam na dispersão populacional no território brasileiro. Dito de outra forma, ao referir-se aos “espaços indomáveis” em Goiás, Chaveiro (2009) põe em questão a capacidade que os municípios goianos possuem ou não de atrair migrantes. Fato que se verifica por seu dinamismo econômico.

A partir desse processo passa a existir em Goiás uma “concentração desigual” (Chaveiro, 2009, p.95) no território que possuía uma densidade demográfica em 2000 de 14,65 hab./km². Com aumento para 17,65 hab./km² em 2010 (IBGE, 2010). Encontram-se neste, municípios que, analisados isoladamente na RMG e na AMB, destacam-se enquanto territórios de elevada densidade demográfica, acima de 100 hab./km². Seguem, como exemplos, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade na RMG; Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás⁸, Novo Gama e Cidade Ocidental na AMB.

Verificam-se a partir da análise do território goiano pelo seu “desenvolvimento desigual” (Chaveiro e Calaça, 2008), que este decorre dos processos históricos de interação estabelecidos com a Região Sudeste do país em sua faixa meridional. O que justifica o sentido para a existência de espaços pontuados em Goiás que se destacam economicamente, enquanto outros não.

Em função do exposto, surgem na porção Sul-Sudoeste-Sudeste do estado e em municípios adjacentes à Goiânia espaços com índices melhores de desenvolvimento humano. E na porção Norte-Nordeste, como também, pontuados em alguns municípios do Entorno de Brasília,

⁸ Valparaíso de Goiás de acordo com o IBGE (2010) encontra-se com a maior densidade demográfica do território goiano: 2.212 hab/km².



existem índices classificados pelos autores como baixos. Os aglomerados urbanos mais populosos da Região Centro-Oeste formados por Goiânia, Brasília e Anápolis constituem o eixo de fluxos e mercadorias mais importante desta região (Arrais, 2007; Barreira, 2009). E somadas as suas populações, 6,224 milhões de habitantes, correspondem a mais da metade de toda a população da referida região.

Em observância ao parágrafo anterior, de acordo com a sinopse do IBGE (2010) e para Moysés (2010), infere-se que pela proximidade geográfica e considerada a projeção do crescimento populacional e a dinâmica desses fluxos, constituir-se-á nesta região dentro de algumas décadas o chamado fenômeno dos espaços conurbados. Com a conseqüente formação de uma megalópole no interior do território brasileiro.

Nesse sentido, verifica-se que o crescimento populacional de Goiás possui maior índice percentual em seu espaço urbano (Moysés, 2010, p.04). Esse crescimento vem ocorrendo nas últimas décadas e se explica pelos seguintes fenômenos: a expressiva redução da população do campo e o crescente movimento da população das pequenas cidades em direção às médias e às grandes. Outra tendência, vinculada ao exposto, particulariza ainda o território goiano e a Região Centro-Oeste: espaços com vazios demográficos, que Moysés (2010) denomina de desertificação populacional, e o inchaço das grandes e das médias cidades.

Considerações Finais

Pelo exposto e os dados apresentados, acredita-se que os significativos percentuais de crescimento populacional apresentados em Goiás concentram-se nas cidades do entorno de Goiânia e de Brasília. Em que se conclui que o território goiano, de acordo com os resultados do último censo, com uma taxa de urbanização de 90,30%, supera a taxa do território brasileiro e também do Centro-Oeste, que são 84,36% e 88,80%, respectivamente. Assim, conforme a análise expressa na pesquisa, os dois

maiores aglomerados urbanos de Goiás somam mais de 53% do total da população do estado, sendo 36,2% da RMG e 17,27% da AMB, com exceção do DF, núcleo desta.

Referências bibliográficas

ARRAIS, T. A. **A Região como Arena Política**. Ensaios Temáticos. Editora Vieira. Goiânia, 2007. 258p.

BARREIRA, C. C. M. A. **Fragmentação das cidades-regiões na dinâmica espacial goiana: o Entorno do DF e Goiânia**. Relatório técnico Final: MCT/CNPq 02/2006 – Universal. UFG – Goiânia-GO, 2009. 90p.

BORGES, J. C. P. **O Estado e as políticas públicas: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2007. 122f.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia reinventada**. Editora Kelps. Goiânia, 2011. 115p.

_____. **Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas**. Editora da UCG. Goiânia, 2007. 102p.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. **A dinâmica demográfica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindido**. In: Universo do Cerrado. Editora UCG. Goiânia, 2008. pp.287-307.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.; RESENDE, M. C. da S. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Editora Ellos. Goiânia, 2009. 130p.

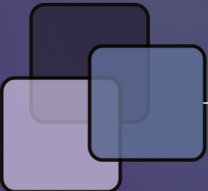
CUNHA, José Marcos Pinto da. **Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise**. São Paulo em perspectivas, v.19, n.4. São Paulo, 2005. p.03-10.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. 9ª d. Editora Contexto. São Paulo, 2011. 107p.

DESCHAMPS, M. et al. **Nível de Integração dos municípios à dinâmica metropolitana**. Primeira versão n. 5. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2007. p.03-27.

GOMES, H.; NETO, A. T. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Editora UFG. Goiânia, 1993. 227p.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução: SOUZA, G. G. de. Editora USP. São Paulo, 1993. 312p.



HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Editora Hucitec. São Paulo, 1980. 291p.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. 2ª ed. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1979. 208 p.

LIMA, V. B. de. **Os caminhos da urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003. 119f.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis-RJ, 2008. 204p.

MOYSÉS, A. **O estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo de 2010**. Observatório das Metrôpoles: núcleo Goiânia e do GEPUR-CO, 2011. 27p.

NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2005. 424p.

OJIMA, R. **Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, 2011. pp.109-126.

OLIVEIRA, L. A. P. de.; OLIVEIRA, A. T. R. de. (Orgs.). **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Estudos & Análises 1. Rio de Janeiro, 2011. 101p.

PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização**. Editora da UnB. Brasília, 1987. 256p.

ROLNIK R. Revista Desenvolvimento. **Direito à moradia**, IPEA, 2009.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. Editora Edusp. São Paulo, 2009. 176p.

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento-SEGPLAN. **Produto Interno Bruto dos municípios goianos-PIB/2009**. Goiânia, 2011. 40p.

_____. **Relatório: Caracterização socioeconômica dos municípios goianos**. Goiânia, 2011. 17p.

_____. **Dinâmica populacional de Goiás: Análise de Resultados de Censo Demográfico 2010-IBGE**. Goiânia, 2011. 28p.

_____. **Produto interno Bruto dos municípios goianos-PIB 2008**. Goiânia, 2010. 26p.

_____. **Goiás em dados 2011**. Goiânia, 2011. 106p.

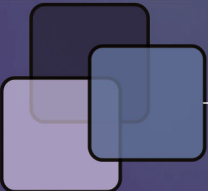
_____. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação-SEPIN. **Produto interno Bruto dos municípios goianos-PIB 2008**. Goiânia, 2010. 37p.

SILVA, E. B. B.; SILVA, G. E. R. da. **Aspectos Histórico-geográficos do município de Valparaíso de Goiás**. In: História de Nossa Terra: Valparaíso de Goiás. Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás (Org.). Valparaíso de Goiás, 2008. 152p.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. In: O fenômeno urbano. VELHO, O. G. (Org.). Tradução: Reis. S. M. dos. 4ª ed. Editora Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979. pp.11-25.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Editora Argumentum. Belo Horizonte, 2010. 276p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª edição. Editora FAPESP. São Paulo, 2009. 376p.



Alinhamento estratégico como instrumentos de desenvolvimento na gestão governamental

José Clecildo Barreto Bezerra¹
João Victor Silveira Rezende²
Márcia Schiavon³

Resumo: O cenário nacional aponta para uma nova modelagem da gestão com um ambiente para o conhecimento, conexões pessoais, institucionais e otimização de gastos para os serviços do Estado. A gestão pública tem se apresentado por meio do planejamento e controle da manutenção dos rumos. Estas políticas se apoiam nas estruturas administrativas de gestão de projetos, fortalecida por um alinhamento estratégico, rigorosa avaliação e controle dos resultados. Este trabalho apresenta o conceito de Gestão Governamental Sustentável, utilizando-se do alinhamento estratégico e do acordo de resultados como ações principais.

Palavras-chave: Acordo de Resultados, Gestão Pública, Alinhamento Estratégico.

Introdução

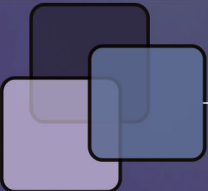
A busca pela qualidade de vida, alvo maior a ser alcançado, tem como principal articulador o setor governamental, que vem ao encontro da gestão modernizada. É interessante notar como mudam as expectativas da população. Pode-se tomar como exemplo o cenário brasileiro, que agora aponta para uma nova modelagem de exercício da gestão, utilizando os arcabouços institucionais e, na mão (não na contra-mão) da história, cada vez mais os Estados Brasileiros têm destinação de verbas e estruturas organizacionais para as boas práticas administrativas. Existem ferramentas de comunicação e modelos de gestão já aprofundados ou em contínua melhoria percebidas pelo cidadão indicadas

pela evolução do perfil do eleitorado brasileiro. O braço executivo da implementação destas políticas de interlocução entre diferentes áreas têm sido as estruturas administrativas de gestão de projetos e fortalecidos por um alinhamento estratégico em uma ponta e rigorosa avaliação e controle dos resultados na outra. A tendência é criar um ambiente de gestão do conhecimento, conexões pessoais, institucionais e economia para os serviços do Estado. Soma-se ainda a geração de economia por meio de compras governamentais mais acessíveis com o alcance de resultado satisfatório. Estes princípios na indução de gestão pública têm se apresentado com sucesso por meio de dois eixos fundamentais e básicos: planejamento e controle da manutenção dos rumos da gestão. Acrescenta-se a estas ações o termo sustentabilidade, amplamente introduzido na última década, principalmente em questões ambientais. Na gestão pública, o tema sustentabilidade pode ser interpretado por duas vias: como o caminho de uma Gestão Sustentável quando o Estado atua de forma que suas ações gerem desenvolvimento sustentável; ou por outra via onde a Gestão Sustentável é o Estado se utilizar de potencialidades e de ferramentas para garantir melhores resultados na gestão pública e continua melhoria de suas ações (**ALVES; ABREU, 2008; MOREIRA; MEDEIROS, 2009**).

¹MBA em Gerenciamento de Projetos. Doutor em Ciências Naturais na Universidade de Hamburgo/Alemanha. Professor da Universidade Federal de Goiás (clecildobarreto@gmail.com).

²Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestre em Administração pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC. Empreendedor Público no Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo do Estado de Minas Gerais (rezende.jv83@gmail.com).

³Mestre em Engenharia da Computação pela UFG. Certificada como PMP – Project Management Professional e MS Project Orange Belt. Gestora de Tecnologia da Informação no Governo do Estado de Goiás (marciaschiavongyn@gmail.com).



O presente trabalho enfatiza que o alinhamento estratégico e o acordo de resultados são a estratégia principal para a Gestão Governamental Sustentável, sendo os Estados de Minas Gerais e Goiás escolhidos para este estudo, considerando as iniciativas de gestão realizadas até 2010.

1 – Gestão de Projetos Governamentais

Peter Drucker (1909-2005), pai da administração moderna e autor de trabalhos sobre Gestão do Conhecimento, registrou que “os grandes ganhos de produtividade, daqui para frente, advirão das melhorias na Gestão do Conhecimento”. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional dos 31 países que produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo, relata que aproximadamente 55% dela advêm do conhecimento (BEZERRA, 2010). Na prática, diversos segmentos do setor público já identificam a necessidade de que as organizações tenham práticas claras e definidas em sua gestão de conhecimento e de projetos. A difusão destas práticas pode gerar indicadores de sucesso, como os exemplos do PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PMDI – 2007/2023 em execução no Estado de Minas Gerais, que desenvolve a gestão pública acompanhada da implantação do Acordo de Resultados do Poder Executivo, instituído a partir de 2004, e do modelo de Gestão Planejada criado em Goiás a partir do primeiro Plano Plurianual: GOIÁS PARA O SÉCULO XXI (2000-2003).

2 – Alinhamento Estratégico e a contratualização de desempenho para a Sustentabilidade

Segundo BEER e EISENSTAT (1996), o Alinhamento Estratégico e a Contratualização de Desempenho (Acordo para Resultados) referem-se à complexidade e interdependência de seus sistemas abertos, cujos elementos formais como **tecnologia, estratégia e**

estrutura, e informais como as **pessoas, líderes e valores** devem ser alinhados ou ajustados entre si. A citação de sistema aberto se refere à significativa necessidade de se avaliar a organização ou as ações de Estado como um todo e não somente em departamentos ou setores. É importante a identificação de variáveis, externas e internas, que influenciam o processo existente na Organização em estudo. Na evolução deste raciocínio, KAPLAN e NORTON (2000) citam o termo gestão estratégica, e defendem o alinhamento da organização por meio dos recursos organizacionais, com seus processos críticos e estes com o posicionamento estratégico.

O artigo 37, parágrafo 8º da Constituição brasileira descreve que “a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e de entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo dispor sobre: I – o prazo de duração do contrato; II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes; III – a remuneração do pessoal.” Desta forma, além do interessante aspecto da inovação na gestão, a previsão desta contratualização se apresenta legalmente prevista.

3 – Levantamento do modelo de gestão de projetos ou programas governamentais

Foi realizado um levantamento do modelo existente de gestão de projetos ou programas governamentais dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Esse levantamento foi disponibilizado para a presente pesquisa por meio de entrevistas semi estruturadas (COHEN; MANION; MORRISON, 2007) com os setores responsáveis, no intuito de avaliar se a gestão de projetos e a metodologia aplicada nestes Estados eram elementos essenciais ao estabelecimento do termo definido no presente estudo como Gestão Governamental Sustentável. Os resultados

parcialmente aqui apresentados serão os elementos informais, como as **pessoas, líderes e valores** (Quadro

1) comparados entre as gestões de Minas Gerais e Goiás até 2010.

Quadro 1 – Roteiro elaborado para a entrevista semi-estruturada de gestão governamental de projetos:

Elementos	Abordagens no Processo de trabalho
Pessoas	Atuação dos servidores no planejamento e no acompanhamento dos projetos
	Capacitação em Gerenciamento de Projetos no Estado
	Atuação das pessoas que trabalham no PMO
	Existência de carreira de Gerente de Projetos no Estado
Líderes	Papel das lideranças (Diretores, Superintendentes, Secretários, Governador)
	Em caso da existência da carreira de Gerente de Projetos, sua relação em termos de autonomia e responsabilidades entre as secretarias e órgãos envolvidos
	Relação com os governantes e demais assessores do governo e sociedade
Valores	Percepção de ganho político, social, de gestão e da atuação do PMO ou da Diretoria

Baseado e modificado “Organização como sistema de aprendizagem” (NEVIS; DIBELLA; GOULD, 1995). Adaptado pelos autores.

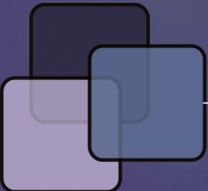
4. Análise dos Elementos Formais e Informais

4.1. Elementos informais

4.1.1. Pessoas

Deve-se salientar que conforme apurado na visita técnica do presente trabalho, muitas atividades foram treinadas e desenvolvidas por funcionários (no sentido da legislação: servidores, comissionados e outros) do Estado de Minas Gerais, reforçando que os indicadores foram regidos por especialistas: professores, pesquisadores, economistas e consultores de entidades. Nos órgãos existem um técnico e um subtécnico responsáveis pelo programa, que pode ser o Secretário de Estado. Por esta razão, nomeia-se também um responsável adjunto. Por exemplo, um Secretário de Estado é o responsável pelo projeto “Minas sem fome”, que tem características transversais e

responsabilidades atribuídas a diversos órgãos no Governo. Com relação aos colaboradores é notável o mecanismo de entrada dos servidores que ocorre por meio de concurso público como um vestibular e cujos aprovados serão servidores públicos efetivos após o processo de qualificação realizado pela Fundação João Pinheiro/MG como primeira etapa. A segunda etapa do concurso é a execução da escolha de uma área de estágio curricular para definição do setor dentro do governo onde o servidor irá trabalhar. Observa-se em Minas Gerais não somente a inicialização de um modelo de governança em relação ao recrutamento de



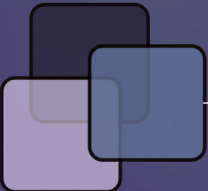
colaboradores, mas a criação de uma geração de servidores capacitados para a busca de resultados. Este modelo garantiu a Gestão Governamental Sustentável em relação à mobilização de pessoal.

Destaca-se nesta pesquisa, a partir das entrevistas semi estruturadas, a motivação das pessoas envolvidas nos diferentes níveis de responsabilidade para com os resultados a serem alcançados, com a implantação de um modelo de gestão pública ousado e diferenciado. Este modelo de gestão constitui-se em novidade no setor público, porém já bastante identificado na iniciativa privada como critério de recrutamento de pessoal.

Outro fator ocorrido em 2003, quando Minas Gerais se encontrava com as finanças públicas sob exigência de sérias medidas de ajuste fiscal foi a instituição da Lei Mineira nº 14.694/2003 com o objetivo de incentivar o empenho dos órgãos públicos e de seus colaboradores na busca pelo gasto eficiente. Mencionada Lei possibilitou aos órgãos e entidades que tivessem Acordo de Resultados em vigor e Avaliação de Desempenho Institucional satisfatória, o pagamento de prêmio por produtividade aos seus servidores por meio da destinação de parte dos recursos que fossem economizados na rubrica despesas correntes. O mesmo se aplicava aos órgãos ou entidades que conseguissem ampliação real da arrecadação de receitas. Esta Lei Estadual previa que a economia de despesas correntes não poderia advir da redução de metas, da qualidade ou da cobertura dos serviços públicos prestados. A legislação também previa que na apuração da ampliação real da arrecadação de receitas, para fins de pagamento do Prêmio por Produtividade, não poderiam ser computadas as receitas que tivessem caráter punitivo, como as provenientes de multas.

Em Goiás observou-se que o elemento principal na década para a busca do alinhamento estratégico tenha sido a criação do cargo de Gestor Governamental para a administração pública goiana em setembro de 2001. A Lei nº 13.902, de 04 de setembro de 2001, instituiu os cargos de Gestor Público; Gestor em Planejamento e

Orçamento; Gestor de Finanças e Controle; Gestor em Recursos Naturais; Gestor de Regulação, Controle; Gestor Jurídico; e Gestor de Tecnologia da Informação. Esses novos cargos agregados às outras categorias profissionais existentes na administração pública goiana poderiam ter sido os colaboradores para a criação de um setor de projetos. No entanto, esta organização para a gestão de projetos não foi estruturada em um modelo que viesse a dar consistência à gestão pública no acompanhamento de resultados. Outra iniciativa que poderia levar à existência de pessoal voltado à gestão de projetos no Estado foi quando, em 1999 e acompanhando as várias iniciativas implementadas no âmbito do Governo Federal, o Governo Estadual implantou e alocou servidores no Programa da Qualidade no Setor Público do Estado de Goiás – Programa Qualidade Goiás – PQG. Este Programa tinha como objetivos (1) transformar a estrutura do governo, modernizando, descentralizando e constituindo um serviço voltado ao cidadão e ao incremento da eficiência; (2) estabelecer canais de comunicação entre o governo e a população, buscando alcançar a excelência na gestão dos órgãos/entidades que compõem a estrutura do Estado; e (3) implementar uma sistemática de melhoria contínua no desempenho das suas atividades, adotando como referência os critérios de excelência do Prêmio da Qualidade do Governo Federal. O PPA 2000 – 2003 estabeleceu a meta de implantação do PQG nos órgãos públicos estaduais por meio de adesão voluntária e da conscientização dos colaboradores. Para alguns servidores envolvidos nesta tarefa, talvez esta ação tenha sido de relevância para se chegar próximo à gestão de projetos e, conseqüentemente, a uma estrutura que fizesse a conexão entre gestão, qualidade, alinhamento estratégico e o alcance dos resultados desejados. Provavelmente, o incremento neste ponto em Goiás do Gerenciamento pelas Diretrizes tivesse sido um ponto de partida para o alinhamento estratégico no Estado e que segundo a metodologia são definidas com base no plano de longo prazo com o objetivo de direcionar



eficientemente o controle da qualidade para o alcance dos resultados (CAMPOS, 2005).

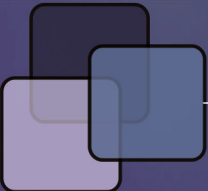
Outra possibilidade largamente empregada em Minas Gerais foi em relação à utilização da gratificação de servidores do Estado mediante o alcance das metas estabelecidas. Goiás iniciou com o Programa de Participação em Resultados, instituído por meio do Decreto nº 5.443, de 25 de junho de 2001, concedidos somente ao grupo Auxiliar de Trabalho de Controle de Gastos e o seu Secretário Executivo, efetivado sob a forma de Gratificação de Participação em Resultados - GPR. Depois, a Lei nº 16.382, de 26 de novembro de 2008, institui o Programa de Participação em Resultados – PPR exclusivo à Secretaria da Fazenda e em seguida ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (IPASGO). No caso da SEFAZ, o Plano de Participação nos Resultados funcionava na fixação de metas de arrecadação, redução de custos administrativos e satisfação do cliente com os serviços prestados pela Secretaria. A cada trimestre havia uma avaliação e os resultados premiados com uma gratificação aos servidores. O prêmio não foi restrito aos fiscais, atingindo todos os níveis funcionais daquele órgão. Portanto, o instrumento PPR como motivação aos servidores do Estado para um alinhamento estratégico generalizado ou mesmo ligado às metas do programa da qualidade ou ao atendimento do PPA, não foi utilizado. Em 2009, este PPR foi incorporado ao salário dos servidores da SEFAZ/GO, causando grande desnivelamento entre servidores de igual função e outros órgãos, resultando em conflitos entre servidores.

4.1.2. Líderes

Segundo esclarecimento da Diretoria em Minas Gerais, o acompanhamento dos projetos é feito por reunião presencial e quem preenche as informações necessárias é um técnico e não o gerente que é o executor. O coordenador dos projetos estruturadores é designado pelo Governador, cuja escolha deve ser alinhada com o

perfil profissional exigido para esta tarefa, podendo a nomeação para tal ser substituída conforme alterações dos projetos estruturadores. Segundo a avaliação feita para o presente trabalho, ocorre uma limitação na estruturação do Project Management Office (PMO) ou Escritório de Projetos organizado dentro do governo, devido à sua forte ligação dentro da estrutura de planejamento, mas longe da execução dos projetos nas Secretarias e órgãos que normalmente apresentam elevado fator político. Conforme GIANDON; NADAI; ALVES, (2009), a relevância de um escritório de projetos-PMO, especialmente na esfera pública, exige uma mudança organizacional aprofundada, onde deve ficar explícita para os envolvidos a visão geral do PMO e seus desafios frente ao Estado. Em alguns outros setores da administração pública, o PMO tem o desafio de buscar recursos financeiros para o Estado, mas esta não foi a atribuição dada ao escritório de projetos mineiro.

BEER e EISENSTAT (1996), com base em um amplo estudo das dificuldades com que deparam as empresas ao tentar realinhar sua estrutura, destacam a conduta de seus líderes, sua cultura, seus valores e processos de gestão com a estratégia competitiva. Na iniciativa privada, há como evitar que os líderes bloqueiem inadvertidamente a implementação da estratégia, por meio de substituição dos executivos ou da busca da sua inclusão no processo. Os autores os denominaram de "assassinos silenciosos", destacados em um estilo gerencial de cima para baixo ou de não-interferência; estratégia obscura e prioridades conflitantes; equipe-líder ineficaz; comunicação vertical inadequada; coordenação inadequada entre funções, divisões ou fronteiras geográficas; habilidades de liderança e desenvolvimento inadequados dos escalões inferiores. O que se percebe na gestão pública é a dificuldade dos líderes ao implantarem um modelo de gestão alinhado, quando os interesses não são convergentes politicamente e tecnicamente. A redução deste conflito ocorre em Minas Gerais por meio do Acordo de Resultados, onde o técnico é motivado pelo suporte institucional e ampliação de seus



vencimentos e os líderes políticos motivados pela visibilidade do alcance das metas pactuadas na contratualização dos resultados. Por isso, deve haver comprometimento dos líderes gestores do escalão decisório governamental, seguido dos órgãos diretamente envolvidos com o monitoramento e resultado pactuados no plano de governo.

Na abordagem pesquisada em Goiás no período de 2000 a 2010 havia um arcabouço legal e institucional favorável à implantação do modelo realizado em Minas Gerais, porém as ausências do alinhamento estratégico, do acordo de resultados entre os órgãos de governo e a utilização dos recursos organizacionais adequados permitiram apenas a execução satisfatória dos PPAs em seus períodos previstos.

4.1.3. Valores

Em Minas Gerais, observou-se que grande parte dos órgãos do Estado acredita e tem participação na geração dos resultados necessários ao desenvolvimento. O conceito implantado de Acordo de Resultado na iniciativa pública demonstrou ser o maior instrumento para se obter o Alinhamento Estratégico desejado. Seus objetivos gerais se firmaram em viabilizar a estratégia de governo por meio da disseminação da contratualização de resultados e sua respectiva avaliação; alinhamento do acordado com o planejamento estratégico do Governo, para as políticas públicas instituídas e os demais programas governamentais; geração de qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade e dos gastos públicos. Este modelo implantado permitiu dar transparência às ações das instituições públicas envolvidas e facilitar o controle social sobre a atividade administrativa estadual. Deu valor à auto-estima dos colaboradores e destacou servidores, dirigentes e órgãos ou entidades que cumpriram suas metas.

O advento do PPA no Brasil para as gestões públicas veio no final da década de 90 e Goiás, ao iniciar o século XXI, demonstrou até o fim de 2010 apresentar foco na

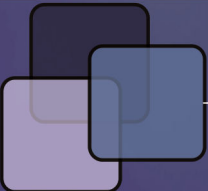
capacidade de planejamento, porém com limitações no Alinhamento Estratégico e a Contratualização de Resultados como instrumentos de Gestão Governamental Sustentável, estratégias estas que se constituem no objeto de estudo deste trabalho.

A estrutura comparativa entre Estados Brasileiros que se proponham implementar um escritório de projetos e uma gestão governamental nestes princípios deverá agregar o desafio maior de apresentar uma evolução na maturidade institucional. No entanto, a maturidade média das organizações brasileiras em gerenciamento de projetos tem evoluído, mas não no setor público (PRADO; ARCHIBALD, 2006). Conforme relatam SANTOS, PRADO e MURICY (2009), para a introdução deste modelo de gestão pública sugerem uma avaliação inicial da maturidade organizacional como realizado no Estado do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

O Estado de Goiás implanta entre 2011 e 2014, um modelo de gestão baseado no Alinhamento Estratégico e Acordo de Resultados, assim como outros entes da federação. As definições e práticas governamentais no Brasil têm revelado casos de sucesso na gestão pública e a presente pesquisa foi relacionada aos sistemas abertos, cujos elementos informais, como as **pessoas, líderes e valores** foram apresentados, e os formais como **tecnologia, estratégia e estrutura** apresentam-se em estudo. Estes possuem uma interdependência para o alcance da gestão em que o cenário nacional se alinha.

Pela pesquisa comparativa pode-se admitir que Goiás apresenta um arcabouço institucional e de recursos humanos para sua implementação, considerando o já realizado na última década. Deve-se salientar que o investimento para isto na formação de recursos humanos locais deverá ser fortalecido e sua continuidade assegurada por formação dos servidores efetivos do Estado, mesmo que baseado no apoio de consultorias



especializadas externas. Caso contrário, corre-se o risco de descontinuidade em face às mudanças políticas, ideológicas ou de conceitos administrativos. É fato que Programas Governamentais possuem elevada taxa de falhas, resultados não programados, interferências políticas e outros fatores externos, como as relações entre diferentes esferas de governo. Vive-se uma era em que metodologias e conhecimento devem estabelecer um adequado modelo de gestão de projetos governamentais e sustentáveis.

Relevante na comparação governamental em relação ao alinhamento estratégico é a importância da conectividade entre os atores envolvidos para a garantia dos resultados esperados na gestão governamental sustentável.

Referências bibliográficas

ALVES, S.M.; ABREU, M.S. *Orçamentação pública baseada em projetos. Revista Brasileira de Gerenciamento de Projetos, 06(01): 10-13. 2008.*

BEER, M.; EISENSTAT, R.A. *Developing an Organization Capable of Implementing Strategy and Learning.* Human Relations, 49 (5): 597-619. **1996.**

BEZERRA, J.C.B.. **Era do Conhecimento.** Jornal O Popular. 04//06/2010. http://www.sinfor.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=484:era-do-conhecimento-&catid=1:artigos&Itemid=163. 2010. Acesso em 02 de julho de 2012.

CAMPOS, V.F. **Gerenciamento Pelas Diretrizes.** 4ª Edição Autor: Editora: Indg Tecnologia e Serviços Ltda. 2005.

COHEN, L.; MANION, L.; AND MORRISON, K. **Research methods in education.** 6th edition. London. 2007.

GIANDON, A.C.; NADAI, R.D.L.; ALVES, S.M. **Escritório de projetos no setor público.** Revista Brasileira de Gerenciamento de Projetos, 07(01): 10-16. 2009.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **Organização orientada para a estratégia: como empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios.** Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

MOREIRA, A.H.; MEDEIROS, F. **Diferenciando os alinhamentos estratégicos de projetos.** Mundo Project Management, Ano 5, n. 26: 15-22. 2009.

NEVIS, E.C.; DIBELLA, A.J.; GOULD, J.M. **Understanding organisations as learning systems.** Sloan Management Review, 73-84. 1995.

SANTOS, L.G.; PRADO, D.; MURICY, J.C. **Gerenciamento de projetos de investimento no setor público – Caso do Governo do Estado do Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Gerenciamento de Projetos, 07(02): 25-30. 2009.

PRADO, D.; ARCHIBALD, R. Disponível em: http://www.pmi.org.br/web/arquivos/PesquisaMaturidade_e_RelatorioFinal_VersaoResumida_2005.pdf. 2006. Acesso em 15 de julho de 2012.



Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Arial, tamanho 10, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à IMB, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjunturagoiana@segplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR.10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Segplan-GO.





GOVERNO DE
GOIÁS
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO